

RELATÓRIO E CONTAS 2023





Ao longo das últimas três décadas, Portugal registou uma profunda transformação no setor do abastecimento de água e do saneamento básico no país.

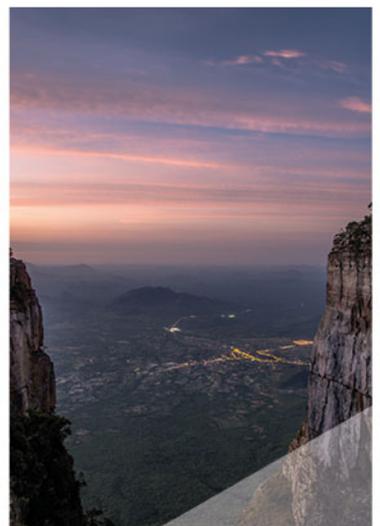
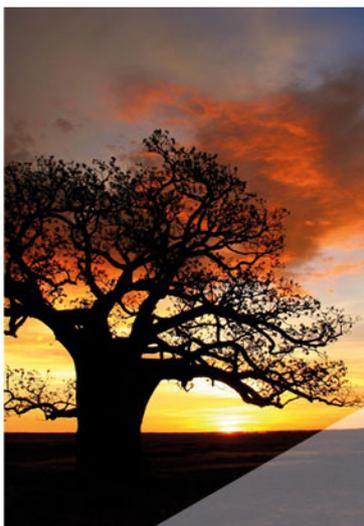
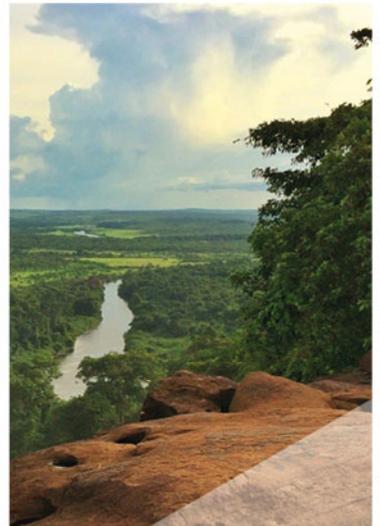
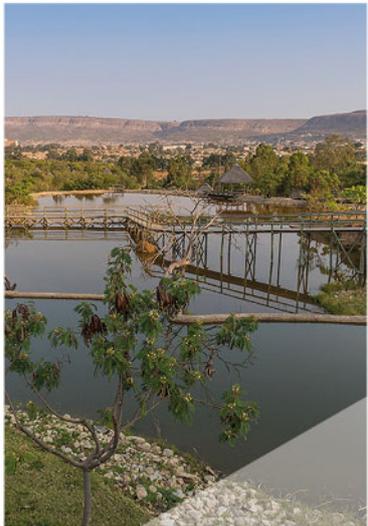
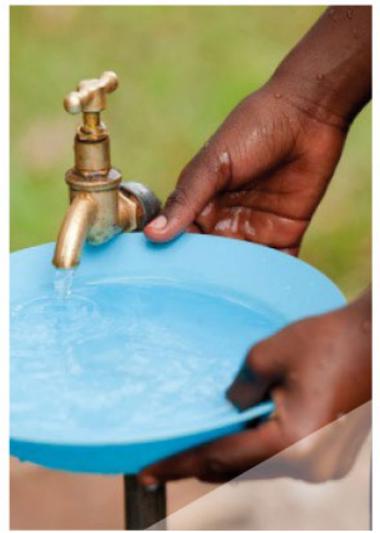
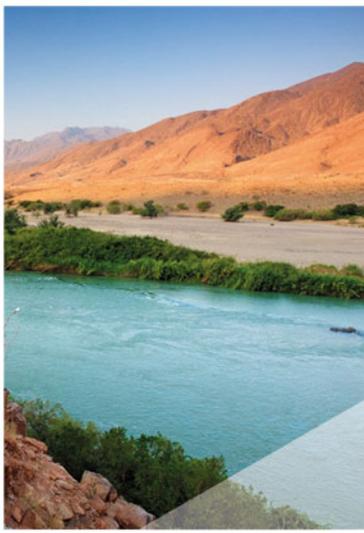
O esforço de infraestruturação e a implementação de modelos de governança do Grupo Águas de Portugal permitiram alcançar elevados padrões de qualidade e a cobertura dos serviços de água e saneamento e estabelecer as condições necessárias para assegurar a preservação do ambiente e a saúde pública, o desenvolvimento económico e a coesão regional.

Os impactos positivos da nossa atividade estão patentes na qualidade de excelência da água da torneira, na saúde e bem-estar, na qualidade das águas balneares, na preservação da biodiversidade, promovendo a economia circular, a valorização dos territórios e cidades mais sustentáveis.

Destacam-se os seguintes indicadores, que colocam Portugal entre os melhores desempenhos da Europa no que respeita a qualidade da água de abastecimento público e à cobertura dos serviços de saneamento:

- A qualidade de excelência da água de abastecimento: 98,88% de água da torneira controlada e de boa qualidade – em 1993 era cerca de 50%;
- A cobertura dos serviços de saneamento: 86% de alojamentos em Portugal continental servidos por sistemas públicos de recolha e tratamento de águas residuais urbanas – em 1993 era cerca de 30%;
- As externalidades positivas na saúde pública, no ambiente e nas águas balneares (394 praias com Bandeira Azul em 2023; qualidade das águas balneares acima da média da UE).

A AdP Internacional orgulha-se de contribuir para estes resultados e reafirma o seu compromisso de responder aos novos desafios para continuar a fazer a diferença na vida das pessoas.



Índice

Mensagem da Presidente.....	6
2023 EM DESTAQUE.....	9
A empresa.....	12
Quem Somos.....	14
Organização.....	23
O Negócio.....	46
Atividade Operacional.....	59
Projetos e iniciativas em curso.....	61
Risco e Controle.....	77
Considerações Finais.....	91
Proposta de Aplicação de Resultados.....	92
ANEXO I - Cumprimento das Orientações Legais.....	93
Apêndice 1.....	122
Apêndice 2.....	128
Contas do exercício 2023.....	130
Demonstração da posição financeira.....	133
Demonstração dos resultados e do rendimento integral.....	135
Demonstração das variações do capital próprio.....	136
Demonstração dos fluxos de caixa.....	137
Notas às demonstrações financeiras.....	139



“ORGULHAMO-NOS DE MANTER O FOCO NAS PESSOAS”

Carla Correia

Presidente da AdP Internacional

O propósito do Grupo Águas de Portugal, FAZER A DIFERENÇA NA VIDA DAS PESSOAS, contribuiu para que Portugal, ao longo das últimas três décadas, registasse uma profunda transformação no setor do abastecimento de água e saneamento.

O esforço de infraestruturização e a implementação de modelos de governança do Grupo permitiram alcançar elevados padrões de qualidade, a cobertura dos serviços de água e saneamento e estabelecer as condições necessárias para assegurar a preservação do ambiente e a saúde pública, o desenvolvimento económico e a coesão regional.

Os impactos positivos da nossa atividade estão patentes na qualidade de excelência da água da torneira, na saúde e bem-estar, na qualidade das águas balneares, na preservação da biodiversidade, promovendo a economia circular, a valorização dos territórios e cidades mais sustentáveis, os indicadores de qualidade da água de abastecimento público e de cobertura dos serviços de saneamento, colocam Portugal entre os melhores desempenhos da Europa.

Os trabalhadores do Grupo Águas de Portugal orgulham-se de contribuir para estes resultados, ao longo dos últimos 30 anos, manifestando diariamente o seu compromisso com os valores e missão do Grupo e de resposta aos novos desafios, para continuar a fazer a diferença na vida das pessoas.

A promoção e garantia do acesso sustentado e sustentável à água é um enorme desafio que comporta diferentes dimensões relativas a questões sociais, económicas, de saúde, de clima e de justiça social, estando, para tanto a ÁGUA no centro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, uma vez que esta é transversal a todos os outros ODS na medida em que constitui um acelerador para o cumprimento das suas metas.

A AdP Internacional assume a enorme responsabilidade de contribuir para a projeção internacional do cluster português da água e implementação de iniciativas de cooperação para o desenvolvimento, em linha com os ODS 2030, prestando serviços no setor da água a nível internacional, capitalizando a experiência, o know-how e as soluções tecnológicas do Grupo Águas de Portugal, além-fronteiras.

O reconhecimento internacional do Grupo Águas de Portugal como um dos mais eficientes e sustentáveis operadores internacionais na gestão da água, pelo enfoque na excelência do serviço ao cliente, na inovação, na resiliência, na neutralidade energética e carbónica e na economia circular, prestigia todo o setor.

No âmbito das suas intervenções, a AdP Internacional tem vindo também a assumir um papel de relevo no domínio da execução de projetos de cooperação internacional do Estado Português, uma vez que, na sustentação de algumas iniciativas, está subjacente uma perspetiva de cooperação e responsabilidade social em detrimento de uma lógica exclusivamente comercial.

Não podemos esquecer que cerca de 26% da população mundial (2 mil milhões de pessoas) não tem acesso a serviços de água potável estimando-se que 46% (3,6 mil milhões) não tenha acesso a saneamento, de acordo com o Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2023.

O consumo de água, em termos globais, tem aumentado em cerca de 1% ao ano, nos últimos 40 anos, e estima-se que cresça a uma taxa semelhante até 2050, devido ao crescimento populacional, ao desenvolvimento socioeconómico e a mudanças

nos padrões de consumo, estando a maior parte desse aumento concentrada em países de rendimento médio e baixo, particularmente em economias emergentes.

A escassez de água está a tornar-se um problema endêmico, como resultado do impacto local do stresse hídrico físico, juntamente com a aceleração e a disseminação da poluição da água doce. A mudança climática tem impactos na escassez sazonal de água, que aumentará em regiões onde atualmente o recurso é abundante – como África Central, Ásia Oriental e partes da América do Sul – estimando-se que piore em regiões onde atualmente já se verifica uma baixa disponibilidade de água – como o Oriente Médio e o Sahel, na África.

Sendo estas regiões coincidentes com os mercados prioritários da AdP Internacional, enquanto veículo de concretização da estratégia internacional do Grupo Águas de Portugal, a sua responsabilidade, é acrescida.

Neste sentido, ao longo de 2023 prosseguimos a nossa atividade, com especial ênfase na partilha de conhecimento, multiplicando experiências, sem recursos artificiais, lidando naturalmente com pessoas e com ÁGUA, levando além-fronteiras a nossa Visão «Uma só Água».

Procuramos salvaguardar o Capital Natural do Planeta, protegendo as massas de água e contribuindo para a circularidade da água, naturalmente, pois nada é mais circular do que a ÁGUA.

Lidamos com Milhões de Pessoas e inúmeras tecnologias, comunicando, operando e conciliando tantas e diferentes realidades no terreno, junto das comunidades e diferentes *stakeholders*, promovendo a sua convergência e envolvimento na prossecução de um bem comum e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Uns têm (e vendem) Tecnologia. Outros financiam projetos pela sua rentabilidade económica, com exigência de retornos quase imediatos para salvaguarda do seu Capital Financeiro.

NÓS, orgulhamo-nos de manter o foco nas pessoas, na salvaguarda do Capital Natural e na propagação do Capital Social (conhecimento), garantindo sustentabilidade económica através do conhecimento científico comprovado, das boas práticas experimentadas, de eficiências circulares, partilha de experiências e de soluções adaptadas às comunidades locais, pela proximidade operacional e de gestão.

Com recurso à Inteligência - emocional, matemática ou artificial - geramos empatia operacional que garante a continuidade dos projetos no terreno muito após terem sido financiados e implementados.

Queremos que os nossos resultados se traduzam em Sustentabilidade, medida pelo seu impacto social e ambiental, contribuindo para o atingimento das metas do ODS 6.

Orientados para a ação e para o acelerar do atingimento das metas do ODS 6, vamos de forma inclusiva viabilizar, em parceria com atores locais, o desenvolvimento de uma nova linha de negócio da AdP Internacional, que só terá sucesso com um compromisso claro de todos os parceiros, em simultâneo, com uma abordagem alargada a todo o Grupo Águas de Portugal, para que os programas a implementar sejam baseados na experiência e nas competências de todos os/as trabalhadores/as do Grupo, ajustados à realidade humana e infraestrutural de cada parceiro e comunidade.

Este é o nosso Propósito, esta é a nossa Missão!

2023 EM DESTAQUE

FACTOS RELEVANTES DO EXERCÍCIO

FEVEREIRO

- **Conclusão do projeto PHOS-VALUE:** Reciclagem sustentável de nutrientes de águas residuais, financiado pelo Programa Nacional da Nações Unidas (PNUD), executado em conjunto com a AqualnSilico, start-up portuguesa criada no seio das equipas de investigação da Universidade NOVA School of Science and Technology, para a Agência Nacional de Água e Saneamento de Cabo Verde e Águas de Santiago.



MARÇO

- Quadros superiores da Karachi Water and Sanitation Board do Paquistão visitaram o Grupo Águas de Portugal, ao abrigo do contrato existente entre a AdP Internacional e o **Banco Mundial**, no Projeto “Utilities of the Future – UoF”, com objetivo principal de partilhar a experiência e conhecimento do Grupo em termos técnicos como água não faturada e gestão comercial na EPAL, e a temática da gestão de ativos no Grupo.

MAIO

- Início de funções do Conselho de Administração eleito para o mandato 2023/2025.

JUNHO

- **Termo do contrato**, financiado pelo Banco Mundial, com início em 2019 e que visava o reforço da sua capacidade operacional e de gestão, no que diz respeito à **prestação de serviços de Água e Eletricidade da EAGB** (Empresa de Eletricidade e Águas da Guiné-Bissau), no qual a AdP Internacional teve a seu cargo a Direção Administrativa e Financeira e a Direção da Água.

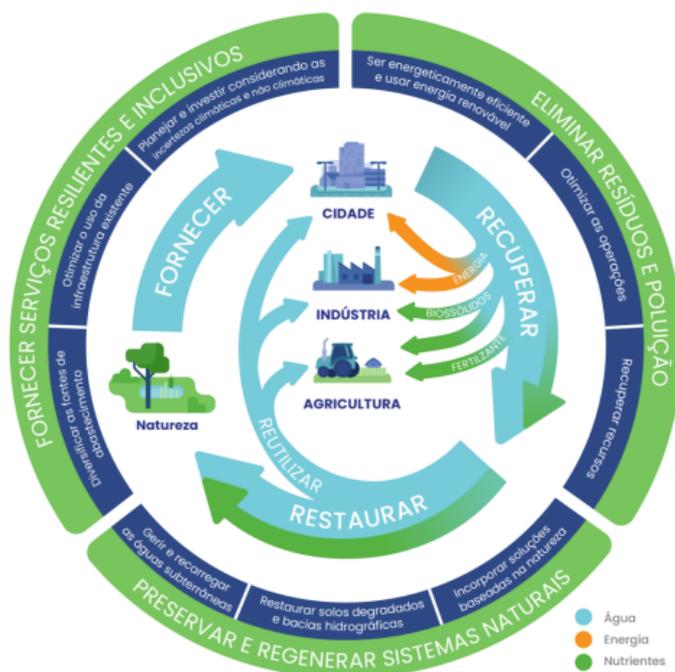
SETEMBRO

- **Termo do contrato** de assistência técnica especializada à Empresa de Água e Saneamento do **Bengo** (EPASB), iniciado em 2019, financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento e gerido pela Direção Nacional de Águas do Ministério de Energia e Águas de Angola.

- **Workshop** de Intercâmbio de Conhecimento e Visita de Diversos técnicos do setor das águas de países do programa **WICER - Water in Circular Economy and Resilience** (Água na Economia Circular e Resiliência) do **Banco Mundial**, subordinada ao tema «Implementar a economia circular nos serviços urbanos de abastecimento de água», onde durante quatro dias, assistiram à apresentação da experiência do Grupo.

WATER IN CIRCULAR ECONOMY AND RESILIENCE (WICER)

Economia Circular e Resiliência no Setor de Água



Uma iniciativa do Banco Mundial

www.worldbank.org/wicer

www.wicer-tool.com



OUTUBRO

- **Termo do contrato** para a Gestão, Operação e Manutenção da Empresa Provincial de Água e Saneamento de **Cunene EP (EASC EP)**, iniciado em 2019, financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento e gerido pela Direção Nacional de Águas do Ministério de Energia e Águas de Angola.
- **Início do contrato** de prestação de serviços celebrado com a Agência Nacional de Água e Saneamento de **Cabo Verde** para apoio à implementação do plano operacional intermunicipal de gestão de resíduos sólidos urbanos de Santo Antão, financiado pelo Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e da Ação Climática da República Portuguesa.
- **Início do contrato** de prestação de serviços celebrado com a Agência Nacional de Água e Saneamento de **Cabo Verde** para apoio a elaboração do plano sanitário da cidade de São Filipe — Ilha do Fogo, financiado pelo Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e da Ação Climática da República Portuguesa.

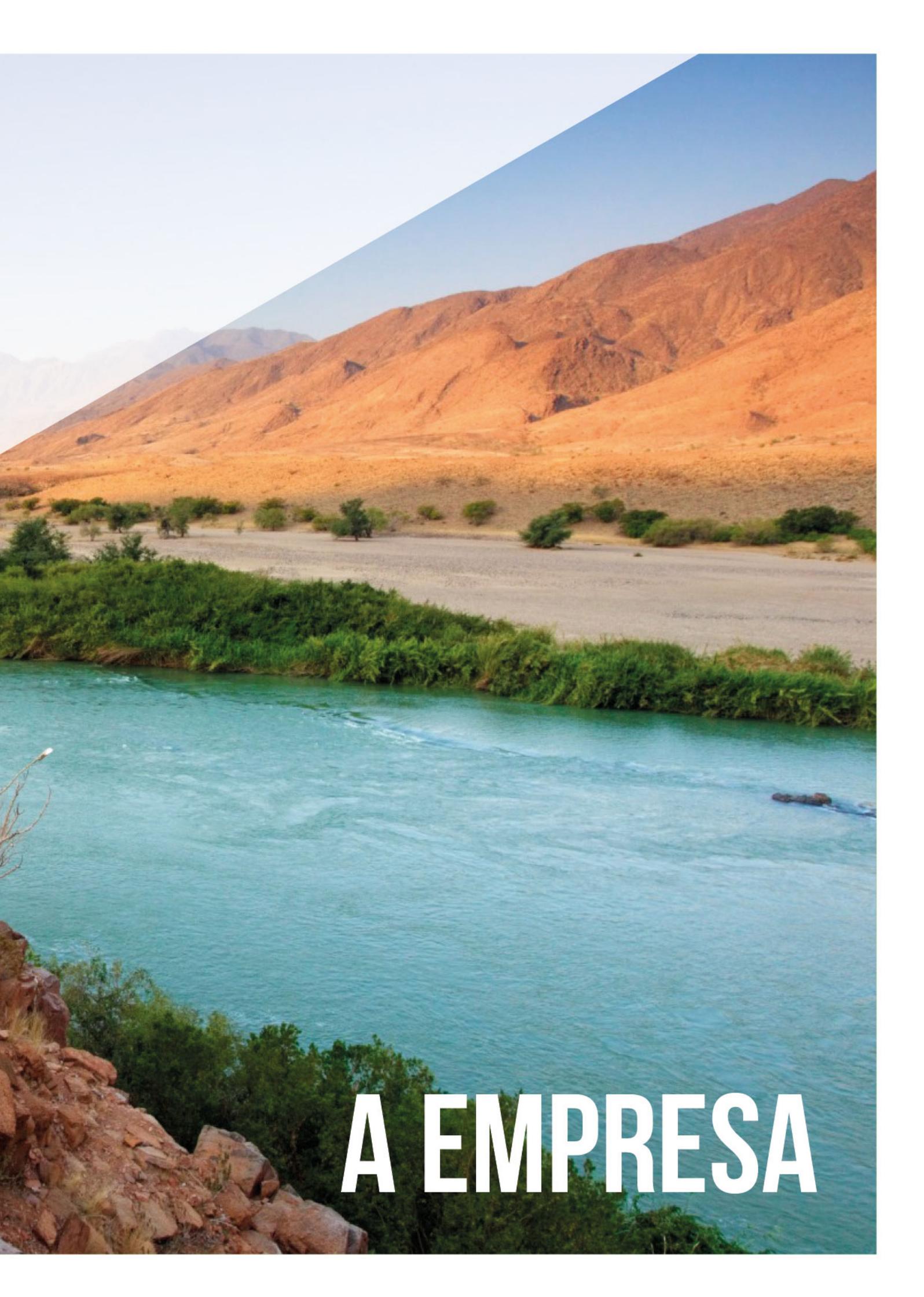
NOVEMBRO

- **Conclusão da elaboração dos Planos Diretores** de Saneamento para as cidades de Luena, Huambo, Cuito e N'dalatando, projeto financiado pelo Banco Mundial, que visava soluções para o saneamento nas quatro cidades (áreas urbanas e peri-urbanas), a definição de um Plano de Ação Estratégico de implementação dessas soluções (para um período de 10 anos) e Especificações Técnicas para os concursos das obras prioritárias do primeiro ano.
- **Início do contrato** de prestação de serviços de consultoria para assistência técnica no desenvolvimento de um Plano de Recuperação de Custos para um sistema de abastecimento de água e tratamento de águas residuais em Díli, Timor-Leste, celebrado com a Millennium Challenge Account Timor-Leste, em representação do **Estado de Timor-Leste**.

DEZEMBRO

- **Início do contrato** de prestação de serviços, celebrado com a Autoridade Reguladora de Águas de **Moçambique**, para Assistência Técnica Especializada no Âmbito da Regulação das Sociedades Comerciais, financiado pelo Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e da Ação Climática da República Portuguesa.
- **Início do contrato** de prestação de serviços, celebrado com a Autoridade Reguladora de Águas de **Moçambique**, para Desenho de Quadros Regulatórios das Sociedades Comerciais e Respetivo Regime Sancionatório, financiado pelo Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e da Ação Climática da República Portuguesa.





A EMPRESA

QUEM SOMOS

MISSÃO, VISÃO E VALORES

A AdP-Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A. (AdP Internacional) foi criada em 2001, para concretizar a estratégia internacional do Grupo Águas de Portugal, é uma empresa pública que integra o Setor Empresarial do Estado nos termos do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e é detida a 100% pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A..

A AdP Internacional tem como PROPÓSITO Fazer a Diferença na Vida das Pessoas e como MISSÃO prestar serviços no setor dos serviços de abastecimento de água e de saneamento, a nível internacional, capitalizando a experiência, o know-how e as soluções tecnológicas do Grupo Águas de Portugal, contribuindo para a projeção internacional do cluster português da água e implementando iniciativas de cooperação para o desenvolvimento, em linha com os ODS 2030.

Em linha com esta missão, a sua VISÃO é a de ser reconhecida pelos clientes e parceiros internacionais como um dos mais eficientes e sustentáveis operadores internacionais na gestão da água, pelo enfoque na excelência do serviço ao cliente, na inovação, na resiliência, na neutralidade energética e carbónica e na economia circular.

Em todas as linhas de atuação, a AdP Internacional adota os VALORES do Grupo Águas de Portugal, e a estes acrescem os valores nucleares da própria AdP Internacional, que são as fundações da sua atuação a nível internacional, junto de clientes, das entidades financiadoras, dos parceiros e das comunidades locais.

DESCRIÇÃO, ATIVIDADE E PRESENÇA

A AdP Internacional é responsável pela gestão dos negócios internacionais do Grupo Águas de Portugal, atuando como montra das capacidades do Grupo e veículo de disseminação das suas competências nos mercados internacionais, constituindo-se como alavanca para a sua internacionalização.

A AdP Internacional exerce a sua atividade num ambiente concorrencial nos mercados onde está presente. Na sua maioria, os contratos em execução pela AdP Internacional resultaram de concursos internacionais financiados por instituições financiadoras internacionais, nomeadamente, Banco Mundial, Banco Africano Desenvolvimento, Agência Francesa de Desenvolvimento, Banco Europeu de Investimentos, Banco Asiático de Desenvolvimento, União Europeia, entre outros.

No âmbito das suas intervenções, a AdP Internacional tem vindo também a assumir um papel de relevo no domínio da execução de projetos de cooperação internacional do Estado Português, uma vez que, na sustentação de algumas iniciativas, está subjacente uma perspetiva de cooperação e responsabilidade social em detrimento de uma lógica exclusivamente comercial. A sustentabilidade económica é, contudo, o eixo fundamental da atividade desenvolvida.

Para concretizar a sua missão, a AdP Internacional suporta-se essencialmente nas soluções, produtos e competências disponíveis nas empresas do Grupo e estabelece parcerias com outras entidades nacionais, contribuindo assim para o reforço da presença do setor português da água nos mercados internacionais.

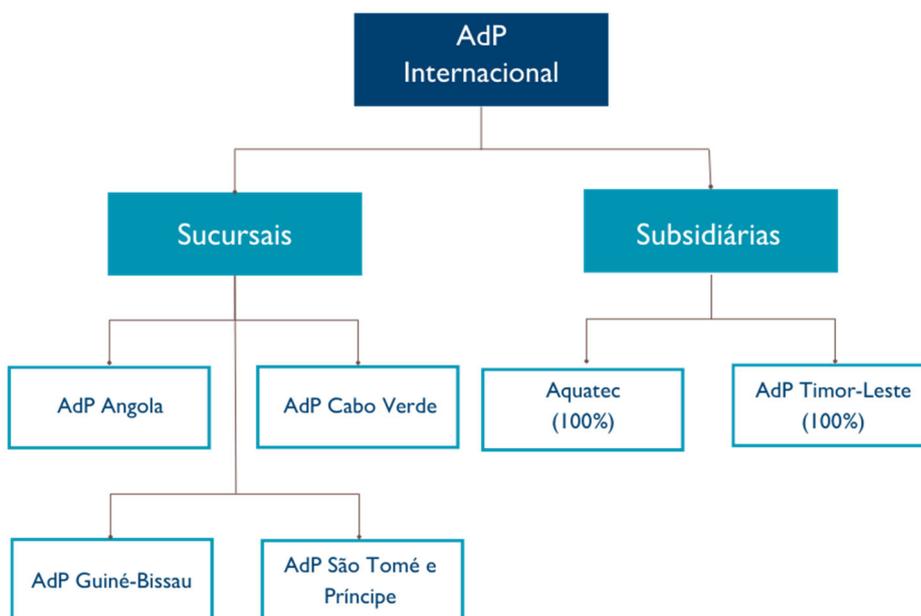
Assim, os serviços nucleares da AdP Internacional refletem a experiência e o saber das empresas do Grupo AdP, e estruturam-se nos seguintes tipos de atividades:



Ao longo dos anos, o enfoque da AdP Internacional nos países lusófonos e o volume de atividade que se tem desenvolvido, especialmente em Angola, levou à decisão de constituir sucursais em alguns mercados-chave.

Atualmente, a AdP Internacional está presente localmente em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, através de sucursais, e participa no capital social de empresas em Moçambique e em Timor-Leste.

Em Timor-Leste e em Moçambique, entre 2002 e 2005, e devido a especificidades da atividade da AdP Internacional nesses mercados, foram constituídas empresas, detidas a 100% pela AdP Internacional, que se mantêm em atividade desde então.

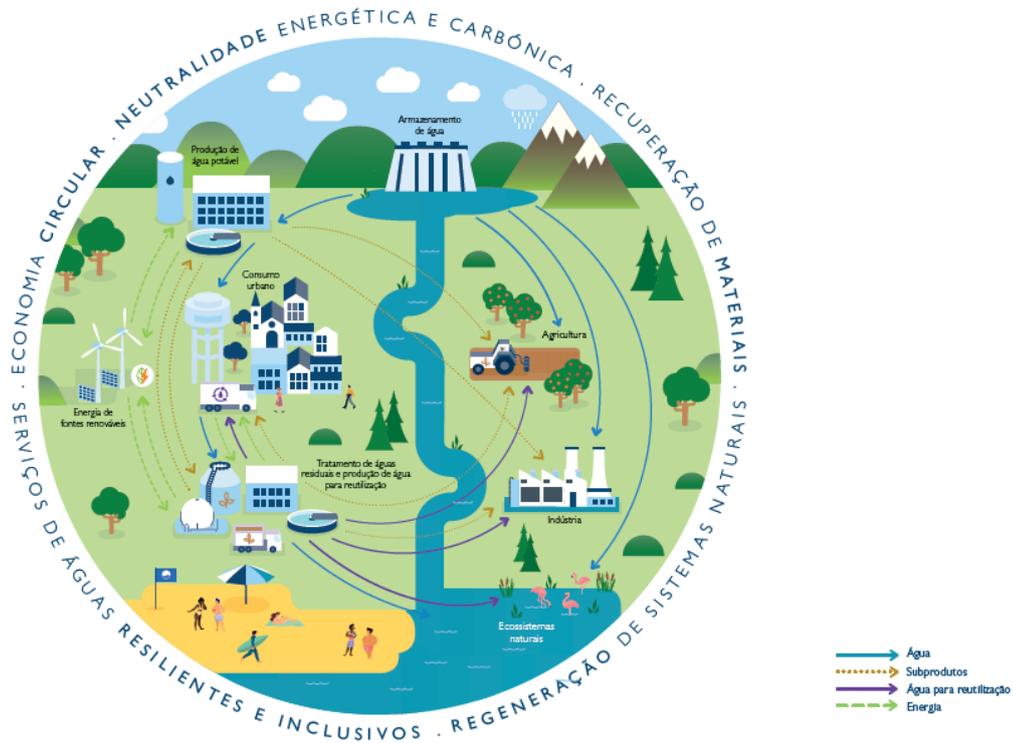


CADEIA DE VALOR

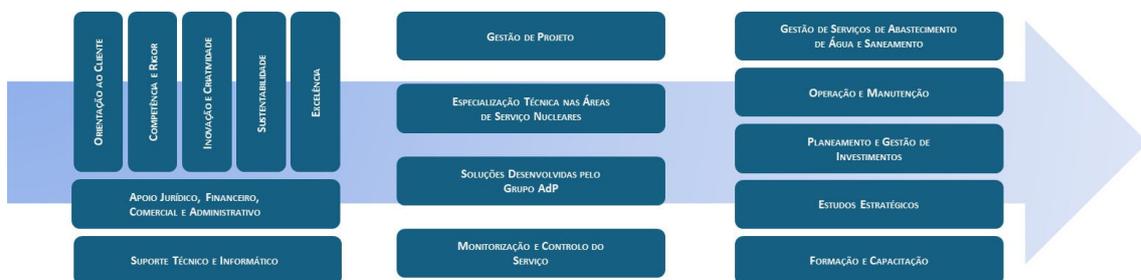
O Grupo Águas de Portugal, através das suas subsidiárias, tem uma presença alargada no território continental português, tendo como atividades principais a gestão integrada do ciclo urbano da água, que compreende todas as fases, desde a captação, o tratamento e a distribuição de água para consumo público, a recolha, o transporte, o tratamento e a rejeição de águas residuais urbanas e industriais, e a produção de Água para Reutilização (ApR).

A eficiência hídrica e a eficiência energética, são objetivos estratégicos do Grupo no contexto da gestão da escassez de água e adaptação às alterações climáticas, e da promoção da economia circular, destacando-se a produção de ApR e a valorização de subprodutos resultantes dos processos de tratamento das águas, nomeadamente lamas e nutrientes, e o aproveitamento

energético dos ativos e dos recursos endógenos, designadamente do biogás das digestões anaeróbias, bem como a produção de energia de fontes hídrica, eólica e fotovoltaica.



Considerando a missão específica da AdP internacional de desenvolver a sua atividade no setor dos serviços de abastecimento de água e de saneamento, a nível internacional, capitalizando a experiência, o know-how e as soluções tecnológicas do Grupo Águas de Portugal, contribuindo para a projeção internacional do cluster português da água e implementando iniciativas de cooperação para o desenvolvimento, em linha com os ODS 2030, a sua cadeia de valor, consubstancia áreas de serviço nucleares e competências distintivas, podendo representar-se da seguinte forma:



A AdP Internacional atua na vanguarda do setor da água, guiada por um compromisso centrado no cliente e fundamentada em competência, inovação, sustentabilidade e excelência. Esta abordagem é sustentada por metodologias avançadas de gestão de projetos, especialização técnica em áreas, como serviços nucleares, soluções desenvolvidas pelo Grupo Águas de Portugal e ferramentas de monitorização e controlo de serviços.

A orientação para o cliente é crucial em todas as etapas da cadeia de valor da consultoria. Ao compreender profundamente as necessidades e desafios dos clientes, a AdP Internacional adapta a sua abordagem para garantir o máximo alinhamento com os seus objetivos. As ferramentas de gestão de projetos facilitam a comunicação eficaz, o envolvimento das partes interessadas e a alocação de recursos, garantindo que as expectativas do cliente sejam atendidas e superadas.

Competência e rigor sustentam os processos de pesquisa, análise e desenvolvimento de soluções da consultoria. Com uma equipa de especialistas qualificados, distribuídos por todas as empresas do Grupo Águas de Portugal, a AdP Internacional oferece avaliações e estratégias abrangentes, baseadas na experiência do Grupo ao longo de trinta anos.

A especialização técnica em áreas como serviços nucleares amplia a capacidade da consultoria para oferecer soluções inovadoras e tecnicamente sólidas, especialmente em projetos complexos de gestão de recursos hídricos que exigem conhecimentos avançados.

Com base na experiência e nas tecnologias inovadoras do Grupo Águas de Portugal, a AdP Internacional é pioneira em novas abordagens aos desafios da gestão da água. Ao promover a criatividade e a inovação, a consultoria identifica oportunidades de ganhos de eficiência, redução de custos e práticas sustentáveis, garantindo sucesso a longo prazo para clientes e partes interessadas, apresentando soluções adaptadas às suas necessidades específicas.

Sustentabilidade e excelência são incorporadas em todos os aspetos das operações da AdP Internacional, que, por meio de um planeamento cuidadoso e uma gestão criteriosa de investimentos, prioriza soluções que promovem a gestão ambiental, a conservação de recursos e a resiliência da comunidade. As ferramentas de monitorização e controle de serviços permitem o acompanhamento em tempo real do desempenho das atividades das entidades gestoras de água, garantindo a conformidade com os padrões de sustentabilidade e a entrega de resultados de alta qualidade.

Em suma, a cadeia de valor da AdP Internacional representa uma abordagem holística da consultoria no setor da água, integrando orientação para o cliente, competência, inovação, sustentabilidade e excelência para fornecer soluções impactantes. Com a utilização estratégica de gestão de projetos, especialização técnica, soluções desenvolvidas pelo Grupo Águas de Portugal e ferramentas de monitorização e controlo de serviços, a consultoria mantém-se na vanguarda da inovação, impulsionando a mudança positiva e o desenvolvimento sustentável no setor da água.

OS NOSSOS STAKEHOLDERS

Por *stakeholder* entende-se uma pessoa ou grupo que possa afetar e/ou ser afetado pelos resultados estratégicos da empresa e que tenha reivindicações aplicáveis, respeitantes ao desempenho da empresa.

A envolvimento dos *stakeholders* na atividade do Grupo Águas de Portugal passa por um exercício de partilha e transparência da empresa, na relação com a sociedade e, em especial, com as entidades com impacto nas empresas do Grupo ou sejam impactadas por elas.

Considerando a especificidade da AdP Internacional de prestar serviços no setor dos serviços de abastecimento de água e de saneamento a nível internacional, foram identificados os seus principais *stakeholders*:



A AdP Internacional mantém um adequado relacionamento informativo com os *stakeholders*, atuando como interlocutor entre o Grupo Águas de Portugal e os respetivos *stakeholders*, garantindo um envolvimento e uma comunicação profissional e constante com estes, sendo responsável pela celeridade, credibilidade e robustez de toda a informação disponível.

DEVERES ESPECIAIS DE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO

A AdP Internacional cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, sempre de acordo com o princípio da transparência e assegurando o cumprimento dos deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *stakeholders*.

Estamos empenhados em assegurar o cumprimento dos deveres necessários para manter um relacionamento adequado com nosso amplo universo de *stakeholders*, pelo que não só divulgamos as informações exigidas pelas leis e regulamentos, como também adotamos uma postura proativa em relação à transparência. Estamos comprometidos em fornecer informações relevantes e oportunas não apenas do cumprimento de obrigações legais, mas também para promover a confiança e o engajamento com nossos *stakeholders*.

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

A AdP Internacional tem como missão prestar serviços no setor do abastecimento de água e de saneamento, a nível internacional, capitalizando a experiência, o know-how e as soluções tecnológicas do Grupo Águas de Portugal, contribuindo para a projeção internacional do cluster português da água, e implementando iniciativas de cooperação para o desenvolvimento, em linha com os ODS 2030.

A atividade prosseguida pelo Grupo Águas de Portugal enquanto agente empresarial do Estado para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais no domínio do ambiente, respeita o enquadramento fixado nos termos do Artigo 24.º do Decreto n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, e as orientações emanadas através de despachos ministeriais e deliberações dos acionistas, os quais devem ser contemplados nos documentos de estratégia e planeamento vigentes.

Assim, compete ao Ministério das Finanças, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, a definição de orientações tendo em vista a elaboração dos respetivos planos de atividade e orçamento anuais, bem como o controlo da evolução dos níveis e condições de endividamento, nos termos definidos no Artigo 29.º do Decreto n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Conforme também resulta do referido regime, compete ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática, enquanto tutela setorial, designadamente:

- a) Definir e comunicar a política sectorial a prosseguir;
- b) Emitir as orientações específicas de cariz sectorial aplicáveis a cada empresa;
- c) Definir os objetivos a alcançar na atividade operacional; e
- d) Definir o nível de serviço público a prestar e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização.

DEVERES E RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

O exercício das funções do Conselho de Administração da AdP Internacional terá em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação o qual, relativamente ao exercício de funções executivas prevê:

- a) Cumprir os objetivos fixados em Assembleia Geral, constantes dos contratos de gestão;
- b) Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da empresa;
- c) Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da empresa em todas as suas componentes;
- d) Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da empresa;

- e) Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à empresa, bem como a sua confidencialidade;
- f) Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos; e
- g) Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

No exercício das suas funções, os membros do Conselho de Administração devem ainda promover iniciativas e a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento do setor, designadamente com incidência no Grupo Águas de Portugal.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da AdP Internacional estão ainda sujeitos ao disposto no Estatuto do Gestor Público, ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão empresarial, nomeadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS GERAIS

O Conselho de Administração deverá ainda assegurar que a AdP Internacional, sem prejuízo da respetiva autonomia de gestão:

- a) Cumpra a sua missão e exerça a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- b) Seja socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- c) Promova o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- d) Adote sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito;
- e) Adote metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes;
- f) Implemente políticas de inovação científica e de tecnologia consistentes, promovendo e estimulando novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- g) Concretize políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão; e
- h) Desenvolva iniciativas tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;
- i) Desenvolva ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos.

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS ESPECÍFICAS

O Conselho de Administração deverá estabelecer um enquadramento estratégico alinhado com a visão e posicionamento da Empresa, inseridos no quadro estratégico do Grupo Águas de Portugal, bem como assegurar um modelo de governo e organizativo apropriado para garantir a execução de uma agenda de medidas que inclua as que adiante se enunciam (quando aplicável, atendendo ao objeto e atividade da empresa):

1. Contribuir, no aplicável, para o reforço da capacidade de resposta aos grandes desafios ambientais nas operações e atividades em que participa, nomeadamente:

1.1. Aumento da eficiência na utilização de recursos primários;

1.2. Reforço da resiliência no fornecimento de água e redução da vulnerabilidade das infraestruturas críticas, privilegiando a interoperabilidade e o desenvolvimento de novas dinâmicas de reengenharia de sistemas;

1.3. Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética;

1.4. Aprofundamento da relação com as comunidades e o território na diversificação e interligação de origens, na fiabilidade dos serviços e no cumprimento dos valores limite para descarga dos efluentes nas redes; e

1.5. Modernização das operações nos territórios, induzida por novas dinâmicas organizacionais e tecnológicas.

2. Contributo para a consolidação e sustentabilidade do setor em linha com o plano estratégico setorial, em especial:

2.1. Contribuir para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades;

2.2. Contribuir para a adoção de modelos alternativos para a atuação articulada com os sistemas municipais;

2.3. Contribuir para a integração de sistemas de drenagem de águas pluviais; e

2.4. Contribuir para a integração dos empreendimentos hidráulicos.

3. Sensibilização para a globalidade dos custos incorridos na prestação do serviço, de entre os quais se destacam os custos ambientais, tendo em vista:

3.1. O maior reconhecimento por parte dos intervenientes no setor de todos os custos efetivamente incorridos no sentido de assegurar a valorização não só do recurso água, mas sobretudo dos serviços essenciais que lhes são prestados por um conjunto de entidades;

3.2. A adoção de um comportamento responsável e de consumos mais racionais por parte dos utilizadores municipais, das atividades económicas e dos consumidores individuais; e

3.3. No caso de alguns utilizadores não domésticos, a redução da carga poluente drenada para as instalações de tratamento de águas residuais urbanas, obrigando a investimentos adicionais para assegurar a qualidade mínima da água residual que é rejeitada de modo a não impactar nos meios recetores.

4. Na atuação sobre o modelo de governo, a estrutura empresarial, a organização e o funcionamento:

4.1. Na governação, promover uma ampla e abrangente representatividade das partes interessadas, salvaguardar princípios, valores e práticas alinhadas com os mais elevados padrões de exigência;

4.2. Na definição de políticas corporativas, a simplificação e agilização de processos corporativos e a incorporação do espectro alargado de conhecimento e sensibilidades, designadamente mediante a criação de uma rede multipolar de competências operacionalizada por estruturas especializadas transversais e a incorporação de experiências vivenciadas junto às realidades territoriais;

4.3. Na dinamização de redes de competências em temas estratégicos, num ambiente descentralizado e colaborativo; e

4.4. Nas políticas de contratação de bens e serviços que, sem prejuízo da racionalidade económica, promovam o desenvolvimento das atividades económicas regionais.

5. Elevar os níveis de eficiência e consistência, potenciando a natureza empresarial e a capacidade técnica, em especial:

5.1. Quanto à atração, retenção, desenvolvimento e sucessão dos quadros, em linha com os desafios do setor e padrões da regulação; e

5.2. No reforço da transição digital, num ambiente de segurança cibernética, alinhado com os objetivos de resiliência, eficiência e ligação às comunidades.

6. Assegurar as boas práticas na gestão do ciclo de vida dos ativos, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos grandes desafios ambientais, através da:

- 6.1. Clarificação da política de gestão de ativos infraestruturais e respetivas prioridades de ação;
- 6.2. Consolidação e modernização dos sistemas cadastrais e de gestão informação e monitorização;
- 6.3. Atualização dos processos de planeamento de investimentos;
- 6.4. Adoção das melhores práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas nos processos de planeamento e gestão de ativos; e
- 6.5. Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.

7. Capitalizar a nível internacional as competências e capacidades, bem como os produtos e serviços existentes no Grupo Águas de Portugal e, ainda, competências existentes no setor da água português, contribuindo para criar valor e afirmar a marca Portugal nas geografias onde opera.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

De acordo com o titular da função acionista a orientação estratégica específica da AdP Internacional para o mandato 2023/2025 será capitalizar a nível internacional as competências e capacidades, bem como os produtos e serviços existentes no Grupo Águas de Portugal e, ainda, competências existentes no setor da água português, contribuindo para criar valor e afirmar a marca Portugal nas geografias onde opera.

Considerando esta orientação estratégica específica, e em continuidade com os Princípios, Linhas de Atuação e Ações da AdP Internacional, a estratégia aprovada pela função acionista para o mandato 2023/2025 permitirá disponibilizar serviços que contribuirão diretamente para o cumprimento do ODS 6, ou seja, "Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos", em linha com o Quadro Global de Aceleração do ODS 6.

A AdP Internacional continuará a prestar serviços, alinhada com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e respetivas Metas, mas distinguir-se-á pela forma como encara os Indicadores que medem os resultados da sua oferta.

Verifica-se que muitos projetos, não obstante se encontrarem alinhados com os ODS, carecem da apresentação clara dos seus resultados e de como estes impactam, na classificação dos países e regiões, nos indicadores definidos e apresentados pelas Nações Unidas.

Assim, considerando os Indicadores dos ODS, e aprofundando a utilização dos respetivos metadados definidos para esses mesmos indicadores, a AdP Internacional, na sua atividade e nos projetos que desenvolverá, apresentará os resultados de acordo com estes Indicadores.

A AdP Internacional afirmar-se-á como uma entidade capaz de contribuir para a melhoria da posição dos países ou regiões na classificação do ODS 6 e nos restantes ODS, considerando também o impacto que o aumento do resultado das metas definidas nos indicadores do ODS 6 terá nos restantes 16 ODS.



Em simultâneo com o posicionamento estratégico da AdP Internacional de contribuir, com a sua atividade, para acelerar o cumprimento do ODS 6, o estabelecimento de parcerias traduzir-se-á num instrumento fundamental para a concretização dos objetivos, contribuindo, também, para o cumprimento das metas do ODS 17.

Reforçar os meios de implementação e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável, com o qual se pretende reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Deste modo, a atividade da AdP Internacional permitirá a Aceleração do ODS 6 através de três dinâmicas conceptuais interligadas: Gestão da Água, Literacia da Água e Diplomacia da Água, cada uma delas incorporada nas orientações e objetivo fixados, e desenvolvidas de modo multifacetado, permitindo consolidar uma coerência na apresentação das soluções oferecidas ao mercado.

ORGANIZAÇÃO

ESTRUTURA ACIONISTA, ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ÓRGÃOS SOCIAIS

ESTRUTURA ACIONISTA

A AdP Internacional é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com um valor de capital social de 175.000,00 de euros, integralmente realizado.

A Empresa tem como acionista única a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. (AdP SGPS), que detém 100% do seu capital.

Acionista	%	Ações	Valor (Eur)
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100	35.000	175.000

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Os órgãos sociais da AdP Internacional, para o triénio 2023/2025, foram eleitos na Deliberação Social Unânime por Escrito, datada de 4 de maio de 2023.

O Conselho de Administração da AdP Internacional atuou, em 2023, em conformidade com as determinações legais vigentes e com as orientações de atuação que lhe foram transmitidas pela acionista e pela Tutela Setorial e Financeira.

A Empresa apresenta a seguinte Estrutura Organizacional:



A equipa de sede é uma equipa pluridisciplinar, com uma versatilidade que permite a cada elemento desempenhar diferentes funções, para dar resposta às prioridades que se vão colocando ao longo do ano.

A distribuição de Pelouros entre os membros do Conselho de Administração, é a seguinte:

CARLA CORREIA

- Coordenação Geral da Sociedade
- Sustentabilidade e Responsabilidade Empresarial (representante de gestão de SRE)
- Recursos Humanos

ANTÓNIO VENTURA

- Desenvolvimento de Negócio
- Controlo de Gestão e Coordenação de Projetos e Contratos

ANDREW DONNELLY

- Acompanhamento Técnico na Execução dos Contratos

ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente | AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.

Secretário | Ana Cristina Rebelo Pereira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente Executiva | Carla da Conceição Afonso Correia

Vice-Presidente | António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura

Vogal Executivo | Andrew Donnelly

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Efetivo | Ana Cristina Rebelo Pereira

Suplente | Cláudia Afonso de Carvalho

FISCAL ÚNICO

Efetivo/ROC | PricewaterhouseCoopers & Associados – S.R.O.C., Lda | João Ramos ou José Bizarro Duarte, ambos ROC

Suplente | Carlos José Figueiredo Rodrigues, ROC

O NOSSO PROPÓSITO

FAZER A DIFERENÇA NA VIDA DAS PESSOAS

“Fazer a diferença na vida das pessoas” é o propósito que compromete a AdP Internacional e vincula igualmente os/as nossos/as trabalhadores/as, assentando num duplo vínculo de identidade e de finalidade.

A atividade desenvolvida pelas nossas empresas tem o maior impacto na saúde e bem-estar das pessoas, na qualidade ambiental e no desenvolvimento económico, o que nos confere uma responsabilidade acrescida àquela que assumimos na prestação de serviços públicos essenciais.

Na gestão da água, o trabalho nunca está terminado e sobressai, em especial neste setor de serviços públicos essenciais, a enorme responsabilidade de antecipar cenários, avaliar riscos, desenvolver soluções e agir conseqüentemente.

Considerando os relevantes desafios associados às alterações climáticas, ao esgotamento de recursos, à degradação dos ecossistemas e à poluição ambiental, reforçamos os nossos compromissos com o ambiente, a sociedade e a *governance* para cumprir o nosso propósito.

COMPROMISSO DE INTEGRIDADE

O Compromisso de Integridade foi subscrito pela AdP Internacional em dezembro de 2021, representando um comprometimento com a implementação do modelo de integridade consubstanciado na Política de Integridade e de todos os instrumentos que lhe estão associados, para assegurar continuamente a capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

O referencial ético é coadjuvado por normas de conduta e por um conjunto de outras políticas e procedimentos internos que garantem a conformidade com os diferentes instrumentos que regulam a nossa atividade e atuação, nomeadamente: [Código de Ética e de Conduta](#); [Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas](#); [Regulamento de Denúncias Voluntárias de Irregularidades](#); [Manual de Contratação Pública do Regime Geral](#); [Manual de Compras](#).

A governação da ética organizacional está cometida a dois órgãos com atribuições distintas e complementares: Conselho de Ética, um órgão consultivo com estatuto de independência, que visa promover os mais elevados padrões éticos no Grupo Águas de Portugal, ao nível da cultura, da conduta e dos comportamentos; a Comissão de Ética, um órgão executivo com estatuto de independência, que visa promover a análise de denúncias, questões e dilemas éticos reportados através dos canais de comunicação, confidenciais e seguros, constituídos para o efeito, particularmente no que ao reporte de irregularidades diz respeito.

O Grupo Águas de Portugal, e, por conseguinte, a AdP Internacional, dispõe de uma [Linha de Integridade](#), sendo este um canal específico de comunicação, dirigido à Comissão de Ética do Grupo, cuja função principal é receber das partes interessadas, internas ou externas, todas as comunicações relativas a questões éticas, que possam colocar em causa a integridade do Grupo como um todo ou de uma das suas empresas. A linha de integridade agrega todas as comunicações que possam, de alguma forma, violar os princípios e a essência da Política de Integridade.

COMPROMISSO DE SUSTENTABILIDADE

O Grupo Águas de Portugal, e, por conseguinte, todas as suas participadas, tem a Sustentabilidade no seu ADN e prossegue uma missão de serviço público, com uma visão de longo prazo, assente num modelo organizacional robusto e numa cultura ética forte, sustentando a sua atuação num compromisso com a melhoria do capital natural e humano e em benefício das populações atuais e das gerações futuras.

Em 2022 o Grupo Águas de Portugal definiu o seu Compromisso de Sustentabilidade, em linha com os principais desafios que o Grupo enfrenta, fixando as suas ambições de forma a garantir os princípios de eficiência, inovação e qualidade de serviço, no quadro de responsabilidade empresarial, ambiental e social estabelecido no rumo estratégico que prosseguimos com o propósito de fazer a diferença na vida das pessoas. Continuamos na prossecução das políticas setoriais consolidando um grupo empresarial de referência no setor do ambiente.

AS 7 AMBIÇÕES DE SUSTENTABILIDADE DO GRUPO ADP

As ambições de sustentabilidade estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas e focam-se no propósito do nosso trabalho, na ação pelo clima, na economia circular, na valorização dos territórios, na inovação com impacto, na cooperação para uma gestão sustentável da água a nível internacional, e na educação para a sustentabilidade.

<https://www.adp.pt/pt/sustentabilidade/compromisso-de-sustentabilidade/?id=34>



DE REALÇAR EM 2023

- Destaca-se ainda a prossecução da política de desenvolvimento e melhoria contínua dos seus processos, para a qual contribuem fortemente as certificações dos sistemas de Qualidade, Ambiente e Segurança e Responsabilidade Social, numa lógica de transparência e credibilidade. Em 2023, vimos renovadas as certificações em Qualidade- ISO 9001, Ambiente - ISO 14001, Segurança ISO/45001/OSHAS 18001, e Responsabilidade Social - SA8000.
- Continuámos o programa corporativo de atribuição de bolsas de estudo com vista a contribuir para o desenvolvimento e aprendizagem das/os filhas/os das/dos trabalhadoras/es sendo este um programa de Responsabilidade Social interna de grande impacto. Em 2023, foram entregues 63 Bolsas de Estudo para o ano letivo 2023/2024 para o ensino superior e para ensino especial destinadas aos descendentes dos agregados familiares dos/as trabalhadores/as do nosso Grupo. Das 63 bolsas atribuídas, 28 são para crianças e jovens com ensino especial e 35 para jovens que frequentam o ensino superior. O programa de atribuição de bolsas de estudo aos filhos de trabalhadores/as do Grupo Águas de Portugal arrancou no ano letivo de 2013/2014, tendo já sido atribuído um total de 472 bolsas.
- Um dos nossos princípios orientadores é a igualdade e o respeito pela diversidade. Promovemos ativamente o combate à discriminação e olhamos a ética como um valor primordial no âmbito do nosso desempenho. Em 2023 continuamos como parte ativa em diversos projetos de promoção de igualdade de género de inclusão, de combate à pobreza e exclusão social. O Grupo AdP e, por conseguinte, a AdP Internacional, voltou a associar-se ao projeto "Engenheiras Por Um Dia" que tem por objetivo promover, junto das jovens estudantes dos ensinos básico e secundário, a opção pelas engenharias e pelas tecnologias, desconstruindo a ideia de que estas são áreas masculinas e combater os estereótipos que condicionam as suas opções escolares e de carreira. Este projeto está integrado na Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação - Portugal Mais Igual;
- Acolhemos este ano, novamente, uma estagiária participante no projeto de empreendedorismo feminino Girl Move, promovido pela Fundação homónima que tem como missão a criação de um movimento de vida, de apoio e capacitação no feminino em Moçambique, através da sua educação e da criação de redes humanas de entajuda e cooperação entre pares, inter-geracional e internacional. O seu principal objetivo é capacitar jovens, através da educação e da cooperação de forma a combater o abandono escolar precoce, casamentos e gravidezes prematuras

e a violência de género, que são problemas que afetam a população jovem feminina moçambicana e que prejudicam a realização dos direitos humanos básicos e a oportunidade de atingir em pleno o seu potencial humano. Um dos programas desenvolvidos chama-se “Change” e dirige-se a jovens licenciadas entre os 20 e os 30 anos, que podem fazer um “estágio de vida”, com a duração de um ano, com o apoio das entidades parceiras do projeto. Neste âmbito recebemos em 2023 a jovem moçambicana Lucinda Livele.

- O Grupo Águas de Portugal, e por conseguinte, a AdP Internacional, tem implementada uma política sustentada de Igualdade de Género, temática que tem sido solidificada pela existência de um conjunto de políticas de Recursos Humanos não discriminatórias, o Código de Conduta e Ética e as certificações nas normas de Responsabilidade Social SA8000 e na norma da conciliação entre a vida pessoal profissional e familiar. O Grupo Águas de Portugal está entre as oito Empresas Bandeira portuguesas que lideram o objetivo de alcançar 40% de mulheres em cargos de decisão até 2030, tendo subscrito em 2021 a Meta Nacional para a Igualdade de Género, ato que reitera o objetivo de promoção da igualdade de tratamento e de oportunidades e da participação equilibrada dos homens e das mulheres nas atividades profissionais. Em 2023 cumprimos o nosso Plano para a igualdade e renovámos o nosso compromisso com o iGen - Fórum Organizações para a Igualdade.
- No âmbito da saúde e bem-estar, alinhada com a nossa política no âmbito da Conciliação, continuámos com: (i) o programa de Ginástica, realizado três vezes por semana para os/as trabalhadores/as, em horário pós-laboral (ii) e a disponibilização de uma linha e consultas de apoio psicológico, a todos/as os/as trabalhadores/as e famílias
- No âmbito da resiliência das infraestruturas e tivemos um papel importante na coordenação da Task Force para lidar, em situação de contingência, com a seca meteorológica e hidrológica; participámos no desenvolvimento da estratégia de Adaptação dos Territórios à Seca e à Escassez; coordenámos o Grupo de Trabalho para a dinamização e fomento de produção de Água [residual tratada] para Reutilização.
- Foi lançado o concurso e foram assinados os contratos da primeira edição do concurso de inovação proativa do Grupo Águas de Portugal e deu-se início ao lançamento da segunda edição, beneficiando do Fundo de Inovação de 1M€/ano constituído pela AdP SGPS. Impulsionou-se um portfólio de projetos e iniciativas direcionados à potenciação de novas áreas de negócio, com especial destaque nas áreas da circularidade
- O ODS 17 apela às parcerias e o Grupo Águas de Portugal, e por conseguinte a AdP Internacional, tem feito esse caminho tanto na gestão do conhecimento e inovação como da responsabilidade social. Colaboramos com diversas entidades, nomeadamente a Rede Portuguesa do Pacto Global da Nações Unidas, a Aliança para os ODS, o BCSD Portugal, o iGen - Fórum Organizações para a Igualdade, a Carta Portuguesa para a Diversidade, o GRACE, a APDDI Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão entre outras, todas alinhadas para o desenvolvimento sustentável.
- Atendendo a que o apoio a ações de inclusão social de âmbito nacional faz parte da nossa estratégia de Responsabilidade Social, continuámos em 2023 a ser parceiros do desporto paralímpico, com o apoio ao Comité Paralímpico de Portugal (CPP) rumo aos Jogos Paralímpicos de Paris 2024, estando cientes do impacto e orgulho que esta parceria com o Comité Paralímpico de Portugal tem para todos os/as trabalhadores/as do Grupo AdP.
- Continuámos comprometidos com os 10 Princípios do United Nations Global Compact (UNGC) que o Grupo Águas de Portugal integra desde 2010 fazendo parte do Board da Rede portuguesa GCNP. Em 2023 a AdP Internacional subscreveu individualmente os princípios do UNGC, participando, assim, daquela que é considerada a maior iniciativa de responsabilidade empresarial à escala mundial, reafirmando, desta forma, o compromisso de respeitar integralmente os dez princípios consagrados pelas Nações Unidas neste Pacto Global, que envolvem os Direitos Humanos e do Trabalho, Proteção do Ambiente e Mecanismos Anticorrupção.
- No que respeita à promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e ao reforço do seu compromisso com as pessoas, com a saúde pública e com o ambiente, entre as diferentes iniciativas promovidas nacional e internacionalmente merece especial sublinhado a adesão do Grupo Águas de Portugal à iniciativa “Joint Statement on the Right to Sanitation”, lançada por um conjunto de entidades europeias, com a qual se pretende que a Comissão Europeia introduza disposições legais, na revisão da Diretiva do Tratamento Urbano de Águas Residuais, que garantam o melhor acesso possível a serviços de saneamento para todo o Continente Europeu, em consonância com as disposições de direitos humanos.
- Continuamos comprometidos com United Nations Global Compact Sustainable Ocean Principles em 2023, integrando o Grupo das 150 empresas que, a nível mundial, se comprometem a avaliar o seu impacto no oceano e a integrar a sustentabilidade oceânica na sua estratégia geral. Contribuir para a melhoria



substancial da qualidade da água que é devolvida aos meios hídricos é um objetivo que prosseguimos na nossa atividade, especialmente no saneamento.

- Participámos ativamente no Pacto para a Saúde Mental em Ambientes de Trabalho, uma iniciativa promovida pelo Center for Responsible Business & Leadership da CATÓLICA-LISBON, na qual se desafiam as organizações a assumirem a sua responsabilidade em adotar medidas, de forma a mitigar os problemas colocados pela fragilidade da saúde mental em ambientes de trabalho.
- Em novembro, participámos na co-organização da Semana da Responsabilidade Social, iniciativa anual da APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial, com apoio do Global Compact Network Portugal e o tema que levámos foi "A água não cai do céu".

A presente matéria é objeto de necessário desenvolvimento no Relatório de Sustentabilidade do Grupo AdP. Desde 2008 que o Grupo AdP publica o seu relatório de sustentabilidade o qual relata de forma consistente e transparente a responsabilidade económica, social e ambiental do Grupo. Integra o balanço consolidado da atividade de todas as empresas do Grupo reportando o seu desempenho e evidenciando as estratégias adotadas, o grau de cumprimento das metas fixadas e o relato das boas práticas protagonizadas pelas empresas participadas cujas operações abrangem o País de norte a sul e do interior ao litoral.

Esta publicação permite um estreitar de relações com todos os seus stakeholders. A comunicação com as partes interessadas desenvolve-se através de múltiplos canais, diretos e indiretos, sendo o Relatório de Sustentabilidade o documento principal de materialização desta política de transparência.

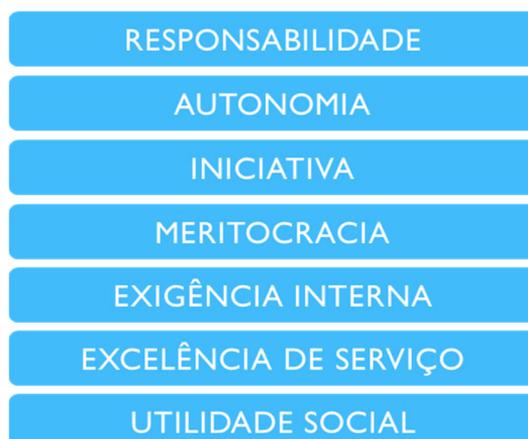
O Relatório de Sustentabilidade relativo a 2023 é desenvolvido em continuidade com as edições anteriores, segue as diretrizes do GRI - Global Report Initiative e os referenciais da ERSAR, que será sujeito a verificação por entidade externa, pode ser consultado, quando disponível, no sítio da internet da AdP, através do link: <https://www.adp.pt/pt/media/publicacoes/relatorios-de-sustentabilidade/?id=265> e do SIRIEF (<https://sirief.dgtf.pt>).

O Grupo AdP divulga anualmente no R&C e no Relatório de Sustentabilidade Corporativos a informação relevante de RH desagregada por sexo (bem como nos individuais das empresas). O RS corporativo é enviado aos principais stakeholders e é disponibilizado no site do Grupo e das empresas bem como na intranet.

AS NOSSAS PESSOAS

As pessoas são o bem mais valioso do Grupo Águas de Portugal pelo que as colocamos no centro da nossa atenção.

Este é o mote para a gestão de pessoas no Grupo Águas de Portugal – pretendemos ajustar a organização à maturidade das empresas e dos processos de negócio, estabilizando em definitivo o código genético do Grupo, alicerçado num clima de respeito, transparência e confiança, e reforçando uma cultura de:



Assim os nossos pilares estratégicos são **i)** a organização, **ii)** a valorização das pessoas, **iii)** o conhecimento e **iv)** a simbiose com a comunidade.

Os nossos valores são também basilares e visam a sustentabilidade, o equilíbrio, a equidade e a promoção do bem-estar.

O ano de 2023 é caracterizado por momentos de grande relevância para a organização e para as suas pessoas, sendo várias as iniciativas a destacar:

Desde logo o acordo histórico que foi assinado com todos os sindicatos subscritores do Acordo Coletivo de Trabalho e com os sindicatos subscritores do Acordo de Empresa da EPAL, tendo-se alcançado valores de valorização salarial bastante expressivos, existindo um foco significativo nas pessoas com vencimentos mais baixos.

Noutro contexto, foram iniciados os trabalhos de revisão do Acordo Coletivo de Trabalho, num diálogo aberto e construtivo em todas as mesas negociais, tendo já existido acordo relativamente a diversas cláusulas e decorrendo os trabalhos atualmente no âmbito da revisão das carreiras, da tabela de remunerações e dos descritivos de funções.

Outro ponto de grande relevância prende-se com o início da implementação do SAP Success Factors, plataforma que permitirá digitalizar e informatizar alguns dos nossos principais processos, como a gestão de dados pessoais, a avaliação de desempenho, a formação e o recrutamento.

Lançámos ainda, no final de 2023, um novo questionário de clima organizacional, o qual nos trará informações muito valiosas do sentir das nossas pessoas, e nos permitirá avaliar a evolução face aos resultados do questionário realizado há 2 anos.

A formação mantém-se como uma forte aposta no Grupo Águas de Portugal, continuando a dar-se especial atenção e valor aos planos de desenvolvimento pessoal que resultam do processo de avaliação de desempenho, nunca descurando as necessidades mais transversais e estratégicas.

Apostamos, cada vez mais, em novos formatos de aprendizagem, através da experiência e do contacto com outras pessoas, como por exemplo, o lançamento do primeiro programa transversal de mentoring no Grupo.

DIVERSIDADE, IGUALDADE E INCLUSÃO

No Grupo temos como referência a igualdade de oportunidades, pelo que acolhemos e valorizamos todas as pessoas, independentemente da nacionalidade, origem, cultura, religião, convicções políticas e ideológicas, idade, estado de saúde, género, identidade ou orientação sexual, visando, inclusive, a promoção da diversidade de pensamento e de experiências, numa verdadeira cultura de inclusão.

Acreditamos que a diversidade cria valor e fortalece a cultura organizacional. No nosso compromisso de sustentabilidade para 2022-2025, assumimos os objetivos de "garantir a igualdade de oportunidades e promover a diversidade e a inclusão" e "promover o equilíbrio entre a vida profissional, familiar e pessoal", estando contempladas quatro metas, a aplicar em todas as empresas do Grupo Águas de Portugal.

Temos uma política sustentada de igualdade de género e um conjunto de outras políticas de recursos humanos não discriminatórias, como o próprio código de ética e conduta e as certificações nas normas de responsabilidade social SA 8000 e na norma da conciliação entre a vida pessoal profissional.

Somos membros, desde 2017, do iGen - Fórum Empresas para a Igualdade, reforçando o compromisso de promoção da igualdade de género e de melhoria ao nível da sustentabilidade, da justiça organizacional e da satisfação das nossas Pessoas.

Aderimos à Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão, criada para gerir e garantir a sustentabilidade e desenvolvimento da Carta Portuguesa para a Diversidade e Inclusão, e ao GRACE – Associação Empresas Responsáveis.

Entre outros, participámos também no projeto "Divers@s e Ativ@s: Promoção da Diversidade e Não Discriminação no Âmbito Profissional", promovido pela APPDI, juntamente com as seguintes entidades parceiras: Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN); Clube Intercultural Europeu; KUN - Centre for Equality and Diversity.

FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A análise do desenvolvimento e formação em 2023 para o Grupo Águas de Portugal revelou um compromisso contínuo com o aperfeiçoamento profissional e o fortalecimento das competências de todas as pessoas. Durante o ano de 2023, o Grupo concentrou-se em diversas temáticas para impulsionar o crescimento e a eficácia organizacional:

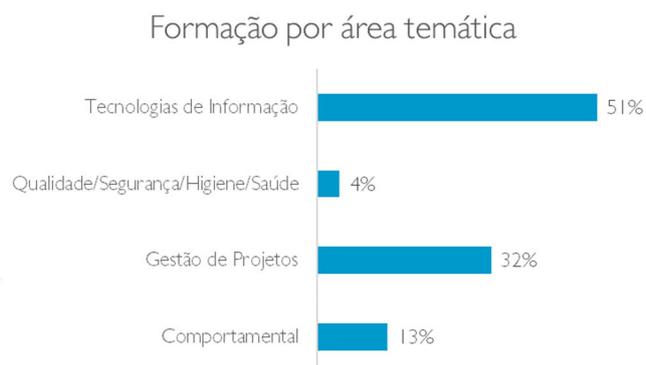
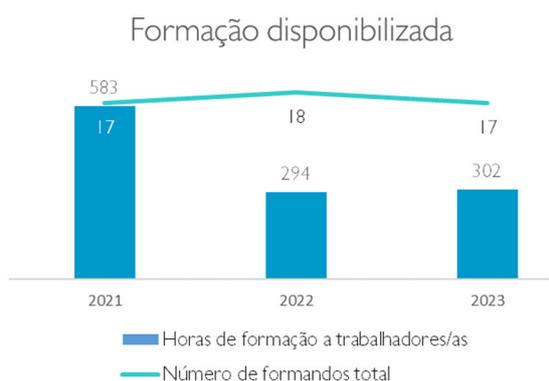
Diversificação de Temáticas: Em 2023, as formações abrangeram uma ampla gama de áreas, desde aptidões técnicas específicas, até competências comportamentais essenciais. Isso permitiu um desenvolvimento holístico das pessoas, preparando-as para os desafios das suas atividades.

Ênfase na Ética e Conduta Profissional: Mantendo-se fiel aos seus valores fundamentais, o Grupo Águas de Portugal priorizou a formação em ética e conduta profissional. Essa iniciativa visa garantir que todas as pessoas atuam com integridade e responsabilidade em todas as suas atividades.

Reforço em Cibersegurança: Em resposta ao crescente cenário de ameaças digitais, o Grupo continuou a oferecer formações transversais em temáticas, como por exemplo, a cibersegurança. Esta medida visa proteger os ativos digitais da organização e fortalecer a resiliência contra potenciais problemas.

Investimos na formação e desenvolvimento dos/as trabalhadores/as para garantir que possuam as competências técnicas e comportamentais necessárias para desempenhar as suas funções de forma eficaz, especialmente considerando as exigências específicas do setor de água e saneamento, que envolvem tecnologias e normativos em constante evolução.

No ano de 2023 foram disponibilizadas 302 horas de formação a 17 formandos da AdP Internacional (componente nacional).



CARATERIZAÇÃO DAS PESSOAS DA ADP INTERNACIONAL, A 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(não inclui Órgãos Sociais)

A AdP Internacional – sede e respetivas sucursais - conta com 16 trabalhadores/as no ativo. De salientar que a 31/12/2023, um trabalhador da AdP Internacional (sede) se encontrava com contrato suspenso por motivo de baixa prolongada, não relevando para o número de ativos àquela data.

AdP Internacional - população ativa a 31/12/2023	2023
AdP Internacional (sede)	
Estrutura	8
Projetos	2
Sucursal: AdP Angola	6
Sucursal: AdP Cabo Verde	0
Sucursal: AdP Guiné Bissau	0
Sucursal: AdP de São Tomé e Príncipe	0
Total da população ativa	16

Adicionalmente, nas empresas subsidiárias da AdP Internacional, a 31 de dezembro de 2023 existiam 3 pessoas no ativo (sem contar com 1 trabalhador expatriado em Timor, já considerado na AdP Internacional – componente nacional - projetos).

Empresas subsidiárias da AdP Internacional - população ativa a 31/12/2023	
Subsidiária: AQUATEC (Moçambique)	1
Subsidiária: AdP Timor	2

A caracterização dos recursos humanos que se fará de seguida respeita apenas à população ativa da AdP Internacional – sede e respetivas sucursais, e não inclui os Órgãos Sociais.

CARATERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO ATIVA DA ADP INTERNACIONAL (SEDE E SUCURSAIS)

A população ativa da AdP Internacional no fim do ano de 2023 era de 16 pessoas, 10 na sede, das quais 8 na estrutura, e 2 afetas a projetos, e 6 na sucursal de Angola. A 31 de dezembro a empresa contava com 3 pessoas em situação de contrato suspenso, uma das quais por se encontrar em situação de baixa prolongada.

Número de Pessoas na AdP Internacional (sede+sucursais)

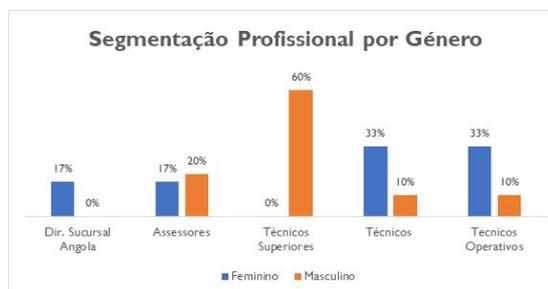
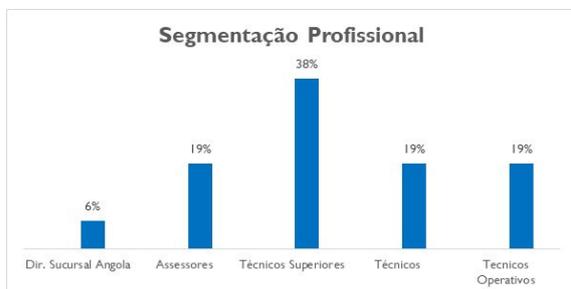


Contratos suspensos



CARATERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO ATIVA A 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Na AdP Internacional, 62% da população ativa pertence ao género masculino e 38% ao género feminino. A maior parte são quadros superiores (técnicos superiores e assessores) (62%) - 20% do total de mulheres e 80% do total de homens.

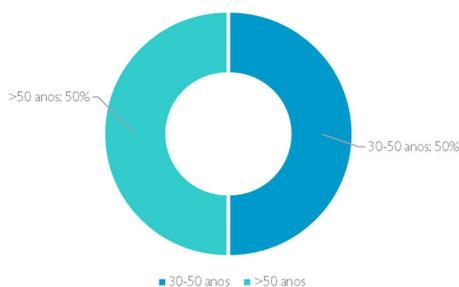


Em cumprimento do previsto no n.º2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a AdP SGPS SA promoverá, divulgará internamente e disponibilizará no sítio da internet, a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens, através do seu relatório anual de sustentabilidade. Adicionalmente, no sítio da internet da AdP Internacional está publicado o Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens.

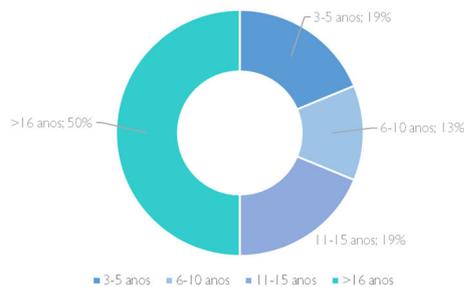
A média etária da população ativa é de 46 anos, sendo que metade da população ativa tem idade compreendida entre os 30 e os 50 anos de idade e a outra metade tem idade superior a 50 anos.

A antiguidade média é de 13 anos, verificando-se que 69% tem uma permanência no Grupo superior a 10 anos.

Distribuição etária

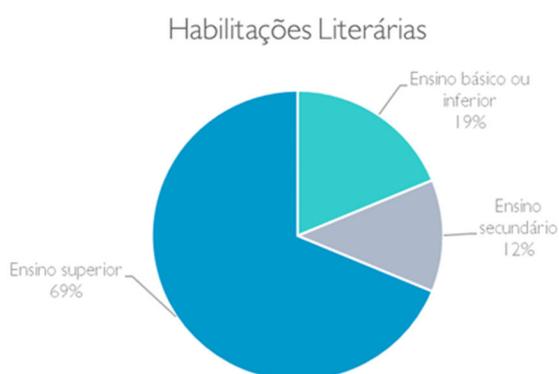
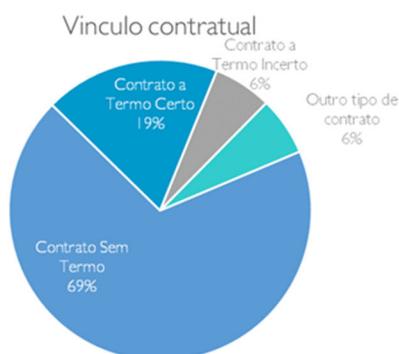


Antiguidade dos trabalhadores/as no ativo



No que respeita ao vínculo contratual, 75% tem contrato sem termo (69%+6%), uma vez que os contratos de cedência ocasional representam vínculos de contratos sem termo nas empresas de origem.

Relativamente às habilitações literárias, 69% tem formação superior.



CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES E SUCURSAIS

PARTICIPAÇÕES



A AdP Timor-Leste foi constituída em 2013 e tem por objeto a realização de atividades no âmbito da gestão, manutenção e exploração de serviços públicos e outros, nomeadamente de sistemas de captação, tratamento, adução, reserva e distribuição de água para consumo público e outros fins, de recolha, tratamento, rejeição e reciclagem de efluentes urbanos, industriais e outras com eventual recurso

à instalação e equipamento e acessórios metal-mecânicos e outra maquinaria adequados assim como a execução de análises laboratoriais por via de equipamento e reagentes próprios para o efeito e de conservação, manutenção, exploração e gestão de sistemas de recolha e tratamento de resíduos sólidos e a consultoria e prestação de serviços nas mesmas áreas, em áreas semelhantes, acessórias ou complementares, bem como em outros sectores das indústrias do ambiente, assim como o exercício das atividades de formação, empreiteira e fornecedora de obras públicas e de obras particulares, nas áreas da construção, engenharia, consultadoria e assistência técnica.

O seu capital social é de USD 5.000,00 (cinco mil dólares norte-americanos), encontrando-se integralmente realizados em dinheiro, correspondendo a uma só quota pertencente à sócia única AdP Internacional.



A AQUATEC tem por objeto a prestação de serviços relacionados com sistemas de abastecimento de águas, de saneamento de águas residuais e de recolha e tratamento de resíduos, nomeadamente o fornecimento e instalação de equipamentos, a manutenção e assistência técnica aos sistemas e instalações, a

operação e gestão de sistemas de saneamento básico, a execução de obras hidráulicas, públicas e privadas, manutenção e assistência técnica, a importação e comercialização de produtos químicos, peças e acessórios, a formação profissional e a

consultoria e prestação de serviços nas mesmas áreas, áreas semelhantes, acessórias ou complementares e noutros sectores da indústria do ambiente.

O capital social, integralmente realizado em numerário é de MZN 2.476.580,00 (dois milhões quatrocentos e setenta e seis mil quinhentos e oitenta meticais) e correspondente à soma de duas quotas, integralmente subscritas e realizadas em dinheiro, distribuídas da seguinte forma:

- Uma quota no valor nominal de MZN 2.466.030,00 (dois milhões quatrocentos e setenta e seis mil quatrocentos e trinta meticais), pertencente à sócia AdP-Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A.; e
- Uma quota no valor nominal de MZN 150,00 (cento e cinquenta meticais) pertencente à sócia AdPVALOR-Serviços Ambientais, S.A.

SUCURSAIS

A expansão da AdP Internacional através da criação de sucursais foi a resposta às necessidades crescentes desses mercados.

A sucursal é o prolongamento de uma sociedade (empresa-mãe) e representa os seus interesses no país onde opera. A sucursal não tem personalidade jurídica própria, mas exerce a atividade da empresa-mãe ou parte da sua atividade.

A presença local da AdP internacional, através de sucursais, nos países africanos de língua portuguesa permitiu adaptar as soluções do Grupo Águas de Portugal às especificidades e desafios de cada país, garantindo maior eficácia na prestação dos seus serviços.

Além disso, a proximidade com os clientes em cada país facilita a comunicação, fortalece os relacionamentos comerciais e aumenta a confiança dos clientes na expertise da empresa.

A criação das seguintes sucursais proporcionou uma vantagem competitiva significativa ao abrir novos mercados e aproveitar oportunidades de negócios emergentes:



RECONHECIMENTO / PRÉMIOS / CERTIFICAÇÕES

Em 2023 a AdP Internacional associou-se em consórcio com a Águas do Norte para a apresentação de uma candidatura conjunta ao Concurso Inovação Proativa, cuja primeira edição decorreu em março deste ano.



Esta é uma iniciativa interna do Grupo Águas de Portugal que disponibilizou um fundo de 800 mil euros para o desenvolvimento de novos produtos, bens e serviços por consórcios estabelecidos entre empresas do grupo, com o objetivo de reforçar o compromisso global com a inovação. A complementaridade da atividade internacional da AdP Internacional e a nacional da Águas do Norte fizeram nascer uma sinergia entre as duas empresas no sentido de capitalizar o conhecimento técnico e a experiência coletiva no desenvolvimento de um projeto piloto para Angola, enquadrado na promoção do acesso à água nas zonas periurbanas e rurais da província de Cunene.

A ideia de apresentar uma solução tecnologicamente simples e adaptada ao contexto local surgiu na sequência do projeto de assistência técnica à Empresa de Água e Saneamento do Cunene EP, concessionária local responsável pelo abastecimento de água nesta província, projeto que a AdP Internacional implementou desde setembro 2019 e que terminou em outubro de 2023.



Em setembro de 2023, o consórcio viu aprovada a candidatura do projeto "Omeva4All" ("omewa" significa "água" na língua local), e está previsto que a colaboração entre a AdP Internacional e a Águas do Norte nas atividades preparatórias em Portugal se inicie no primeiro trimestre de 2024.

Por fim, a AdP Internacional manteve as certificações dos sistemas de Qualidade, Ambiente e Segurança e Responsabilidade Social, numa lógica de transparência e credibilidade. Em 2023, vimos renovadas as certificações em Qualidade- ISO 9001, Ambiente - ISO 14001, Segurança ISO/45001/OSHAS 18001, e Responsabilidade Social - SA8000.

O GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL

QUEM SOMOS

O Grupo Águas de Portugal constitui-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

Neste contexto, trabalha em estreita colaboração com os municípios, não só nas vertentes de clientes e, em alguns casos, co-acionistas, como também na construção de soluções de agregação de operações em baixa aplicando o seu *know-how*, no sentido promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento de água e saneamento às populações.

As alterações climáticas estão destacadas no conjunto de desafios endereçados no âmbito do Quadro Estratégico de Compromisso do Grupo Águas de Portugal, considerando ambos os planos da ação climática, nomeadamente: **i)** na adaptação, com destaque para a resiliência dos sistemas, a economia circular e eficiência hídrica, a reciclagem da água e a valorização de outros subprodutos de elevado valor ecológico e a sensibilização para o valor da água e para o seu uso eficiente; e **ii)** na mitigação, visando atingir a neutralidade energética em 2030 e promover a descarbonização do ciclo da água, através de programas envolvendo todas as empresas e atividades do Grupo e integrando a redução dos consumos energéticos, o forte aumento da produção própria de energia 100% renovável e a redução das emissões de gases com efeito de estufa.

Na Agenda de Inovação do Grupo, e em linha com as ambições de sustentabilidade, encontram-se identificadas as áreas estratégicas de inovação: neutralidade energética e carbónica, eficiência e resiliência de operações e sistemas, economia circular, digitalização, simbiose com a comunidade e conhecimento.

O Grupo Águas de Portugal continua a desenvolver, desde 2022, um conjunto de iniciativas com vista a garantir a resiliência dos sistemas, em complemento com o desenvolvimento de planos de adaptação às alterações climáticas nas empresas, de que a *task force* das empresas de abastecimento de água do Grupo foi um exemplo durante o ano de 2022, com o objetivo de gerir, em situação de contingência, a seca meteorológica e hidrológica verificada naquele ano, a terceira mais gravosa desde 1931.

Em 2023 e com foco na materialização de investimentos relacionados com os planos regionais de eficiência hídrica para reforço da resiliência dos sistemas de abastecimento de água, foi dada prossecução ao esforço de definição de regras e medidas adicionais de combate à seca, de que é exemplo o Plano de Eficiência Hídrica do Algarve que se enquadra também no âmbito do Plano de Recuperação de Resiliência (PRR).

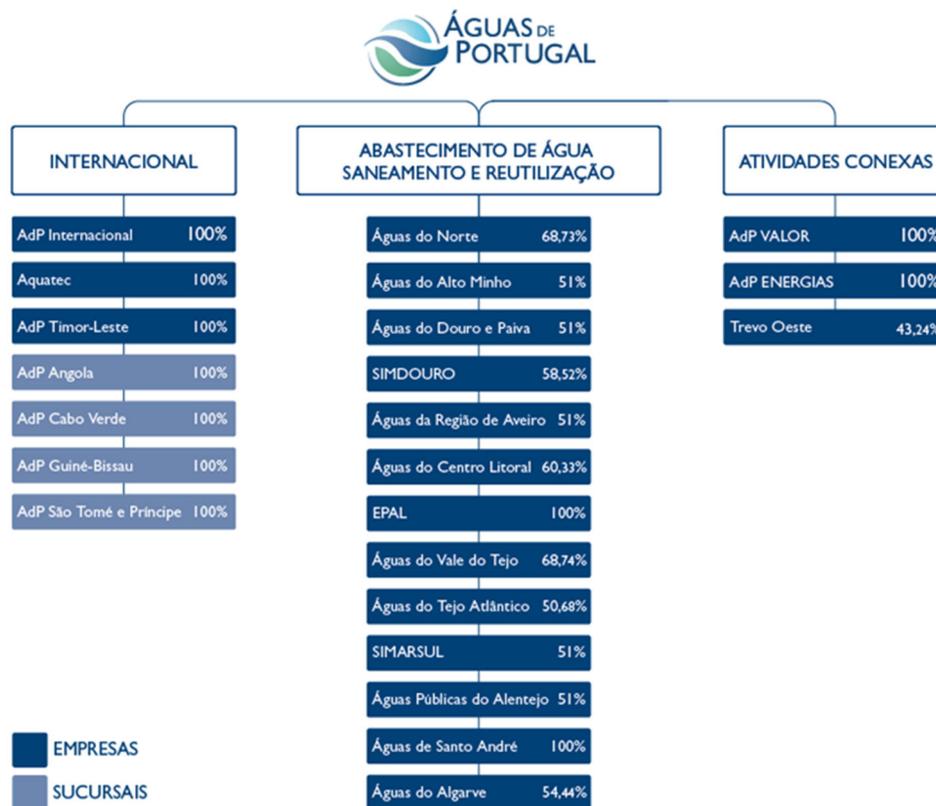
Complementarmente, foi mantida e reforçada a campanha de sensibilização para a redução dos consumos de água de âmbito nacional, mas com especial incidência nos territórios mais críticos, tanto a norte como a sul do país.

Na dimensão da economia circular pretende-se a continuação da estratégia de circularidade, congregando as várias dimensões em que o Grupo Águas de Portugal está envolvido e deseja expandir a sua área de atuação. Salienta-se, nesta dimensão, a estratégia de Água para Reutilização (ApR), o plano de ação para a integração de materiais reciclados em novas obras do Grupo, as ações ao nível da valorização de biogás e as ações ao nível dos ecocoreagentes.

No quadro da promoção da sustentabilidade ambiental e económica das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, a gestão da energia constituiu uma das prioridades estratégicas do Grupo Águas de Portugal. Destaca-se o Programa de Neutralidade Energética ZERO, cuja concretização deverá permitir ao Grupo posicionar-se como um dos primeiros, de dimensão internacional, a atingir a neutralidade energética em todas as suas atividades nacionais e internacionais a nível mundial.

O Plano de Ação para a Reutilização do Grupo e o Programa ZERO de Neutralidade Energética foram apresentados na cimeira mundial do clima - COP'28, em dezembro de 2023.

A 31 de dezembro de 2023, o Grupo Águas de Portugal era constituído por 19 empresas, das quais 13 entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais, integrando ainda quatro sucursais em mercados internacionais.



O ABASTECIMENTO DE ÁGUA E O SANEAMENTO EM PORTUGAL

Em Portugal, o setor caracteriza-se pela existência de um grande número de intervenientes: ao nível da administração, a entidade reguladora e as entidades da Administração Central, e na gestão dos sistemas incluem-se os municípios, as associações de municípios, as empresas municipais e intermunicipais, as empresas públicas (nomeadamente as concessionárias), as empresas privadas concessionárias e as empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

Os modelos de gestão e de organização dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais encontram-se previstos em diplomas legais que consagram os regimes jurídicos da gestão e exploração dos sistemas de base municipal, multimunicipal e de parceria entre o Estado e as autarquias locais.

O grau de maturidade do setor garante a cada vez maior disponibilidade destes serviços em todo o território, acompanhada da melhoria da qualidade a preços acessíveis para as populações.

PANORAMA NACIONAL

Abastecimento de Água	Saneamento de Águas Residuais
<ul style="list-style-type: none"> • 9,8 milhões de habitantes servidos • 97% de alojamentos servidos • 184 litros: consumo médio diário de água por habitante • Tarifa média ponderada: 0,558 EUR/m³ • Indicador de água segura em Portugal Continental (alta): 99,62% 	<ul style="list-style-type: none"> • 8,7 milhões de habitantes servidos com drenagem • 86% de alojamentos servidos • 8,7 milhões de habitante servidos com tratamento • 86% de alojamentos servidos com tratamento • 1,8 milhões de m³ de águas residuais recolhidas diariamente • Tarifa média ponderada: 0,535 EUR/m

Dados: RASARP 2022 volume 1 e RASARP 2023 volume 2

O setor das águas é de capital-intensivo e com períodos longos de recuperação do investimento. Com efeito, o elevado investimento necessário numa fase inicial, apenas permite o respetivo retorno, através da suavização das tarifas praticadas, ao longo do período de vida útil das infraestruturas. Para além da fase inicial de investimento na infraestruturização dos sistemas, mantém-se a necessidade de realização de níveis muito relevantes de investimento e, neste sentido, a manutenção de longos períodos de recuperação dos mesmos.

A 14 dezembro de 2023 foi aprovada a resolução que estabelece o Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030).

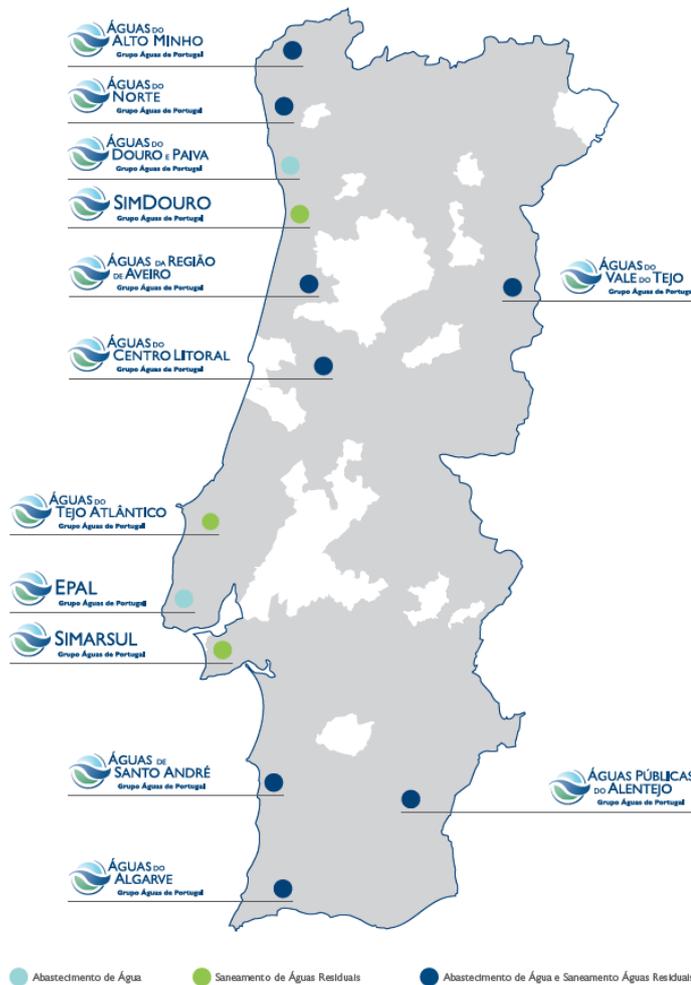
O PENSAARP 2030 estabelece o quadro de desenvolvimento do setor dos serviços de águas (abastecimento de água e saneamento de águas residuais), atualizando o PENSAAR 2020 e introduzindo uma nova componente: a gestão de águas pluviais. Partindo da avaliação da situação atual do setor e tendo presentes, designadamente, os desafios emergentes das alterações climáticas, o PENSAARP 2030 identifica as grandes prioridades estratégicas de investimento e financiamento dos serviços de águas para a presente década.

O Plano visa quatro objetivos estratégicos globais, materializados em 70 medidas distribuídas por diferentes níveis de prioridade:

- eficácia dos serviços;
- eficiência dos serviços;
- sustentabilidade dos serviços;
- valorização económica, ambiental e social dos serviços.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo Águas de Portugal prestam serviços no setor das águas, através das atividades de abastecimento público de água e do saneamento de águas residuais, os quais podem incluir, para além dos efluentes domésticos, efluentes industriais ou pluviais.



empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos setoriais nacionais.

No decorrer de 2023, as entidades gestoras que integram o Grupo Águas de Portugal atuaram de acordo com vários modelos de gestão (concessionada ou delegada) e nos segmentos alta (EPAL; sistemas multimunicipais (SMM), AdSA e parceria Estado-Autarquias) e baixa (EPAL, AdSA e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor das águas.

REGULAÇÃO DA QUALIDADE DO SERVIÇO

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo Águas de Portugal estão sujeitas à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço.

A intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço resulta de uma avaliação que é aferida anualmente através de um conjunto de indicadores, e em que os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em fevereiro de 2023, o volume I do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2021, foi disponibilizado pela ERSAR.

A informação individual da avaliação da qualidade do serviço realizada pela ERSAR é disponibilizada no sítio da internet das entidades gestoras.

O setor onde estas entidades atuam é regulado e está sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

Para além da ERSAR, as entidades gestoras estão ainda sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente, no que diz respeito à regulação ambiental.

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do caráter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva, que pressupõe a adequada recuperação dos gastos associados à provisão dos serviços, e da prevalência da gestão

REGULAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo Águas de Portugal, que prestam atividades de abastecimento público de água, estão incumbidas, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, as entidades gestoras devem elaborar anualmente o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), e submeter para aprovação da ERSAR, cabendo a esta entidade coordenar e a fiscalizar a respetiva implementação.

No cumprimento da legislação, as entidades gestoras implementam o PCQA, sendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos comunicadas às entidades competentes.

Os resultados do controlo da qualidade da água nos pontos de entrega e na torneira do consumidor, realizado pelas entidades gestoras, são também incluídos no RASARP.

Em setembro de 2023, o volume 2 do RASARP com os resultados da qualidade da água para consumo humano, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2022, foi divulgado pela ERSAR.

REGULAÇÃO DA INTERFACE COM O UTILIZADOR

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo Águas de Portugal estão sujeitas à intervenção da ERSAR em matéria de interface com o utilizador.

Os pedidos de informação e as reclamações efetuadas pelos utilizadores dos serviços de água são analisados pela ERSAR. Para esse efeito, as entidades gestoras dispõem de livro físico de reclamações. Adicionalmente, é disponibilizado o livro de reclamações eletrónico no sítio da internet das entidades gestoras.

REGULAÇÃO ECONÓMICA

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo Águas de Portugal estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR, e regem-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os respetivos contratos de concessão, de parceria e de gestão. Estes contratos dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos, às regras de cálculo do tarifário e à remuneração contratual.

A Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, trouxe alterações aos estatutos da ERSAR em matéria tarifária. Com efeito, o referido diploma, devolveu o poder de aprovação das tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicáveis, ao Concedente, no caso dos sistemas de titularidade estatal (EPAL, SMM e AdSA) geridos por entidades de capital exclusiva ou maioritariamente públicos.

A intervenção da ERSAR para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias), consiste na verificação da conformidade dos tarifários com as disposições contratuais e na conformidade com o regulamento tarifário, quando este existir. Para todas as entidades, supervisiona os demais aspetos económicos e financeiros.

SISTEMAS MULTIMUNICIPAIS

[ADNORTE, ADDP, SIMDOURO, ADCL, ADVT, ADTA, SIMARSUL E ADA]

As entidades gestoras, pertencentes ao universo do Grupo AdP, Águas do Norte, S.A., (AdNorte), Águas do Douro e Paiva, S.A., (AdDP), SIMDOURO, S.A., (SIMDOURO), Águas do Centro Litoral, S.A., (AdCL), Águas do Vale do Tejo, S.A., (AdVT), Águas do Tejo Atlântico, S.A., (AdTA), SIMARSUL, S.A., (SIMARSUL) e a Águas do Algarve, S.A., (AdA), que são sistemas multimunicipais, exercem, através de contratos de concessão celebrados com o Estado, as atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais em alta.

As tarifas e os rendimentos tarifários, quando aplicáveis, em alta, praticados por estes SMM são objeto de parecer da ERSAR, e aprovados pelo Concedente, sendo calculados com base nos encargos eficientes aceites por esta entidade.

Para os SMM, as tarifas e os rendimentos tarifários, quando aplicáveis, encontram-se estabelecidos para o primeiro período tarifário nos decretos-lei de constituição e respetivos contratos de concessão. Neste período, a ERSAR valida a atualização das tarifas e dos rendimentos tarifários, quando aplicáveis, com base na taxa de inflação (IHPC).

Com o processo de agregação dos sistemas, em 2015, foi criado um mecanismo de corredor tarifário, a componente tarifária acrescida (CTA), que veio a ser reforçado nos processos de cisão ocorridos em 2017. Estes mecanismos estão atualmente estabelecidos entre sistemas do litoral e do interior, para ambos os serviços. A CTA do primeiro período tarifário ficou estatuída via diplomas de constituição dos sistemas beneficiários, sendo a sua atualização monitorizada pela ERSAR. Os mecanismos referidos ocorrem entre a AdDP e a AdNorte no serviço de abastecimento de água, e entre a EPAL e a AdVT no serviço de abastecimento de água, e entre a AdTA e a AdVT no serviço de saneamento de águas residuais.

Nos termos dos contratos de concessão, são considerados encargos a recuperar por via tarifária os gastos operacionais eficientes, incluindo as amortizações de investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros, líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista. São ainda considerados encargos tarifário a quota-parte de recuperação dos desvios de recuperação de gastos (DRG), quando aplicável.

As tarifas, os rendimentos tarifários, quando aplicáveis e a CTA aplicados na faturação durante o ano de 2023 pelas entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP, foram objeto de análise e de emissão de parecer por parte da ERSAR. Nos termos da legislação, o Concedente aprovou as tarifas a aplicar pelos SMM para esse ano.

Os contratos de concessão determinam que a rendibilidade dos capitais próprios, a recuperar por via tarifária, resulte da remuneração do capital social e da reserva legal a uma taxa equivalente às OT (obrigações do tesouro) a dez anos acrescida de uma margem de 3%, e da remuneração acionista em dívida, a uma taxa equivalente às OT a dez anos.

Os diplomas constituintes das agregações e cisões de SMM estabelecem a metodologia de registo e de recuperação dos DRG. Com a publicação do Decreto-lei n.º 16/2021 de 24 de fevereiro, ficou estabelecido que os DRG podem ser gerados até ao termo do terceiro período quinquenal da concessão, e que estes saldos (ativos ou passivos) devem ser recuperados até ao termo do prazo da concessão.

Por via do contrato de concessão, a ERSAR detém o poder de aprovar o valor de DRG a registar nas contas anuais das empresas, tendo por base um cenário de eficiência produtiva estabelecido de acordo com critérios previamente definidos. Este facto confere à ERSAR o poder de estabelecer os gastos que podem ser recuperados por via tarifária, podendo estes ser distintos dos efetivamente incorridos.

Em 31 de dezembro de 2023 estavam registados, nas contas do Grupo AdP, cerca de 496,66 milhões de EUR de DRG de natureza deficitária e cerca de 118,36 milhões de EUR de DRG de natureza superavitária, decorrentes das atividades dos vários SMM.

PARCERIAS ESTADO-AUTARQUIAS

(ADAM, ADRA E ADNORTE - EM BAIXA E AGDA - EM ALTA)

As entidades gestoras, Águas do Alto Minho, S.A. (AdAM), Águas do Norte (AdNorte), AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A., (AdRA) e AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A., (AgdA), que são sistemas municipais, exercem, através de contratos de gestão, as atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais em alta ou em “baixa”, celebrados no contexto de parcerias entre o Estado e as autarquias.

Estas parcerias regem-se pelo disposto nos Decretos-Leis n.os 90/2009, de 9 de abril, e n.º 194/2009, de 20 de agosto, nos contratos de parceria e de gestão outorgados, bem como na demais legislação e regulamentação.

Estas entidades gestoras estão sujeitas a regulação da ERSAR, nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março, e à supervisão da Comissão de Parceria – entidade criada ao abrigo dos contratos de parceria outorgados, constituída por representantes do Estado e por representantes das autarquias, cuja missão é exercer os poderes de direção, fiscalização e supervisão dos Municípios sobre o sistema municipal gerido neste regime.

As tarifas, em “alta” ou em “baixa”, nos termos dos contratos de gestão, que compreendem uma componente fixa e uma componente variável, são estabelecidas a preços constantes e por períodos quinquenais. A atualização das tarifas é efetuada

anualmente nos termos dos respetivos contratos. À Comissão de Parceria está atribuída a responsabilidade de aprovar estas tarifas e à ERSAR a responsabilidade pela emissão de parecer não vinculativo.

Estas entidades gestoras são reguladas por custos eficientes aceites, que incluem os gastos operacionais de exploração e manutenção dos seus sistemas, as amortizações do investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a adequada remuneração dos capitais próprios.

Durante 2023, as tarifas aplicadas na faturação pelas entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP, foram objeto de análise e de emissão de parecer por parte da ERSAR e aprovadas pelas Comissões de Parcerias.

Os contratos de parceria geram a mesma remuneração contratual que os contratos de concessão dos SMM.

OUTROS SISTEMAS DE TITULARIDADE ESTATAL

ADSA

A Águas de Santo André, S.A., (AdSA) exerce, através do contrato de concessão celebrado com o Estado, atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais em alta e em baixa, e de tratamento de resíduos industriais, na zona industrial de Sines e na freguesia de Santo André, no município de Santiago do Cacém.

A AdSA não constitui um sistema multimunicipal. Por ser um sistema de titularidade estatal encontra-se sujeita à mesma intervenção da ERSAR que aqueles sistemas.

As tarifas praticadas por esta entidade gestora são aprovadas pelo Concedente, mediante parecer da ERSAR, sendo considerados encargos a recuperar por via tarifária os gastos operacionais, incluindo as amortizações de investimento, líquidas de subsídios, os gastos financeiros, líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento, e a remuneração acionista.

O contrato de concessão determina que a remuneração acionista a recuperar, por via tarifária, seja estimada com base no valor dos capitais próprios a uma taxa equivalente às das OT a dez anos, acrescida de uma margem mínima de 3%. Para esta entidade gestora, tratando-se de uma remuneração mínima, não se contabilizando qualquer DRG.

EPAL

O modelo de exploração da EPAL assenta numa gestão delegada pelo Estado, e abrange a atividade de abastecimento público de água em alta a 34 concelhos (excluindo Lisboa) e em baixa, no concelho de Lisboa.

A EPAL rege-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, e pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março.

Os referidos diplomas estabelecem que as tarifas de água, bem como as tarifas dos serviços auxiliares prestados pela EPAL, devem, em qualquer caso, assegurar receitas que permitam a cobertura dos respetivos encargos de exploração, bem como os níveis adequados de autofinanciamento, de cobertura de risco e de remuneração do capital investido.

Em 2015, foi delegada à EPAL a gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento, concessionado à AdVT.

Sem prejuízo do regime de uniformidade tarifária, criado pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, a EPAL está sujeita à intervenção da ERSAR, no que respeita à fixação de tarifas a praticar, em observância dos critérios fixados na Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro (Lei da Água), alterada pelos Decretos-Lei n.º 245/2009, de 22 de setembro, n.º 60/2012, de 14 de março, e n.º 130/2012, de 22 de junho, e demais legislação e regulamentação complementares, tendo em consideração as especificidades e o risco associado ao sistema gerido pela EPAL, bem como os contratos celebrados.

Nos termos do diploma que rege a atividade desenvolvida pela EPAL, entende-se que a remuneração adequada dos capitais investidos é assegurada pela aplicação de uma taxa correspondente ao custo médio ponderado de capital de referência sobre o valor dos ativos fixos tangíveis e dos ativos intangíveis, diretamente relacionados com o serviço público prestado, líquidas de amortizações e subsídios ao investimento. Esta taxa deve: (i) refletir os riscos específicos acrescidos, associados à gestão do sistema de gestão delegada; (ii) ter por referência o financiamento de projetos equivalentes em condições de mercado; e (iii) atender à capacidade de financiamento da sociedade no mercado de capitais.

A taxa incide sobre o conjunto de bens e meios e a capacidade das infraestruturas existentes que se encontrem afetos às atividades de serviço público da EPAL, por razões de segurança e de fiabilidade, integram a base de ativos relevante e necessária da EPAL, sendo valorizados de acordo com o valor contabilístico registado nas últimas contas aprovadas.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, foi definido um regime de uniformidade tarifária entre o sistema gerido pela AdVT e a EPAL, que determina a uniformidade da tarifa a aplicar em alta entre as duas entidades gestoras para cada período quinquenal. Deste regime decorre uma CTA a entregar pela EPAL ao sistema gerido pela AdVT.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, ficaram estabelecidas as tarifas que a EPAL deverá cobrar para o período 2015–2020, a preços constantes, bem como a CTA, a preços constantes, que acresce às tarifas praticadas pela EPAL em alta e que é repercutida nos clientes em baixa da empresa. A atualização destas tarifas está sujeita à avaliação e emissão de parecer por parte da ERSAR.

ECONOMIA CIRCULAR

A gestão do ciclo urbano da água incorpora princípios de circularidade na sua essência e o Grupo Águas de Portugal capitaliza o seu potencial de sustentabilidade através da adoção de modelos de valorização da cadeia de valor das suas operações, transformando os resíduos em novas matérias-primas.

A eficiência hídrica e a energética são objetivos estratégicos do Grupo no contexto da gestão da escassez de água e adaptação às alterações climáticas e da promoção da economia circular, destacando-se a produção de água para reutilização (ApR) e valorização de subprodutos resultantes dos processos de tratamento das águas, de que são exemplo as lamas e nutrientes, e o aproveitamento energético dos ativos e dos recursos endógenos, designadamente do biogás das digestões anaeróbias e instalação de equipamentos de produção de energia de fonte solar nas infraestruturas.

PRODUÇÃO DE ÁGUA PARA REUTILIZAÇÃO (APR)

O incremento da circularidade na utilização da água e a melhoria da eficiência hídrica têm uma relevância acrescida no atual contexto de alterações climáticas, constituindo uma boa prática de gestão da água, designadamente para fazer face ao aumento da frequência e intensidade de períodos de secas e de escassez de água.

Além de constituir uma medida de adaptação às alterações climáticas, a utilização de águas residuais tratadas incorpora os desafios da economia circular na gestão do ciclo urbano da água, gerando benefícios ambientais, sociais e económicos significativos.

As águas residuais tratadas nas infraestruturas das empresas do Grupo Águas de Portugal têm sido aproveitadas para utilizações internas e externas em diversos processos e instalações, tendo a produção de água para reutilização (ApR) obtida a partir do tratamento de águas residuais passado a integrar a atividade principal dos multimunicipais de saneamento de águas residuais no início de 2021 (Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro).

Os diversos projetos de reutilização que têm sido desenvolvidos pelo Grupo Águas de Portugal, em diferentes escalas e contextos regionais - rega agrícola (REUSE, AQUA-VINI, Casa Relvas), de campos de golfe e espaços verdes urbanos, lavagens e utilizações industriais, têm contribuído para aumentar o conhecimento, criar sinergias entre *stakeholders*, ultrapassar barreiras e desenvolver soluções seguras e adequadas em termos de custo-benefício, baseadas na abordagem fit-for-purpose e avaliação do risco, permitindo desenhar soluções proporcionais face aos usos previstos e às condicionantes específicas.

A divulgação dos casos de sucesso tem resultado num aumento da procura, mesmo em regiões onde a escassez de água não é crítica, assente em objetivos de utilização eficiente e preservação dos recursos hídricos.

ESTRATÉGIA DE GESTÃO DE LAMAS DE ETAR

Com vista à mudança de paradigma na abordagem à gestão de lamas e alinhado com os objetivos de diversas políticas públicas, o Grupo Águas de Portugal tem em curso um plano ambicioso de valorização de lamas e de um conjunto de outros

produtos passíveis de serem integrados em diversas fileiras produtivas, num verdadeiro processo de circularidade associado a eficiência e mitigação da pegada de carbono global.

PROGRAMA DE NEUTRALIDADE ENERGÉTICA

Sendo o Grupo Águas de Portugal o maior consumidor público de energia elétrica, percebe-se a significativa dimensão - económica, social e ambiental - que a energia elétrica assume no desenvolvimento da sua normal atividade, sem desconsiderar o significativo impacto que os riscos associados à volatilidade e tendências do mercado energético europeu e mundial, induzem, ou podem induzir, no equilíbrio dos seus negócios.

Pelos fatores e ajustamentos a que o mercado está sujeito e que o condicionam – efeitos dos preços de outras energias e dos preços de CO2 nos mercados, bem como das alterações legislativas, nacionais e comunitárias - e sobre os quais não é possível estimar o seu efeito no preço da energia elétrica nos mercados, a que se soma a experiência adquirida no Grupo Águas de Portugal pelo acompanhamento continuado dos mercados, a estratégia mais sustentável deverá passar necessariamente pela implementação de medidas e ações que induzam a:

- Redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas,
- Redução dos gastos, melhorando ainda mais o processo de compra, otimizando níveis de tensão, reduzindo potências contratadas, eliminando energia reativa, ajustando o perfil de consumo de energia da rede em função dos períodos tarifários e ciclos de funcionamento, por via de uma gestão eficiente da energia,
- Aumento da produção própria de energia para autoconsumo, aproveitando o potencial endógeno (em particular potenciando a produção de biogás e a correspondente cogeração e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados, e
- Constituição da Comunidade de Energia Renovável do Grupo AdP (CER), com vista a potenciar a energia 100% renovável produzida, em detrimento da sua venda à rede elétrica nacional.

Não podem deixar de ser tidos em consideração numa estratégia os compromissos internacionais que Portugal assumiu, em particular o de atingir a neutralidade carbónica até 2050, enquanto contributo para as metas globais e europeias assumidas no Acordo de Paris.

Esses compromissos obrigaram o país a definir objetivos exigentes, no âmbito de diferentes políticas públicas, as quais estão plasmados nos documentos seguintes:

- O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), e
- O Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

E naturalmente, o Grupo Águas de Portugal – enquanto grupo público da área do ambiente - está obrigado a desenvolver políticas que contribuam decisivamente para o cumprimento das obrigações que Portugal se comprometeu a nível internacional, em particular ao nível da neutralidade energética e carbónica. Sendo o maior consumidor público de energia elétrica, entende-se a dimensão que uma estratégia bem delineada e exequível terá para as metas e objetivos nacionais.

Apesar dos esforços na redução dos consumos de energia elétrica, sem a realização de um programa com fortes e decisivos investimentos nas áreas da eficiência energética e da produção de energia renovável, o Grupo não conseguiria superar os valores de autossuficiência energética registados entre 2020 e 2023 (em torno dos 5%).

Desta forma, o Grupo Águas de Portugal tem em curso o desenvolvimento do Programa ZERO, que assenta na redução de consumos de energia nas infraestruturas de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de outras instalações não operacionais, e no forte aumento da produção própria de energia 100% renovável (prevendo um mix integrado de produção), principalmente para autoconsumo, com o objetivo de atingir a neutralidade energética até 2030, sendo o primeiro grupo mundial do setor da água a implementar um projeto que vise a neutralidade e a autossustentabilidade energética.

O investimento previsto no Programa ZERO é de 363 milhões de euros, respeitando não só à implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia renovável, mas envolvendo também investimentos na digitalização orientada para a gestão integrada dos consumos.

Considerando o impacto do Programa de Neutralidade Energética do Grupo Águas de Portugal nas metas fixadas pelos diversos instrumentos nacionais aprovados, os investimentos relativos ao Programa ZERO foram autorizados pelo Despacho n.º 77/SEAENE/2022, de 9 de novembro, do Secretário de Estado Adjunto do Ambiente e da Energia.

Paralelamente ao desenvolvimento do Programa ZERO, o Grupo Águas de Portugal tem em curso o Programa NEUTRO, com vista à quantificação e redução das suas emissões de GEE. Um dos objetivos deste Programa é o desenvolvimento de uma ferramenta que oriente e suporte a elaboração periódica de um inventário que constitua a base física dos inventários anuais de Gases com Efeito de Estufa (GEE) do Grupo e das suas empresas.

Durante o ano de 2023 concluiu-se o desenvolvimento desta ferramenta e elaboraram-se os inventários de emissões do Grupo de 2019 (ano base do inventário) e de 2022 (último ano com dados disponíveis). Durante 2024, será concluído o inventário relativo a 2023, proceder-se-ão pequenos ajustes na ferramenta e delinear-se-á o plano com um conjunto de medidas, por empresa, com vista à redução das emissões ao longo dos próximos anos e em linha com o objetivo de redução que vier a ser acolhido no Grupo Águas de Portugal.

PROJETOS DE INVESTIGAÇÃO & DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO - ALGUNS EXEMPLOS

REUSE - PRODUÇÃO INOVADORA DE ÁGUA PARA REUTILIZAÇÃO NA AGRICULTURA

O REUSE visa promover a economia circular e a utilização de água para reutilização (ApR) na rega agrícola no Alentejo, através do recurso a tecnologias ambientalmente sustentáveis e de baixo custo, mas também pela criação de conhecimento e desenvolvimento de ações de comunicação sobre a reutilização de água.

O piloto de demonstração do projeto, instalado na ETAR de Beja, consistiu num sistema de produção de ApR através da desinfecção solar das águas residuais tratadas na ETAR, para utilização, por um agricultor da região, na rega de um pomar de romãzeiras.

O REUSE é um projeto financiado pelo Fundo Ambiental, resultante de uma parceria entre a AdP - Águas de Portugal, SGPS, a AgdA - Águas Públicas do Alentejo, a EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, o ISA - Instituto Superior de Agronomia, a EFACEC e o Centro Operativo e de Tecnologia de Regadio (COTR).

LIFE PHOENIX

O projeto LIFE PHOENIX pretende desenvolver e demonstrar soluções modulares, flexíveis e eficientes para a produção sustentável e segura de ApR a partir de águas residuais provenientes de tratamento secundário, de acordo com os novos requisitos europeus.

A colaboração do Grupo Águas de Portugal neste projeto, que está a ser desenvolvido por um consórcio europeu, prevê a participação no desenvolvimento de um estudo de viabilidade para a aplicação das soluções em duas ETAR do Grupo e na disseminação do projeto em Portugal.

FLO(RES)TA

O projeto Flo(RES)ta - Floresta Resiliente e Circular é uma iniciativa conjunta de empresas de referência dos setores do ciclo urbano da água e agroflorestal e traduz uma abordagem sinérgica que promove um conjunto de ações, tendo em vista o combate às alterações climáticas, contribuindo simultaneamente para sua mitigação e adaptação, assim como para o combate à desertificação do território, realizando uma operação de reflorestação com espécies autóctones e aplicação de matérias fertilizantes obtidas a partir de lamas de ETAR e de biomateriais resultantes da limpeza da floresta.

A AdPVALOR coordena este projeto, cujo consórcio integra ainda a AdVT - Águas do Vale do Tejo e a FlorestGal.

AQUA VINI

O AQUA-VINI Sustentável pretende contribuir para a promoção da produção e utilização de ApR na atividade vitivinícola na região do Alentejo, especificamente na vinha produzida na Herdade da Ravasqueira, gerida pela Sociedade Agrícola D. Diniz, S.A.

O projeto inclui a produção de ApR na ETAR de Arraiolos Poente, da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, e o seu encaminhamento para reforço do armazenamento de água na charca existente no terreno agrícola para rega da vinha.

LIFE RENATURWAT

As lamas que resultam dos processos de purificação de água para consumo humano podem ser usadas para melhorar o tratamento das águas residuais através da sua utilização em zonas húmidas artificiais, contribuindo para a remoção de nutrientes e compostos orgânicos e para a biodiversidade e promovendo a economia circular no ciclo urbano da água.

A eficácia deste processo está a ser demonstrada através do projeto “LIFE RENATURWAT - Integração da economia circular e da biodiversidade nos tratamentos sustentáveis da água através de zonas húmidas artificiais”, cofinanciado através do Programa LIFE 2014-2020 e desenvolvido por um consórcio europeu no qual participa o Grupo Águas de Portugal.





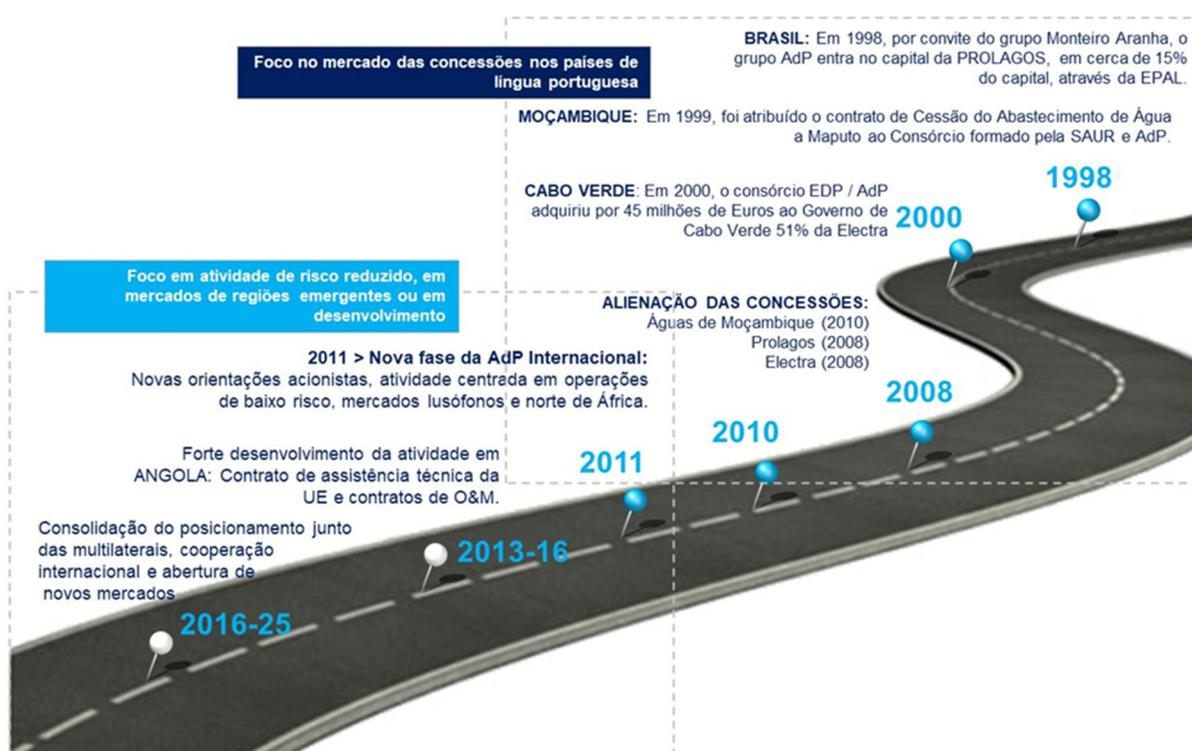
O NEGÓCIO

INTRODUÇÃO

A AdP Internacional é responsável pela gestão dos negócios internacionais do Grupo Águas de Portugal, atuando como mostra das capacidades do Grupo e veículo de disseminação das competências do Grupo nos mercados internacionais, constituindo-se como alavanca para a sua internacionalização.

Ao prestar os nossos serviços a nível internacional, procuramos capitalizar a vasta experiência, *know-how* e soluções tecnológicas do Grupo Águas de Portugal. Uma das principais vantagens da nossa abordagem é a capacidade de adaptar as soluções existentes no grupo à realidade local e à geografia específica de cada região em que operamos. Os profissionais especializados do grupo utilizam a sua experiência e *expertise* para personalizar e implementar as melhores práticas, adaptando-as às necessidades e características de cada localidade.

Nos últimos anos, a AdP Internacional tem vindo a consolidar uma posição nos mercados internacionais, contribuindo para a valorização do Grupo Águas de Portugal fora de Portugal. O percurso de sucesso do Grupo nos últimos 30 anos, associado aos resultados obtidos em Portugal no setor do abastecimento de água e saneamento, permitiu desenvolver *know-how* e competências em áreas críticas da gestão dos serviços de abastecimento de água e saneamento e no ciclo de vida das infraestruturas.



A atividade da AdP Internacional tem em conta a dimensão pública e a natureza de serviço público do Grupo Águas de Portugal, que se materializa na área internacional através do enfoque numa política de cooperação concertada com a sua tutela governamental. A dimensão pública também induz a sustentabilidade económica e financeira das operações.

É também relevante o contributo que a AdP Internacional pode dar no processo de internacionalização do setor português da água, estimulando consórcios e parcerias estratégicas com outras empresas.

Por forma a capitalizar a nível internacional as competências e capacidades, bem como os produtos e serviços existentes no Grupo AdP e, ainda, competências existentes no setor da água português, contribuindo para criar valor e afirmar a marca Portugal nas geografias onde opera, as linhas de atuação estratégica da AdP Internacional assentam nos Princípios que se apresentam na figura seguinte:

Estes cinco Princípios concretizam-se através das seguintes linhas de atuação:



1 - CAPITALIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO DAS CAPACIDADES E DO KNOW-HOW DO GRUPO ADP PARA CRESZER NOS MERCADOS INTERNACIONAIS.

- Centrar o portfólio de serviços da AdP Internacional nas competências e know-how do Grupo Águas de Portugal.
- Privilegiar a utilização das capacidades internas do Grupo Águas de Portugal, nos projetos da AdP Internacional.

2 - COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E FORTE ALINHAMENTO COM O MINISTÉRIO DO AMBIENTE NA AÇÃO INTERNACIONAL.

- Definir uma dimensão formal para a “cooperação para o desenvolvimento”.
- Reforçar a articulação com o Ministério do Ambiente (tutela setorial), na sua agenda internacional, e estabelecer rotinas de comunicação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, nas dimensões comercial e de desenvolvimento de negócio.

3 - CONTRIBUIR PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DA CADEIA DE VALOR DO SETOR PORTUGUÊS DA ÁGUA.

- Afirmar a AdP Internacional como alavanca para a concretização da internacionalização das empresas portuguesas, na sua função de serviço público.
- Reforçar a articulação com o Ministério do Ambiente (tutela setorial) na sua agenda internacional.

4 - FOCALIZAÇÃO NOS MERCADOS PRIORITÁRIOS E DESENVOLVIMENTO DE PARCERIAS ESTRATÉGICAS INTERNACIONAIS.

- Centrar o desenvolvimento de negócio nos mercados prioritários e nos serviços core.
- Avaliar a oportunidade de parcerias estratégicas com atores internacionais para potenciar a posição da AdP Internacional em determinados mercados.
- Fortalecer uma cultura de custo/benefício nas atividades de desenvolvimento de negócio.

5 - SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DAS OPERAÇÕES E MINIMIZAÇÃO DO RISCO DAS OPERAÇÕES.

- Assegurar resultados operacionais positivos.
- Aumentar o volume de negócios, através de projetos de valor acrescentado.
- Otimizar os custos operacionais e direcionar o investimento em desenvolvimento de negócio para iniciativas com elevada relação Custo / Benefício.

As ações subjacentes a estas linhas de atuação assentam no seguinte posicionamento estratégico:



Mercados: Concentrar a atenção e ser proactivo nos mercados prioritários e nos serviços e produtos “core” e estar atento às oportunidades nos mercados secundários.

De modo a ter em consideração as orientações estratégicas e a capitalizar o esforço desenvolvido nos últimos anos, a AdP Internacional centrará a sua estratégia comercial nos seguintes círculos:

1. Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste.
2. Países e regiões com interesse estratégico onde Portugal detém vantagens comparativas, designadamente em África e, em particular, no Norte de África e na África Ocidental, assim como na América Latina.
3. Restantes países em função de oportunidades geradas pelos financiadores / investidores internacionais.

Este alinhamento será concretizado de acordo com as oportunidades que venham a ser identificadas.

Produtos: Divulgar produtos e serviços core para os quais a AdP Internacional, através do conhecimento e competências do Grupo Águas de Portugal, se posiciona como referência internacional.

Os serviços core em que assenta a atividade da AdP Internacional incorporam a experiência, conhecimento e competências consolidados ao longo dos 30 anos de atividade do Grupo Águas de Portugal. O portfólio de produtos e serviços da AdP Internacional baseia-se nas competências do Grupo e nas soluções tecnológicas desenvolvidas internamente e já implantadas nos mercados nacional e internacional:

1. Gestão de serviços de abastecimento de água e saneamento;
2. Operação e Manutenção de Infraestruturas;
3. Planeamento e gestão de investimentos;
4. Estudos estratégicos; e
5. Formação e capacitação.

Competências: Capitalizar as competências do Grupo AdP, tirando partido da sua Cultura, Experiência e do Conhecimento.

A competitividade da AdP Internacional está fortemente relacionada com a sua capacidade de incorporar o conhecimento e competências, bem como a experiência das equipas técnicas das várias empresas do Grupo Águas de Portugal. Se é importante ser competitivo na fase de concurso, é ainda mais importante demonstrar ao cliente, nos contratos ganhos, que a AdP Internacional mobiliza equipas de excelência e entrega os resultados pretendidos pelo cliente.

Acresce, ainda, que a forte competição internacional pode, e deve, ser superada através de uma atitude de inovação permanente, partindo dos produtos e soluções desenvolvidos pelo Grupo Águas de Portugal.

Parcerias: Avaliar a oportunidade de parcerias estratégicas com empresas nacionais e internacionais para contribuir para o crescimento da atividade da AdP Internacional.

Dada a dimensão do Grupo Águas de Portugal, a concretização das oportunidades nos mercados internacionais, pode ser potenciada através do estabelecimento de parcerias com grandes grupos empresariais nacionais e/ou internacionais.

Nesse sentido, as instituições internacionais de financiamento vocacionadas para o desenvolvimento, investidores internacionais presentes em Portugal e grandes empresas públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, são potenciais entidades a avaliar:



Dada a natureza dos negócios internacionais, desenvolvidos com forte apoio das instituições internacionais de financiamento, a AdP Internacional posiciona-se como um parceiro reconhecido por estas, no quadro da sua atuação estratégica, e é dada especial importância à atualização do portfólio de projetos de investimento a financiar por estas instituições, enquanto informação para a tomada de decisão sobre as abordagens aos mercados.

NOS MERCADOS PRIORITÁRIOS

Acompanhando as tendências mundiais, em 2023, a atividade comercial da AdP Internacional centrou-se ainda mais na expansão e diversificação de oportunidades de projetos no setor de Abastecimento de Água e Saneamento. Estes projetos foram financiados por uma gama alargada de instituições de financiamento multilateral, reforçando o compromisso com o desenvolvimento e a cooperação internacional. A inovação e a sustentabilidade estiveram no cerne das iniciativas, com uma forte aposta em tecnologias emergentes e soluções verdes para enfrentar os desafios globais de água e saneamento.

Em 2023, os projetos delineados abrangeram uma variedade ainda maior de competências dentro do Grupo Águas de Portugal, destacando-se pela integração de soluções digitais avançadas e práticas de gestão sustentável dos recursos hídricos. Esta evolução reflete a capacidade do Grupo em adaptar-se às exigências do mercado e às necessidades específicas dos clientes, tirando partido das suas sólidas competências técnicas internas.

Geograficamente, embora os países lusófonos tenham continuado a ser uma área de foco, destacou-se a expansão para outras regiões, especialmente na Ásia e na América Latina. Esta diversificação geográfica foi impulsionada por uma estratégia de crescimento ambiciosa, que visa aumentar a presença internacional do Grupo Águas de Portugal em mercados emergentes e com alto potencial de desenvolvimento no setor de águas.

Em resposta a esta estratégia, a AdP Internacional reforçou a sua presença em mercados estratégicos através da formação de parcerias internacionais e consórcios, não só com parceiros franceses, alemães e americanos, mas também estabelecendo novas alianças com empresas de países asiáticos e latino-americanos e da zona do Mediterrâneo. Esta abordagem colaborativa visa maximizar as chances de sucesso em concursos internacionais, promovendo soluções integradas e inovadoras em projetos de grande escala.

O compromisso com a proatividade junto dos clientes manteve-se fundamental, especialmente no que diz respeito à preparação de projetos financiáveis e à identificação de oportunidades de financiamento.

A AdP Internacional continuou a enfrentar os desafios dos processos de *procurement* e dos atrasos nos concursos, mantendo uma carteira de contratos sólida e diversificada, graças à sua abordagem estratégica e à capacidade de adaptação.

Em destaque, em 2023, esteve a expansão das atividades em projetos financiados por novas entidades, como o Banco Asiático de Desenvolvimento, Banco Mundial, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, abrindo portas para novas colaborações em mercados-chave.

ANGOLA

Um vasto país com uma extensa costa e um planalto central, Angola estende-se para o interior da África Austral, fazendo fronteira com a Namíbia, o Botswana, a Zâmbia e a República Democrática do Congo. As suas principais cidades, incluindo a capital, Luanda, estão voltadas para o oeste, sobre o Atlântico Sul, em direção ao Brasil, outra nação de língua portuguesa. A população do país ultrapassa agora os 35 milhões de habitantes (estimativa para 2023), refletindo um contínuo crescimento demográfico. Este aumento populacional acompanha uma dinâmica de transformações sociais, económicas e infraestruturais, visando o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida dos angolanos.

CONTEXTO POLÍTICO

Em 2023, Angola testemunhou um período significativo de transição e consolidação política, seguindo as quartas eleições do pós-guerra realizadas em 24 de agosto de 2022, nas quais o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) manteve a liderança do país com 51% dos votos. A UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), como principal partido da oposição, alcançou um marco histórico com 44% dos votos, refletindo um cenário político cada vez mais competitivo.

Este resultado eleitoral assegurou ao Presidente João Lourenço um segundo e último mandato, durante o qual se espera que continue a implementar reformas políticas, económicas e sociais. A composição renovada do Governo, agora com 23 ministros e 3 ministros de Estado, reflete um esforço para responder de forma eficaz às expectativas da população e aos desafios de desenvolvimento do país.

Economicamente, o FMI, em setembro de 2023, reviu em forte baixa o crescimento da economia de Angola, de 3,5% para 0,9% em 2023, devido à queda da produção de petróleo. Além disso, a taxa de inflação projetada para o ano é de 11,8%, sugerindo um ambiente macroeconómico relativamente estável, embora o controle da inflação continue a ser uma prioridade para garantir o poder de compra dos cidadãos angolanos.

O aumento do número de assentos da oposição, de 70 em 2017, para os atuais 96, sugere um fortalecimento do papel da oposição na governação do país, potencialmente levando a um ambiente político mais pluralista e a uma governação mais inclusiva e responsável.

Este período é visto como uma oportunidade para Angola consolidar os ganhos das reformas até agora implementadas, enfrentar os desafios persistentes relacionados com a pobreza, desemprego, e desenvolvimento social, e promover um crescimento económico inclusivo e sustentável. A comunidade internacional continua atenta ao progresso do país, apoiando Angola nos seus esforços para alcançar uma estabilidade duradoura e um desenvolvimento económico robusto.

VISÃO GERAL ECONÓMICA

Em 2023, Angola continuou a trilhar o caminho da recuperação económica, evidenciando um crescimento mais robusto do PIB, estimado em 3,2%. Este avanço reflete os resultados positivos das medidas contínuas de diversificação económica, enfatizando o desenvolvimento de setores chave fora do petróleo, como a agricultura, a manufatura e os serviços. A melhoria

do ambiente macroeconómico, aliada ao aumento dos preços internacionais do petróleo, proporcionou um impulso adicional, apesar do setor petrolífero ainda enfrentar desafios estruturais.

A implementação de reformas estruturais, visando a estabilidade macroeconómica e a atração de investimento estrangeiro direto, juntamente com iniciativas para melhorar o ambiente de negócios, tem sido fundamental para este progresso. Além disso, o compromisso do Governo Angolano com o aumento da produção agrícola e o apoio às pequenas e médias empresas tem contribuído para a redução da dependência do petróleo e para o aumento da resiliência económica.

Este desenvolvimento positivo surgiu no contexto de um esforço contínuo para superar os desafios impostos pela pandemia de COVID-19, com a economia a demonstrando uma capacidade crescente de adaptação e recuperação. Angola está agora posicionada para fortalecer a sua trajetória de crescimento económico sustentável, com a expectativa de que as reformas em curso e os esforços de diversificação continuem a render frutos nos próximos anos.

TOP OF FORM

Além disso, a despesa pública manteve-se focada no desenvolvimento social e económico, com investimentos significativos em educação, saúde, proteção social e infraestruturas críticas. Este foco não só está a melhorar a qualidade de vida dos angolanos, mas também a criar um ambiente propício ao desenvolvimento do setor privado e ao investimento estrangeiro direto.

Ainda assim, os desafios socioeconómicos persistem, com uma parte significativa da população a viver abaixo da linha de pobreza e taxas de desemprego elevadas, especialmente entre os jovens. O Governo reconhece a necessidade de acelerar o crescimento económico inclusivo e está empenhado em promover reformas estruturais mais profundas e investimentos estratégicos que possam gerar emprego e rendimento para mais angolanos.

No campo das reformas económicas, Angola tem continuado a fortalecer o ambiente de negócios e a governação económica. Medidas recentes incluem a simplificação de processos para a criação de empresas, reformas no setor financeiro para promover a inclusão financeira e o fortalecimento do quadro legal e regulatório para combater a corrupção e a lavagem de dinheiro.

CABO VERDE

Em 2023, Cabo Verde continuou a ser um exemplo notável de progresso e resiliência no arquipélago de dez ilhas, situado a 500 km da costa ocidental de África. Com uma população que ultrapassa ligeiramente os 500.000 habitantes, o país enfrenta desafios inerentes à sua fragmentação territorial, que impactam a conectividade e a eficiência na prestação de serviços essenciais como energia, água, educação e saúde. Apesar destas dificuldades, apenas 10% do seu território é arável e os recursos minerais são escassos, o que evidencia a necessidade de inovação e sustentabilidade nas políticas de desenvolvimento.

O turismo continua a ser um pilar fundamental da economia cabo-verdiana, contribuindo significativamente para o PIB, embora o país se esforce por diversificar a sua economia. O setor sofreu um duro golpe com a pandemia de COVID-19, mas demonstrou sinais de recuperação em 2023, graças a estratégias robustas de relançamento e promoção turística, adaptadas ao contexto pós-pandemia.

Apesar dos desafios globais recentes, incluindo as repercussões da guerra na Ucrânia, Cabo Verde tem demonstrado uma capacidade notável de adaptação. O Governo continua comprometido com políticas sociais fortes, herança de um desenvolvimento social considerável desde a década de 70. Estas políticas visam não apenas recuperar os níveis de crescimento económico pré-pandemia mas também enfrentar as vulnerabilidades sociais acentuadas pela crise global.

A pobreza, medida pela linha internacional de pobreza de US\$5,50 por dia (em paridade de poder de compra de 2011), viu uma redução significativa entre 2015 e 2019. Apesar dos contratempos recentes, estima-se que os esforços renovados em políticas públicas e a recuperação económica gradual possam continuar a tendência de redução da pobreza, visando melhorar a qualidade de vida e reduzir as desigualdades.

O compromisso com a educação e a saúde como pilares de desenvolvimento social permanece forte, com investimentos contínuos para melhorar a acessibilidade e a qualidade desses serviços essenciais. A digitalização e a inovação tecnológica são encaradas como soluções estratégicas para superar alguns dos desafios de conectividade e prestação de serviços.

Em suma, Cabo Verde está a fazer progressos consideráveis na sua jornada de desenvolvimento, enfrentando desafios com resiliência e uma visão clara de sustentabilidade e inclusão. A continuação de políticas eficazes e a implementação de estratégias inovadoras serão cruciais para manter a trajetória positiva do país.

CONTEXTO POLÍTICO

Em 2023, Cabo Verde continuou a ser destacado como um exemplo notável de democracia e estabilidade política em África. O arquipélago tem mantido um sistema democrático saudável, caracterizado por eleições regulares, livre concorrência entre partidos e uma alternância pacífica de poder. Essas características têm fortalecido a confiança na governação e no processo democrático entre os cidadãos e a comunidade internacional.

Desde a independência em 1975, dois principais partidos políticos têm alternado no Governo: o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), com um histórico de governação imediatamente após a independência e novamente entre 2001 e 2016, e o Movimento para a Democracia (MpD), de orientação liberal de direita, que assegurou a reeleição nas eleições legislativas de abril de 2021. Ulisses Correia e Silva, do MpD, foi reconduzido ao cargo de primeiro-ministro, continuando a liderar o país com uma agenda focada no desenvolvimento económico, social e na melhoria da qualidade de vida dos cabo-verdianos.

A eleição de José Maria Neves, apoiado pelo PAICV, para a presidência em 17 de outubro de 2021, com tomada de posse a 9 de novembro de 2021, exemplifica a maturidade do sistema político cabo-verdiano, onde o equilíbrio de poder e o respeito pelas instituições democráticas são mantidos, mesmo com a presença de um Chefe de Estado e um Chefe de Governo de partidos diferentes. Esta dinâmica contribui para um ambiente político equilibrado e propício ao diálogo e à colaboração.

O país realizou três eleições pacíficas entre outubro de 2020 e outubro de 2021, todas com resultados computados eletronicamente, demonstrando o compromisso de Cabo Verde com a transparência e eficiência no processo eleitoral. Essas práticas reforçam a posição de Cabo Verde como um modelo de governação democrática na região, atraindo o interesse e o respeito internacional.

Além da estabilidade política, Cabo Verde enfrenta o desafio contínuo de promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo, abordando questões como a pobreza, a desigualdade e os efeitos das mudanças climáticas. A governação responsável e a participação ativa da sociedade são essenciais para que Cabo Verde continue a ser um exemplo de progresso e resiliência em África.

VISÃO GERAL ECONÓMICA

Em 2023, a economia continuou a demonstrar resiliência e uma recuperação progressiva após os desafios enfrentados nos anos anteriores. O crescimento real do PIB em 2023 estava projetado para moderar, refletindo a normalização da atividade económica após o forte impulso de recuperação de 2021 e as condições globais mais desafiadoras. Espera-se que o crescimento se situe em torno de 3,5%, impulsionado pela recuperação contínua do consumo privado e pelo investimento em setores chave como o turismo e a economia azul.

A inflação, que atingiu o pico em 2022 devido aos choques externos, como a guerra na Ucrânia e os preços elevados da energia e dos alimentos, começou a reduzir em 2023. As medidas de política monetária e fiscal adotadas para mitigar a inflação começam a mostrar efeitos, com a taxa de inflação projetada a desacelerar para cerca de 5,5% em 2023. Esta redução é um sinal positivo para o poder de compra das famílias e para a estabilidade macroeconómica geral.

O défice fiscal, que se expandiu em 2022 devido ao aumento das despesas para combater os efeitos da guerra na Ucrânia e a apoiar a economia, está projetado para começar a diminuir em 2023. As medidas de consolidação fiscal e o crescimento económico mais sustentado contribuem para uma projeção de défice em torno de 7% do PIB. A trajetória da dívida pública também está prevista para melhorar, com o rácio dívida pública/PIB a diminuir gradualmente, refletindo o compromisso com a sustentabilidade fiscal e a eficácia das políticas adotadas.

O ambiente económico em 2023, embora ainda sujeito a incertezas globais, como potenciais choques climáticos, o prolongamento da guerra na Ucrânia, e os desafios relacionados com a pandemia de COVID-19, apresenta-se mais estável. O foco na diversificação económica, em especial através do fortalecimento do turismo e do aproveitamento da economia azul, bem como os investimentos em infraestruturas críticas, continuam a ser fundamentais para sustentar o crescimento e a resiliência económica no médio prazo.

A perspetiva económica para 2023 sugere que, apesar dos desafios remanescentes, há motivos para otimismo cauteloso, com expectativas de uma recuperação económica contínua, uma inflação mais controlada, e melhorias nos indicadores fiscais e de dívida, apoiando um caminho sustentável para o desenvolvimento económico e social.

GUINÉ-BISSAU

Em 2023, a Guiné-Bissau continuou a enfrentar desafios significativos em termos de desenvolvimento socioeconómico, mas também apresentou oportunidades únicas devido à sua rica diversidade cultural e biodiversidade excecional, especialmente no arquipélago dos Bijagós. Com uma população que se aproxima agora dos 2 milhões de habitantes, a nação esforça-se por superar as adversidades e aproveitar o seu potencial para um desenvolvimento sustentável.

A diversidade étnica, linguística e religiosa da Guiné-Bissau é um dos seus tesouros culturais, promovendo uma riqueza de tradições e práticas que são fundamentais para a identidade nacional. Contudo, essa diversidade também apresenta desafios em termos de coesão social e governação.

A localização da Guiné-Bissau, com uma vasta linha costeira ao longo do Oceano Atlântico e o arquipélago dos Bijagós, oferece potencial significativo para o desenvolvimento do turismo ecológico e sustentável. Estas áreas são reconhecidas pela sua extraordinária biodiversidade e ecossistemas únicos, que, se adequadamente valorizados e protegidos, podem servir como uma importante fonte de receita e um meio de preservar o património natural.

Apesar da sua classificação como um dos países mais pobres e frágeis, a Guiné-Bissau tem feito esforços para melhorar a sua estabilidade política e económica. Os desafios de governação, infraestruturas deficientes e a necessidade de diversificar a economia além do setor agrícola, particularmente do cultivo de caju, continuam a ser prioridades para o país.

Em termos de cooperação internacional e desenvolvimento, a Guiné-Bissau beneficia do apoio de parceiros globais e regionais que estão comprometidos em ajudar o país a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Investimentos em educação, saúde, infraestrutura e no fortalecimento das instituições democráticas são essenciais para promover a paz, a segurança e um desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Olhando para o futuro, a Guiné-Bissau enfrenta o desafio de capitalizar os seus pontos fortes únicos e superar as suas vulnerabilidades. A gestão eficaz dos seus recursos naturais, a promoção da inclusão social e a melhoria da governação são fundamentais para garantir um caminho próspero e sustentável para todos os seus cidadãos.

CONTEXTO POLÍTICO

Em 2023, a Guiné-Bissau continua a enfrentar o desafio de consolidar a sua estabilidade política e institucional, uma questão que tem marcado a história do país desde a sua independência de Portugal em 1974. Este país da África Ocidental, conhecido pela sua propensão a golpes de Estado e instabilidade política, tem, nos últimos anos, demonstrado sinais de progresso político.

O mandato do anterior presidente José Mário Vaz, que se tornou o primeiro presidente a completar um mandato inteiro desde a independência do país, representou um marco importante na política da Guiné-Bissau. No entanto, as eleições presidenciais de 2019 desencadearam uma nova crise política, que eventualmente foi resolvida em abril de 2020 com a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) reconhecendo Umaro Sissoko Embaló como Presidente da República.

Desde a tomada de posse do novo Governo, em março de 2020, a Guiné-Bissau experienciou um período de relativa estabilidade política, apesar das tensões internas e alegações de interferência política no poder judicial. Este período de estabilidade é crucial para o desenvolvimento do país e para a preparação para os próximos ciclos eleitorais.

As eleições legislativas, previstas para o início de 2023, representam um momento significativo para o país, oferecendo uma oportunidade para reforçar a democracia e a governação. Estas eleições são vistas como um teste à maturidade política da Guiné-Bissau e à capacidade do país de realizar processos eleitorais livres, justos e transparentes.

A seguir, as eleições presidenciais, programadas para o final de 2024, serão igualmente cruciais para determinar o futuro político e a trajetória de desenvolvimento da Guiné-Bissau. A gestão destes processos eleitorais, bem como a resposta às suas consequências, poderá influenciar significativamente a estabilidade política a longo-prazo.

Para a Guiné-Bissau, o fortalecimento das instituições democráticas, a promoção da transparência e a garantia de um sistema judicial independente são passos fundamentais para superar os desafios históricos. Com a comunidade internacional atenta, há uma esperança cautelosa de que o país possa continuar no caminho da estabilidade política, essencial para o desenvolvimento socioeconómico sustentável e a melhoria das condições de vida dos seus cidadãos.

PERSPETIVA ECONÓMICA

Em 2023, a economia da Guiné-Bissau estava projetada para continuar sua trajetória de recuperação e crescimento, evidenciando a resiliência do país face aos desafios globais e internos. Após um período desafiador em 2020, marcado por uma contração económica devido aos efeitos da pandemia de COVID-19 e ao fechamento de fronteiras, a economia mostrou sinais significativos de recuperação em 2021, com um crescimento estimado de 3,8%, impulsionado pela retoma do comércio e um aumento na produção de caju, um dos principais produtos de exportação do país.

O setor primário, especialmente a agricultura, tem sido um pilar fundamental para a economia, contribuindo com 48% do PIB em 2021. O investimento, com um aumento de 6,4% em relação a 2020, desempenhou um papel crucial no impulso do crescimento económico, refletindo a confiança na recuperação e nas perspetivas futuras da economia da Guiné-Bissau.

A inflação, que acelerou para 3,3% em 2021 devido aos preços mais elevados dos combustíveis e dos alimentos, continua a ser uma área de monitoramento, com a taxa projetada para alcançar 4% em 2023. Esta projeção sugere desafios contínuos relacionados com o custo de vida e a pressão sobre as famílias mais vulneráveis.

O défice fiscal do país melhorou de forma significativa em 2021, reduzindo-se para 5,6% do PIB, graças a receitas fiscais mais elevadas, especialmente do comércio do caju, e à racionalização das despesas públicas. Esta tendência positiva indica uma gestão fiscal prudente e a busca por um equilíbrio sustentável nas finanças públicas.

O setor bancário da Guiné-Bissau, dominado por instituições estrangeiras, mostrou sinais de saúde e estabilidade, com uma redução no rácio de crédito malparado e um sólido rácio de capital, refletindo a resiliência do sistema financeiro.

O crescimento projetado de 4,5% para 2023 pelo FMI destaca as expectativas positivas para a economia da Guiné-Bissau, apoiadas pela continuação da recuperação nos setores chave e pelo potencial de crescimento em áreas como a agricultura e o turismo. No entanto, a notação de risco de sobre-endividamento elevado pelo FMI em 2021 relembra a necessidade de cautela e uma gestão cuidadosa da dívida externa para assegurar a sustentabilidade económica a longo prazo.

Enfrentando uma taxa de pobreza elevada e desemprego, especialmente entre os jovens, a Guiné-Bissau precisa de continuar a focar-se no desenvolvimento socioeconómico inclusivo, na criação de empregos e na promoção de um ambiente de negócios favorável para atrair investimentos e estimular o crescimento sustentável.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Em 2023, a República de São Tomé e Príncipe continua a ser um exuberante arquipélago situado no Golfo da Guiné, caracterizado pela sua rica biodiversidade e paisagens deslumbrantes. Com uma população que ultrapassa ligeiramente os 225.000 habitantes, conforme dados de 2021, este país de língua portuguesa mantém-se como um estado insular com um rendimento médio-baixo, cuja economia é fortemente influenciada por fatores externos e internos.

A economia de São Tomé e Príncipe depende significativamente da agricultura, turismo, e das remessas dos emigrantes. O cacau continua a ser o principal produto de exportação, embora o país esteja a tentar diversificar a sua base económica, promovendo o turismo e explorando outras culturas agrícolas como o café e a pimenta. O turismo, em particular, é visto como um setor chave para o desenvolvimento futuro, dada a beleza natural do país e a sua rica cultura.

No entanto, a economia enfrenta desafios contínuos devido à sua vulnerabilidade a choques exógenos, incluindo flutuações nos preços internacionais das *commodities*, alterações climáticas e eventos globais que podem impactar o fluxo turístico. Esses desafios são exacerbados pela pandemia de COVID-19, que afetou significativamente o turismo, uma fonte vital de receita para o país.

Em resposta, o Governo tem procurado fortalecer as políticas fiscais e promover reformas estruturais com o objetivo de melhorar a resiliência económica e social. Isso inclui investimentos em infraestruturas, educação e saúde, que são essenciais para o desenvolvimento sustentável a longo prazo. Além disso, há um foco crescente na promoção de uma economia verde e na exploração de energias renováveis, visando reduzir a dependência do país de importações energéticas.

A comunidade internacional, reconhecendo a vulnerabilidade única dos pequenos estados insulares, tem oferecido suporte a São Tomé e Príncipe através de assistência financeira e técnica. Estes esforços visam apoiar o país na sua trajetória de crescimento sustentável e na redução da pobreza.

Olhando para o futuro, São Tomé e Príncipe enfrenta o desafio de equilibrar o crescimento económico com a proteção do seu património natural e cultural. A governação eficaz, o desenvolvimento sustentável e a diversificação económica permanecem como pilares fundamentais para a resiliência e prosperidade futuras deste encantador arquipélago.

CONTEXTO POLÍTICO

Em 2023, São Tomé e Príncipe continuou a reforçar a sua reputação como um dos sistemas democráticos mais estáveis e exemplares na África Central. O país, que adotou um sistema democrático multipartidário semipresidencial desde a sua independência, evidenciou mais uma vez a sua maturidade política nas últimas eleições realizadas a 25 de setembro de 2022. Nestas eleições, a Ação Democrática Independente (ADI) obteve uma vitória significativa, conquistando 30 dos 55 lugares do parlamento, o que lhe confere uma posição confortável para formar o governo e liderar o país durante os próximos quatro anos.

A nova Assembleia Nacional, refletindo um espectro político diversificado, é composta por quatro partidos políticos: a ADI com 30 deputados, o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe - Partido Social Democrata (MLSTP-PSD) com 18 deputados, o Movimento Cidadãos Independentes - PUN (MCI-PUN) com cinco deputados, e o Bloco de Ação para Solidariedade e Trabalho Autárquico (BASTA) com dois deputados. Esta composição parlamentar promete um ambiente político dinâmico e um diálogo interpartidário ativo nos próximos anos.

A vitória da ADI e a distribuição dos assentos no parlamento indicam uma possível mudança nas prioridades políticas e no desenvolvimento de políticas públicas. A diversidade de representação no Parlamento é também um sinal saudável da democracia vibrante do país, permitindo uma variedade de vozes e perspetivas no processo legislativo.

Com esta nova configuração governamental e legislativa, São Tomé e Príncipe enfrenta o desafio de continuar a promover o desenvolvimento socioeconómico sustentável, a diversificação económica e a melhoria dos serviços públicos, enquanto mantém o compromisso com os princípios democráticos e a estabilidade política.

Este período será crucial para São Tomé e Príncipe, à medida que o novo Governo procura implementar as suas políticas e programas, com o apoio e o escrutínio de um parlamento diversificado. A continuidade da cooperação entre os partidos e o compromisso com o diálogo democrático serão fundamentais para o progresso do país nos próximos anos.

PERSPETIVA ECONÓMICA

Em 2023, São Tomé e Príncipe continuou a navegar pelos desafios inerentes aos pequenos estados insulares, que impactam diretamente a sua economia e a capacidade de responder a choques externos, além de manter equilíbrios fiscal e externo estáveis. A limitação populacional e a consequente escassez de mão de obra restringem a produção eficiente em escala necessária tanto para o mercado interno quanto para a exportação, enquanto a localização remota eleva os custos de exportação e complica a diversificação económica.

Este cenário é agravado por um ambiente de negócios desafiador e um setor de energia deficiente, que limitam o desenvolvimento do setor privado. A dispersão populacional exige elevados gastos públicos para assegurar a prestação adequada de serviços públicos, aumentando o custo dos bens públicos.

Nos últimos anos, o crescimento económico de São Tomé e Príncipe tem sido impulsionado por gastos governamentais, ajuda externa, empréstimos governamentais, agricultura, turismo e algum investimento estrangeiro direto, este último influenciado pelas expectativas em torno da produção de petróleo. Entre 2010 e 2014, o PIB cresceu a uma média superior a 5%, desacelerando para menos de 3,5% entre 2015 e 2019, impactado por cortes de energia, redução nos investimentos públicos financiados externamente e um desempenho mais fraco no setor do turismo, além de choques climáticos e pragas que afetaram a agricultura e a pesca.

A pandemia de COVID-19 trouxe desafios adicionais, paralisando a indústria turística, que era até então um motor de crescimento para o setor privado. Apesar destas adversidades, com apoio financeiro externo significativo, o governo conseguiu mitigar alguns dos impactos negativos na economia, levando a um crescimento real do PIB de 3,1% em 2020. Contudo, em 2021, a recuperação foi mais lenta, principalmente devido à demora na recuperação do turismo, persistente

escassez de energia e redução do financiamento externo para investimentos públicos, resultando num crescimento estimado do PIB real de 1,8%.

A recuperação do turismo no primeiro semestre de 2023, impulsionada pela retoma das viagens internacionais e progressos na vacinação, sinaliza uma melhoria. No entanto, a economia enfrenta incertezas e riscos negativos, incluindo a vulnerabilidade a eventos climáticos e as implicações do aumento dos custos globais de alimentos e combustíveis, exacerbados pelo conflito na Ucrânia.

Com o apoio contínuo do Banco Mundial, incluindo uma doação de US\$2,5 milhões para saúde e financiamento adicional para proteção social e orçamento, São Tomé e Príncipe trabalha para superar esses desafios. Para 2023, o FMI projeta um crescimento do PIB de 2,6% e uma taxa de inflação de 11,2%, refletindo as complexidades do atual ambiente económico global e os esforços contínuos do país para se adaptar e prosperar diante desses desafios.

MEDITERRÂNEO

A região do Mediterrâneo, abrangendo uma vasta área que circunda o Mar Mediterrâneo, é marcada por uma rica tapeçaria de paisagens, culturas, e histórias interligadas. Esta região engloba países de três continentes diferentes: Europa, Ásia e África, cada um contribuindo com características únicas que moldam a diversidade e a complexidade do Mediterrâneo.

O clima mediterrânico é caracterizado por verões quentes e secos e invernos amenos e chuvosos, um fator que influencia significativamente a flora, a fauna e os modos de vida na região. As paisagens variam de costas rochosas e praias arenosas a montanhas e vales férteis, que durante séculos moldaram as atividades económicas e culturais dos povos da região.

A problemática da água no Mediterrâneo reflete uma das questões ambientais mais prementes da região, exacerbada pelas características climáticas, o aumento da demanda por recursos hídricos e os impactos das mudanças climáticas. Com um clima predominantemente árido e semiárido em muitas áreas, a região enfrenta períodos prolongados de seca, reduzindo significativamente a disponibilidade de água doce para consumo humano, agricultura e indústria. A sobre-exploração de aquíferos, a poluição das fontes de água por atividades agrícolas e industriais, e a gestão ineficaz dos recursos hídricos exacerbam ainda mais a escassez de água. Estes desafios são amplificados pelas mudanças climáticas, que se prevê que aumentem a frequência e a severidade de eventos extremos, como secas e ondas de calor, colocando pressão adicional sobre os já limitados recursos hídricos da região. A escassez de água no Mediterrâneo não é apenas uma questão ambiental, mas também uma fonte potencial de tensões sociais, económicas, e políticas, destacando a necessidade crítica de soluções sustentáveis e cooperativas para a gestão da água na região.

A perspetiva da economia da água no Mediterrâneo em 2023 está intrinsecamente ligada à gestão dos seus escassos recursos hídricos diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas, pelo crescimento populacional e pelo desenvolvimento económico da região. Esta situação coloca uma pressão sem precedentes sobre a água disponível, tornando a sua gestão eficiente uma prioridade crítica para todos os países da região.

A região do Mediterrâneo enfrenta uma das taxas mais altas de stress hídrico no mundo, com a disponibilidade de água doce per capita significativamente abaixo da média global. A agricultura, que consome a maior parte dos recursos hídricos disponíveis, juntamente com o aumento da urbanização e a intensificação do turismo, especialmente nas zonas costeiras, exacerbam a pressão sobre os recursos hídricos já limitados.

A adaptação às mudanças climáticas é fundamental para a economia da água no Mediterrâneo. Prevê-se que as alterações climáticas aumentem a frequência e a severidade de secas e ondas de calor na região, afetando negativamente a disponibilidade de água e a produção agrícola. A implementação de estratégias de adaptação, incluindo a melhoria da eficiência do uso da água, o desenvolvimento de infraestruturas resilientes e o investimento em tecnologias de dessalinização e de reciclagem de águas residuais, é crucial.

A gestão integrada dos recursos hídricos, que promove o uso eficiente e sustentável da água através da colaboração entre diferentes setores e fronteiras, é essencial para abordar os desafios da economia da água. Isto inclui políticas que incentivam práticas agrícolas mais sustentáveis, a alocação equitativa da água entre os setores e o investimento em tecnologias de poupança de água.

A cooperação regional e o intercâmbio de conhecimentos e tecnologias entre os países do Mediterrâneo podem desempenhar um papel fundamental na superação dos desafios relacionados com a água. Iniciativas conjuntas podem facilitar a gestão transfronteiriça dos recursos hídricos, promovendo a paz e a estabilidade na região.

ATIVIDADE OPERACIONAL

Os desafios exacerbados pela intersecção de crises globais, os impactos do COVID-19 que persistiram em 2023, interagindo com as repercussões da guerra na Ucrânia e os conflitos na Faixa de Gaza, desencadeando um aumento substancial nos custos operacionais, nomeadamente e nos que impactam diretamente com a atividade da AdP Internacional, viagens, alojamento, alimentação e matérias-primas.

Acresce que, a ausência de lançamento de procedimentos concursais, por parte dos governos, apoiados/financiados, ou não, pelas Organizações Bilaterais e Multilaterais para o Desenvolvimento em países onde historicamente a AdP Internacional desenvolve a sua atividade, teve um impacto direto na dinâmica do mercado, que diminuiu consideravelmente o número de manifestações de interesse e propostas apresentadas pelas empresas, reduzindo significativamente o volume de negócios do setor.

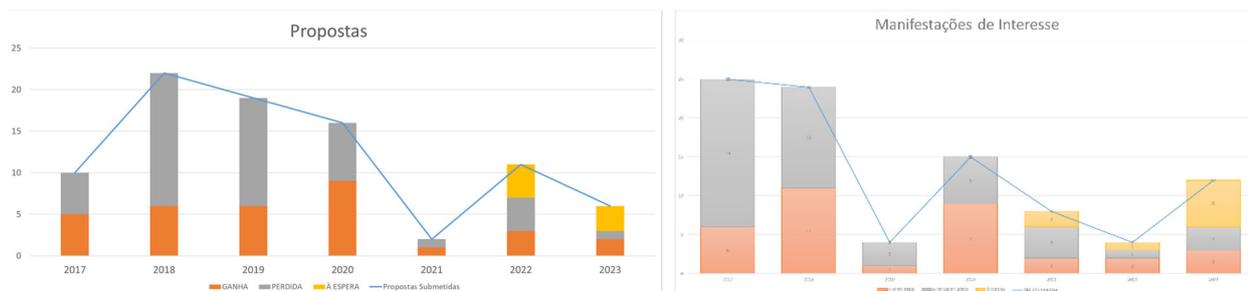
Essa confluência de fatores criou um ambiente empresarial particularmente adverso, resultando numa significativa redução de projetos.

Os custos adicionais associados à diminuição das operações, somados à incerteza económica global, desafiaram a capacidade de se manterem os níveis de rentabilidade levando à adaptação de novas realidades operacionais, que juntamente com medidas para promover a retoma da económica, mostraram-se imprescindíveis para a sustentabilidade e o crescimento em um cenário global em constante mudança.

Neste contexto, a empresa teve de adaptar as suas estratégias operacionais para lidar com uma série de desafios, ao mesmo tempo em que identificar e capitalizar oportunidades para expandir sua atuação e maximizar seu impacto.

Uma parte significativa da atividade operacional da empresa em 2023 foi direcionada para responder a concursos internacionais financiados por instituições financeiras internacionais.

Foram entregues doze *manifestações de interesse* em resposta a esses concursos, demonstrando o compromisso da empresa em buscar oportunidades de negócios e projetos além das fronteiras nacionais. Dessas manifestações, três avançaram para a fase de proposta técnica e financeira, enquanto três não prosseguiram e sete permanecem aguardando resposta. Paralelamente, seis *propostas técnicas e financeiras* foram elaboradas em sede de concurso internacional, com três delas ainda aguardando decisão e duas já adjudicadas.



O estabelecimento de parcerias e consórcios permaneceu como uma estratégia fundamental para impulsionar o desenvolvimento da atividade comercial da empresa. Sob o lema "Sozinhos vamos mais rápido, mas juntos vamos mais longe", a empresa reconheceu a importância de colaborar com outras entidades para alcançar seus objetivos de negócios de forma mais eficaz e abrangente.

Essa abordagem permitiu à empresa não apenas ampliar sua base de conhecimento e recursos, mas também mitigar riscos e aumentar sua capacidade de inovação e execução. As parcerias estabelecidas pela empresa abrangeram uma ampla gama de atores, incluindo empresas com vasta experiência no setor de água e saneamento, consultorias especializadas em desenvolvimento económico e social, e entidades governamentais e não governamentais locais e internacionais.

Além das parcerias internacionais, a empresa fortaleceu a sua colaboração com diversas empresas portuguesas do setor de água e saneamento o que permitiu consolidar os laços com o mercado nacional e facilitar a transferência de conhecimento e tecnologia, bem como a internacionalização das empresas portuguesas.

O ano de 2023 ficou marcado pelo término de três contratos, dois em Angola e um na Guiné-Bissau.

Em Angola foram finalizados os dois contratos de serviços de assistência técnica especializada às empresas provinciais de água e saneamento na Província de Bengo e na Província de Cunene ambos financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento, com base no programa financeiro do Projeto de Apoio Institucional e Sustentável ao Fornecimento de Serviços Urbanos de Água e Saneamento (ISSUWSSSD) gerido pela Direção Nacional de Águas (DNA) do Ministério de Energia e Águas (MINEA) de Angola. Este financiamento visa apoiar o desenvolvimento de serviços públicos de abastecimento de água e saneamento a nível local e o reforço institucional e a governação sectorial a nível nacional.

Os dois contratos foram iniciados em 2019 e permitiram assegurar a presença permanente da AdP Internacional até 2023, reforçando a longa intervenção do Grupo Águas de Portugal como um agente de desenvolvimento do setor de abastecimento de água e saneamento em Angola.

Tendo sido implementados em duas províncias distintas, a Província de Bengo e a Província de Cunene, os dois contratos foram executados por equipas técnicas multidisciplinares constituídas por técnicos especialistas nas principais áreas de atividades de uma empresa responsável pelos serviços e saneamento, nomeadamente, a área de operação e produção, a área comercial e a área técnica. A capacitação técnica e o reforço de competências dos gestores e colaboradores das empresas provinciais foram o foco central destes projetos de assistência técnica. Para isso, a equipa de peritos trabalhou lado a lado com os gestores e equipas técnicas para assegurar uma efetiva transferência de conhecimentos e experiência prática que resultou na melhoria da organização e funcionamento das empresas assim como nos seus níveis de serviço e, mais importante, num impacto positivo ao nível do abastecimento de água às populações de ambas as províncias.

Na Província de Bengo, no centro de Angola, o Contrato de Assistência Técnica à Empresa Provincial de Água e Saneamento do Bengo (EPASB) terminou no final de setembro, totalizando 50 meses de serviço desde o arranque em agosto de 2019. Este contrato foi assegurado por uma equipa técnica permanente de doze peritos que ao longo de quatro anos apoiaram a atividade do dia-a-dia da EPASB na operação dos sistemas de abastecimento de água geridos pela empresa.

Na Província de Cunene, no sul de Angola, o Contrato de Assistência Técnica à Empresa de Água e Saneamento do Cunene EP (EASC) foi finalizado em outubro, totalizando 50 meses de serviço desde setembro de 2019. Deste contrato destaca-se o facto de ter sido implementado por uma equipa técnica permanente cuja grande parte dos doze peritos pertencem a empresas do Grupo Águas de Portugal.

O projeto de melhoria dos serviços de água e energia à EAGB (Empresa de Eletricidade e Águas da Guiné-Bissau), financiado pelo Banco Mundial, em parceria com a EdP Internacional (líder) e a Leadership consulting (parceiro) terminou em junho de 2023. De notar que teve início em maio de 2019, mas que, consequência da pandemia de COVID 19, esteve interrompido entre junho de 2020 e abril de 2021.

O projeto teve como objetivo principal o apoio à EAGB, no reforço da sua capacidade de prestar um serviço melhorado em termos de água e energia à população de Bissau.

A participação de recursos técnicos internos ao Grupo Águas de Portugal tem sido uma aposta da AdP Internacional assegurando a capitalização e transferência do conhecimento interno levando as competências técnicas e a experiência do grupo para outras geografias.

Durante os anos de projeto a equipa trabalhou lado a lado com os Conselhos de Administração daquelas empresas, com as direções técnicas e com as equipas operacionais, implementando atividades de apoio nas áreas centrais de funcionamento, como a administrativa e financeira, assim como às áreas operação e manutenção fundamentais para a gestão dos seus sistemas de abastecimento de água.

Nestes projetos passaram igualmente outros peritos, de várias nacionalidades, que aportaram também a sua experiência pessoal específica em Países em Desenvolvimento, como Cabo Verde e Moçambique. Ambos os projetos contaram com jovens estagiários com formação académica superior em áreas relacionadas com a atividades das empresas provinciais. Estes jovens acompanharam os projetos desde o arranque, beneficiando de um extenso estágio profissional remunerado que os posicionou como principais candidatos a assegurar posições de direção nas empresas com a perspetiva de se assegurar a continuidade dos resultados alcançados depois de finalizados os contratos de assistência técnica.

Estes projetos reforçaram a continuidade e a afirmação da AdP Internacional como agente de cooperação para o desenvolvimento do sector da água nos PALOP que vem assegurando ao longo dos últimos anos, transferindo conhecimentos e boas práticas do Grupo Águas de Portugal para promoção do desenvolvimento sustentável e da proteção ambiental no setor do abastecimento de água e saneamento, contribuindo para a prossecução dos ODS 2030.

PROJETOS E INICIATIVAS EM CURSO

MOÇAMBIQUE



AURA – AUTORIDADE REGULADORA DE ÁGUAS, IP

Em 2023 foi assinado um Contrato de Prestação de Serviços entre a AdP Internacional e a Autoridade Reguladora de Águas (AURA) de Moçambique, com o financiamento do Fundo Ambiental.

O contrato tem por objeto a prestação de serviços de assistência técnica na supervisão e avaliação do serviço público de abastecimento de água, com enfoque na regulação das sociedades comerciais, bem como apoiar na elaboração dos quadros regulatórios e regime sancionatório aplicável às sociedades comerciais no âmbito da gestão e exploração do serviço público de abastecimento de água em Moçambique, incluindo mecanismos que permitam à AURA impor o seu cumprimento, compreendidos no âmbito dos projetos:

- Assistência Técnica Especializada no Âmbito da Regulação das Sociedades Comerciais, que terá como prazo de execução 8 meses;
- Desenho de Quadros Regulatórios das Sociedades Comerciais e Respetivo Regime Sancionatório, que terá como prazo de execução 12 meses.

Estes Projetos têm por base o Protocolo de Cooperação assinado entre o Ministério do Ambiente e da Ação Climática da República Portuguesa e o Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos da República de Moçambique, assinado a 4 de novembro de 2021.

Estes projetos visam contribuir para a prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas, concorrendo, particularmente, para uma melhoria na implementação do ODS 6 – Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos, do ODS 13 - Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos e do ODS 17 – Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

ANGOLA



CAPACITAÇÃO PARA A GESTÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EMPRESA PROVINCIAL DE ÁGUA E SANEAMENTO DE CUNENE EP (EASC EP)

Em 2023 foi concluído o contrato do Projeto de Capacitação para a Gestão, Operação e Manutenção da Empresa Provincial de Água e Saneamento de Cunene EP (EASC EP) que estava a ser implementado desde 2019 na Província de Cunene, no sul de Angola.



(ISSUWSSD)", gerido pela Direção Nacional de Águas (DNA) do Ministério de Energia e Águas (MINEA) de Angola. Este financiamento visa apoiar o desenvolvimento de serviços públicos de abastecimento de água e saneamento a nível local e o reforço institucional e a governação setorial a nível nacional.



de gado, pelo que a o abastecimento de água tem também o desafio de ser alargado de forma a complementar a escassez generalizada deste recurso.

Foi neste contexto que a AdP Internacional iniciou contrato em setembro de 2019, com uma equipa multidisciplinar permanente de 12 técnicos especialistas em diferentes áreas que, durante 36 meses, prestaram serviços de assistência técnica especializada à EASC. Em 2022 a AdP Internacional solicitou a aprovação de 12 meses suplementares de extensão contratual, levando a data de conclusão do contrato para setembro de 2023. Esta extensão permitiu manter a presença de parte da equipa técnica em Ondjiva, capital da Província de Cunene, apoiando as atividades em todos municípios abrangidos pelos sistemas de abastecimento geridos pela EASC. Neste período a equipa técnica focou-se na conclusão das atividades prevista para o último ano de contrato, preparando a fase de saída em conjunto com as equipas técnicas e os responsáveis da empresa.

Com esse objetivo, foi assegurada a transferência de conhecimentos e a conclusão de atividades previstas reforçando os resultados alcançados ao longo dos quatro anos de projeto. As atividades centraram-se na formação e capacitação da área de Produção de Água, na eficiência da área Comercial, na organização e autonomia da área Financeira e no reforço contínuo do funcionamento da área Operação e Manutenção.

Este último ano foi também muito relevante para a disseminação dos documentos técnicos elaborados pela equipa da AdP Internacional durante o contrato, respondendo aos exigentes requisitos no que respeita ao número e diversidade de entregáveis contratuais. Neste contexto foram elaborados manuais técnicos, procedimentos e planos de atividade para as diversas áreas, assim com diversos documentos estratégicos para a atividade da EASC. Destes destacamos o Plano Diretor de Água e Saneamento da Província do Cunene que foi apresentado em sessão pública, em Ondjiva, em junho de 2023.

Este foi o ano em que houve um reforço das atividades de mobilização social tendo sido realizadas atividades contínuas junto das comunidades urbanas e rurais, contribuindo para a sensibilização e informação acerca da importância dos serviços de prestado pela EASC e, simultaneamente, a importância de utilização segura da água, da higiene e saúde. Já em 2023, com o acordo da DNA, foram executados mais 2 meses suplementares para assegurar a implementação de um plano de saída com atividades focadas em áreas essenciais para assegurar o funcionamento autónomo da empresa na fase após-contrato. Neste último ano, o apoio ao Conselho de Administração da EASC, nas suas competências de gestão, e a capacitação e a formação foram as bases desta atividade transversal que, a par da conclusão do fornecimento dos recursos operacionais (peças, maquinaria, equipamentos) e recursos tecnológicos (equipamento informático, programas informáticos, licenças) contribuíram para o resultado final com uma melhoria o funcionamento geral da empresa e o nível de serviços prestados à população da Província de Cunene.

CONTRATOS DE GESTÃO PARA CAPACITAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EMPRESA PÚBLICA DE ÁGUAS E SANEAMENTO DO BENGO (EPASBENGO)

O Projeto de Capacitação para a Gestão, Operação e Manutenção da Empresa Pública de Água e Saneamento do Bengo foi implementado da Província de Bengo, no centro de Angola, desde 2019 e terminou em setembro de 2023.

O projeto teve por base um contrato de serviços de assistência técnica especializada à Empresa de Água e Saneamento do Bengo (EPASB) financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), via o programa financeiro do “Projeto de Apoio Institucional e Sustentável ao Fornecimento de Serviços Urbanos de Água e Saneamento (ISSUWSSSD)” com o objetivo de promover o desenvolvimento de serviços públicos de abastecimento de água e saneamento a nível local e o reforço institucional e a governação sectorial no país. O programa financeiro foi gerido pela Direção Nacional de Águas (DNA) do Ministério de Energia e Águas (MINEA) de Angola.

A Província do Bengo situa-se na zona centro-litoral de Angola em torno da Província de Luanda e a sua capital, Caxito, situa-se a cerca de 60 km de Luanda, capital nacional, tendo duas zonas mais próximas do litoral junto à costa atlântica com maiores



índices pluviométricos com duas estações - uma com chuvas (de outubro a abril) e uma seca (de maio a agosto) - que caracterizam esta região do país.

Nesta província subsistem áreas não cobertas por sistemas de abastecimento de água e saneamento, havendo ainda populações sem acesso à água, cujas necessidades hídricas devem ser satisfeitas, quer pela criação de novas reservas quer pela melhoria da distribuição territorial.

Neste contexto, a AdP Internacional iniciou contrato em julho de 2019, com uma equipa multidisciplinar permanente de 12 técnicos especialistas em diferentes áreas que durante 36 meses prestaram serviços de assistência técnica especializada à EPASBENGO, na formação e capacitação da área de Produção de Água, na eficiência da área Comercial, na organização e autonomia da área Financeira e no reforço contínuo do funcionamento da área Operação e Manutenção da empresa.

O último período do contrato até setembro de 2023 resultou de uma extensão contratual tendo sido muito relevante para a disseminação dos documentos técnicos elaborados pela equipa da AdP Internacional durante os 36 meses do contrato original, no qual se respondeu aos exigentes requisitos no que respeita ao número e diversidade de entregáveis contratuais. Neste contexto foram elaborados manuais técnicos, procedimentos e planos de atividade para as diversas áreas, assim com diversos documentos estratégicos para a atividade da empresa. Destes destacamos o Plano Diretor de Água e Saneamento da Província do Bengo que foi apresentado em sessão pública, no Caxito, em junho de 2023.

As atividades técnicas foram acompanhadas por um reforço das atividades de mobilização social tendo sido realizadas atividades contínuas nas comunidades urbanas contribuindo para a sensibilização e informação acerca da importância dos serviços de prestado pela EPASB e, simultaneamente, a importância de utilização segura da água, da higiene e saúde. Ainda em 2023, com o acordo da DNA, foram executados mais 2 meses suplementares para assegurar a implementação de um plano de saída com atividades focadas em áreas essenciais para assegurar o funcionamento autónomo da empresa na fase após-contrato. O último ano a AdP assegurou o apoio ao atual Conselho de Administração da EPASB e reforçou a capacitação e a formação que foram centrais ao contrato, a par da conclusão do fornecimento dos recursos operacionais (peças, maquinaria, equipamentos) e recursos tecnológicos (equipamento informático, programas informáticos, licenças) contribuindo para o resultado final com uma melhoria o funcionamento geral da empresa e o nível de serviços prestados à população da província.

CONTRATO DE SERVIÇOS DE GESTÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA À PROVÍNCIA DA HUILA (CSAGOM)

A entidade contratante é a Direção Nacional de Águas (DNA) do Ministério da Energia e Águas de Angola, sendo financiado pelo Banco Mundial e a Agência Francesa de Desenvolvimento e totaliza 6.3M USD.

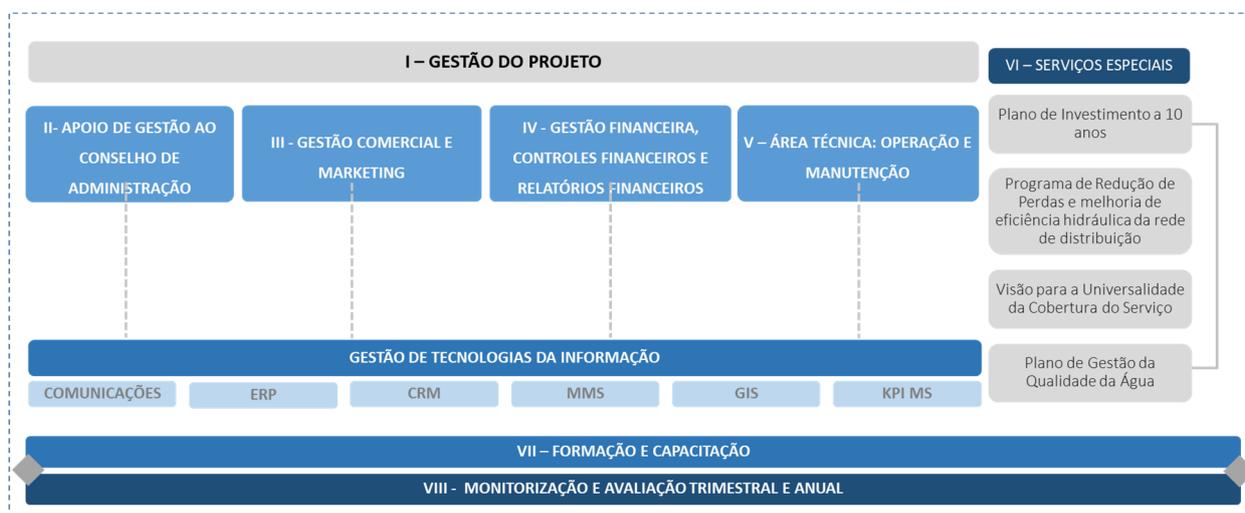
O Projeto, com duração de 48 meses, iniciado a 1 de junho de 2021, finalizará a 31 de maio de 2025 e tem como Cliente Final a EPASHuila- EP – Empresa Pública de Água e Saneamento da Huila.

O contrato de assistência técnica, que abrange os Municípios de Lubango, Chibia, Cacula, Quipungo, Matala e Jamba da Província da Huila (79.022 km²), no sul de Angola, tem como principais objetivos:



Trata-se de um *Performance Base Contract*, com a monitoria e avaliação de Indicadores de Desempenho com metas trimestrais e anuais bem definidas. A avaliação do desempenho contratual é realizada por uma equipa de Auditores Independentes denominada IVA – *Independent Verification Auditor*, contratada pelo Banco Mundial e pela Agência Francesa de Desenvolvimento.

As principais áreas de intervenção abrangidas neste contrato são as exemplificadas no esquema seguinte:



No âmbito do desenvolvimento do Plano Diretor de Abastecimento de Água ao Lubango, a 18 de Outubro de 2023 foi realizado o primeiro dos dois *workshops* previstos, que contou com a presença de inúmeras Entidades com responsabilidades no setor do Abastecimento, nomeadamente DNA (Direção Nacional das Águas de Angola), PDISA (Projeto de Desenvolvimento Institucional do Sector de Águas em Angola), EPASHuíla (Empresa Pública de Água e Saneamento da Huíla, IRSEA (Instituto Regulador Serviços de Energia e Águas de Angola), GABHIC (Gabinete para a Administração da Bacia Hidrográfica do rio Cunene), Governo da Província da Huíla, representantes das Universidades e Institutos Superiores existentes na Província da Huíla entre outros.

Ainda durante 2023 foi desenvolvido um programa de redução de perdas e plano de melhoria de eficiência hidráulica da rede de distribuição da EPASHuíla-EP com o apoio de uma equipa técnica da AdRA – Águas da Região de Aveiro.

Durante o ano de 2023, foi elaborada e aprovada pelas Entidades Financiadoras uma proposta para a inclusão de um novo serviço adicional que consiste no desenvolvimento de “*Normalização dos Sistemas de Controle, Automação e Aquisição de Dados (SCADA)*”. Este novo serviço visa o levantamento da situação existente ao nível dos sistemas de automatização e controlo das infraestruturas de abastecimento de água do sistema de abastecimento do Lubango, desenho das necessidades de intervenção para integração no sistema de telegestão, preparação/desenho das diretivas e especificações técnicas para o novo sistema, prevendo a inclusão de todas as infraestruturas, elaboração da documentação do concurso, acompanhamento da implementação do sistema e avaliação final do sistema de telegestão da Empresa Provincial de Águas e Saneamento da Huíla (EPAS Huíla).

UNIDADE DE GESTÃO DE FINANCIAMENTO DO BEI

A AdP Internacional, em consórcio com a GFA Consulting Group, GmbH, celebrou com a Direção Nacional de Águas do Ministério da Energia e Águas de Angola um Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria em Gestão de Projetos em 21 de junho de 2021.



Este contrato de consultoria visou a criação da Unidade de Gestão de Financiamento (UGF) do Banco Europeu de Investimento (BEI) em Angola, que aprofundou a sua atividade de apoio às entidades angolanas responsáveis pela gestão do envelope financeiro de € 100 000 000 (cem milhões de euros) disponibilizado e contratualizado para o investimento em infraestruturas do setor da água e saneamento no país.

Em 2023, a equipa técnica multidisciplinar da AdP Internacional deu continuidade às atividades do contrato de serviços de consultoria, estabelecendo em Luanda a representação oficial e o escritório da UGF em Angola.

Esta unidade é responsável pela gestão do financiamento paralelo do BEI estabelecido com o objetivo de complementar o Segundo Projeto de Desenvolvimento Institucional do Sector da Água (PDISA-2) gerido pela Direção Nacional de Águas do Ministério de Energia e Águas de Angola.

Este ano a Unidade de Gestão do Financiamento do Banco Europeu de Investimento (UGFBEI) assegurou a preparação e lançamento de 12 processos e procedimentos de concurso e contratação pública para a implementação efetiva desta linha de financiamento. Atuando nas áreas associadas à atribuição de fundos de financiamento, nomeadamente, gestão, *procurement*, contabilidade e finanças complementados pelas áreas técnicas específicas relacionadas com os impactos da aplicação dos mesmos, nomeadamente a área ambiental e social.

Seguindo a estratégia de aplicação do financiamento definida entre o BEI e a DNA, os concursos que foram lançados em 2023 destinar-se-ão ao investimento nas infraestruturas das cidades capitais das três províncias alvo da intervenção, nomeadamente a cidade de Dundo (Província da Lunda Norte), Luena (Província do Moxico) e Moçâmedes (Província do Namibe).

Este investimento em infraestruturas será complementado com reforço de competências das empresas de água e saneamento de cada uma destas províncias.

O Contrato de Financiamento entre a República de Angola e o Banco Europeu de Investimento (FI N° 87845 e Serapis N° 2017-0338), assinado em Luanda a 19 de julho de 2018 e no Luxemburgo a 23 de julho de 2018, refere que este projeto decorre entre 2018 e 2022.

O lançamento da Pré-Qualificação de empresas/consórcios concorrentes ao concurso para o apoio à gestão deste Contrato de financiamento ocorreu, concomitantemente com a finalização e assinatura do Contrato de Financiamento, logo em junho de 2018. Contudo, este procedimento concursal apenas foi concluído em finais de 2021, tendo o Visto do Tribunal de Contas de Angola ao contrato entre o MINEA e o consórcio Águas de Portugal Internacional, S.A./GFA Consulting Group, GmbH, sido atribuído em setembro de 2021.

O início dos trabalhos da Unidade de Gestão do Financiamento do Banco Europeu de Investimento (UGFBEI) ocorreu a 1 de dezembro de 2021.

Tendo em consideração os factos acima apresentados, foi elaborada e submetida ao BEI em 13 de outubro de 2023 uma proposta de prorrogação do prazo do Contrato de Financiamento para março de 2027, prazo esse que se julga suficiente para o cabal desenvolvimento do Projeto.

Esta proposta de prorrogação do prazo do Contrato de Financiamento para março de 2027 foi aprovada pelo BEI e consagrando uma nova data-limite, 31 de março de 2027, para o desembolso de fundos pelo banco, e uma nova data para a conclusão do Projeto, 31 de dezembro de 2027.



GUINÉ-BISSAU



PROJETO DE MELHORIA DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ENERGIA À EAGB (EMPRESA DE ELETRICIDADE E ÁGUAS DA GUINÉ-BISSAU)

O projeto de melhoria dos serviços de água e energia à EAGB (Empresa de Eletricidade e Águas da Guiné-Bissau), financiado pelo Banco Mundial, em parceria com a EDP Internacional (líder) e a Leadership Consulting (parceiro) terminou em junho de 2023. De notar que teve início em maio de 2019, mas que, consequência da pandemia de COVID 19, esteve interrompido entre junho de 2020 e abril de 2021.

O projeto teve como objetivo principal o apoio à EAGB, no reforço da sua capacidade de prestar um serviço melhorado em termos de água e energia à população de Bissau, tendo-se cumprido duas fases, tal como previsto contratualmente:

Na fase A, o foco foi a realização do diagnóstico da situação atual da empresa, a definição do plano estratégico de alto nível e o desenho de soluções técnicas e tecnológicas tendo em vista a melhoria da operação da EAGB.

Na fase B, o consórcio focou-se na implementação das ações delineadas no plano estratégico, tendo sido dada prioridade à implementação do processo de transformação da EAGB. Para além da implementação no terreno das soluções identificadas na fase A, foi dada particular importância à formação dos quadros da EAGB. Nesta fase o consórcio, colocou quatro diretores em funções na EAGB: i) Diretor Geral, ii) Diretor Administrativo e Financeiro (por parte da AdPI), iii) Diretor da Área da Água (por parte da AdPI) e iv) Diretor da Área da Energia. Além destes, foram mobilizados peritos de curta duração com

a função de apoiarem os diretores em matérias e trabalhos técnicos específicos, tendo a AdP Internacional fornecido cinco destes peritos, três dos quais provenientes de empresas do Grupo AdP.

De uma forma global, destacam-se os seguintes resultados com envolvimento direto da AdP Internacional:

- Uma evolução substancial e positiva ao nível das receitas, resultado do forte processo de transformação, em termos do modelo de organização e processos de atuação, bem como a implementação de um novo sistema de informação de apoio à área comercial. Salienta-se o crescimento médio sustentável todos os anos sempre superior a 4%, tendo-se passado de 1.308 milhões de francos CFA em janeiro de 2021 para 1.890 milhões de francos CFA em junho de 2023.
- Implementação e utilização por parte dos técnicos da EAGB de um novo sistema ERP (Primavera), implementado em 2021 e utilização do mesmo na operação da empresa.
- Melhoria global da operação e manutenção do sistema de água de Bissau, resultado das práticas e procedimentos introduzidos ao longo do contrato.
- Desenvolvimento da avaliação de desempenho ambiental e social e plano de Ação da EAGB.
- Desenvolvimento do *Road Map* para a Elaboração de uma Estratégia de Redução de Perdas de Água da EAGB.
- Desenvolvimento do inventário dos ativos fixos da EAGB.

CABO VERDE



PROJECTO PHOS VALUE – RECICLAGEM SUSTENTÁVEL DE NUTRIENTES DE ÁGUAS RESIDUAIS

Este projeto terminou em fevereiro de 2023, com uma reunião global de apresentação de resultados organizada pelo financiador, o Programa Nacional das Nações Unidas (PNUD), em que participaram todos os intervenientes no projeto.

A AdP Internacional integrou o consórcio liderado pela empresa AqualnSilico (AiS), uma *start-up* portuguesa criada no seio das equipas de investigação da Universidade NOVA School of Science and Technology, entidade que desenvolveu os modelos informáticos para análise da performance das Estações de Tratamento de Águas Residuais com o objetivo de identificar elementos químicos, como o fósforo, e microelementos com potencial de serem recuperados a partir dos subprodutos do tratamento.

Neste projeto houve um reforço das condições locais em Cabo Verde para a realização de análises químicas à água residual nas diferentes etapas do processo de tratamento na ETAR de Santa Catarina, município de Achada, Santiago, infraestrutura-alvo selecionada para aplicação da tecnologia desenvolvida pela AiS para estudar potenciais melhorias nos processos de tratamento de águas residuais com vista à reutilização e reciclagem de nutrientes nos efluentes tratados. Esse reforço passou pela compra de equipamentos e materiais para o laboratório de análise e pela capacitação das equipas técnicas dos parceiros locais ANAS – Agência Nacional de Água e Saneamento e AdS – Águas de Santiago, ambas beneficiárias do apoio e resultados do projeto.



Este projeto teve origem na oportunidade de um financiamento das Nações Unidas (UN) que, em 2021, lançou um concurso para financiamento de projetos inovadores integrados no ODS 14 – Proteger a Vida Marinha que contribuíssem para a proteção dos oceanos.

Nas diversas atividades realizadas, a AdP Internacional atuou como facilitador e disponibilizou recursos nas missões de troca de experiências e formação realizadas em Cabo Verde e em Portugal promovendo a troca de informação e conhecimentos com o objetivo de integrar e multiplicar os resultados deste tipo de inovação nos seus próprios projetos de nos países em desenvolvimento.

Em Cabo Verde, durante 2023 foram desenvolvidos pela AdP Internacional diversos projetos enquadrados na Cooperação Ambiental entre Portugal e este país, com financiamento do Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e Transição Energética de Portugal, designadamente:

PROJETO PREPARAÇÃO DO ROTEIRO DE ECONOMIA CIRCULAR NO CICLO URBANO DA ÁGUA EM CABO VERDE - PLANO DE AÇÃO PARA A REUTILIZAÇÃO DE ÁGUAS RESIDUAIS TRATADAS

Em 2022 foi concluído o projeto, que já decorria desde 2021, tendo sido elaborado em 2023 o “Guia Metodológico para a Definição de Quadro Normativo Aplicável às Águas para Reutilização em Cabo Verde”, que visa constituir um documento de orientação metodológico, alinhado com as melhores práticas internacionais, mas ao mesmo tempo suficientemente simples e prático para poder ser adotado de forma pragmática em projetos de reutilização de águas em Cabo Verde.

PROJETO PILOTO DE ECONOMIA CIRCULAR NO CICLO URBANO DA ÁGUA NA ETAR DE SANTA CRUZ - REUTILIZAÇÃO DE ÁGUA E VALORIZAÇÃO DE RECURSOS PARA FINS AGRÍCOLAS

Na Ilha de Santiago, técnicos da AdP Internacional e da Águas do Tejo Atlântico iniciaram em 2022 um projeto piloto que será de grande relevância para contribuir para o aumento de disponibilidades de água no setor agrícola na Ilha de Santiago.

A intervenção engloba o desenvolvimento de um Plano de Ação, tendo em vista a Reutilização de Águas Residuais Tratadas e Valorização de Recursos, para a ETAR de Santa Cruz que terá como objetivo identificar e implementar as intervenções (obras de construção civil e aquisição e instalação de equipamentos eletromecânicos) necessárias para complementar o esquema de tratamento existente de modo a assegurar a viabilidade de produção de Água para Reutilização (ApR) na agricultura, em conformidade com as normas de qualidade exigidas, bem como da valorização agrícola dos subprodutos (lamas) geradas na ETAR. A sua natureza de projeto piloto permitirá também delinear e testar um modelo que poderá ser replicado noutras ilhas.

ELABORAÇÃO DO PLANO SANITÁRIO DA CIDADE DE S. FILIPE

Na Ilha do Fogo, a AdP Internacional iniciou em 2023 um projeto transversal na área do ambiente procurando dar resposta a algumas das necessidades prioritárias para a população nesta vertente. A intervenção engloba as seguintes tarefas:

- Na vertente do saneamento visa-se a implementação de um sistema de drenagem e tratamento de águas residuais para o município de S. Filipe que contribuirá para assegurar a proteção dos recursos hídricos e os ecossistemas mais frágeis, permitindo uma maior resiliência ao impacto das alterações climáticas;
- Na vertente dos resíduos sólidos visa-se a implementação de um conjunto de medidas (selagem da lixeira existente e recolha seletiva de resíduos) para a Ilha do Fogo, que irão promover a recuperação de áreas degradadas; e
- Pretende-se ainda desenvolver um conjunto de ações de capacitação de quadros técnicos, incluindo quadros da administração central, local e ainda da sociedade civil, com o propósito de os capacitar nas temáticas de gestão de água e de águas residuais, gestão de resíduos sólidos, ambiente, socioeconómica, entre outras.

Estas ações inserem-se numa estratégia de sensibilização ambiental às populações com vista a promoção da alteração a médio e longo prazo de comportamentos ambientais.

APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO OPERACIONAL INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DE SANTO ANTÃO

A AdP Internacional, em consórcio com a ECOVISÃO - Cabo Verde celebrou com a ANAS - Agência Nacional de Água e Saneamento um contrato de prestação de serviços para a execução das seguintes tarefas:

- Revisão/ Elaboração do Projeto de Execução do Centro de Tratamento de Resíduos da Ilha de Santo Antão;
- Definição da localização da Estação de Transferência de Resíduos da ilha e elaboração do respetivo Projeto;
- Elaboração do Estudo de Avaliação de Impacto Ambiental do Centro de tratamento e da unidade de transferência de resíduos;
- Especificação técnica dos equipamentos de recolha e tratamento de resíduos;
- Elaboração de medições e orçamento detalhado das Infraestruturas de tratamento e transferência de resíduos;
- Ações de Formação na área de tratamento de resíduos.

Este projeto enquadra-se no âmbito da Agenda de Cooperação 2021-2024 assinada em 25 de junho de 2021 no âmbito de um Protocolo de Cooperação no domínio do Ambiente celebrado em 20 de setembro de 2016 entre o Ministério do Ambiente da República Portuguesa e o Ministério da Agricultura e Ambiente da República de Cabo Verde.

Tem como objetivo o cumprimento da meta do ODS 3 - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, e do ODS 6 - Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.

A ADP INTERNACIONAL NA AMÉRICA CENTRAL

GRENADA

Em 2023 a AdP Internacional deu continuidade ao projeto de consultoria G-CREWS em Grenada nas Caraíbas, o qual prevê o apoio ao GFA Consulting Group (GFA) no que toca à gestão de recursos hídricos e de serviços de água com vista a uma maior resiliência face às alterações climáticas, tendo como financiador a agência de cooperação Alemã - GIZ. A AdP Internacional tem a seu cargo o desenvolvimento da área de Segurança e Saúde bem como na componente de SCADA da NAWASA (National Water and Sewerage Authority, Grenada), destacando-se as seguintes atividades principais:

- Entrega dos requisitos técnicos para os termos de referência para contratação de uma empresa que fornecerá serviços associados à instalação de um sistema de SCADA num dos sistemas de água geridos pela NAWASA;
- Missão técnica a Grenada com a duração de três semanas em maio, por parte de uma especialista da AdP em Higiene e Segurança que, em conjunto com os técnicos da NAWASA, contribuiu para a avaliação de riscos ambientais, sociais, de saúde e segurança das atividades da empresa;
- Início do desenvolvimento de um plano de emergência para NAWASA, contando com uma especialista da AdP em Higiene e Segurança, prevendo-se a visita técnica a Grenada para janeiro de 2024.



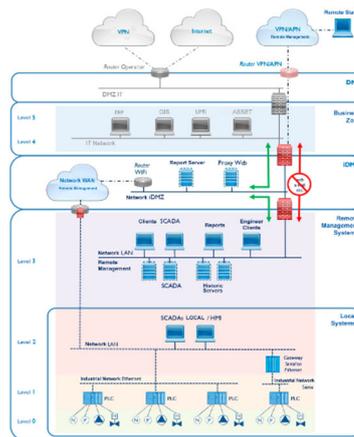
OBJECTIVES
OHS Roles and Responsibilities
FIRST SIX MONTHS OF THE PLAN

PEOPLE






1. Safety and health
2. Human Resources
3. Legal Counsel
4. Transmission and Distribution
5. Communication, Purchasing Officer



A ADP INTERNACIONAL NA AMÉRICA DO SUL

ARGENTINA

No final de 2022 foi elaborada uma Proposta de Twinning, financiada pela Confederación Andina de Fomento (CAF), que visa a troca de experiências entre Entidades Gestoras de Água e Saneamento de Portugal e Argentina.



Este projeto teve o seu início no primeiro trimestre de 2023, com a duração estimada de 12 meses, visando a troca de experiências entre o Grupo AdP e a AYSA - Agua y Saneamientos Argentinos S.A.

A AYSA é a empresa concessionária de serviços públicos de água potável e tratamento de saneamento para a cidade de Buenos Aires e 26 bairros dos subúrbios da capital da Argentina, região estratégica do país e uma das áreas mais densamente povoadas do continente.



Esta parceria contou com a participação de colaboradores de várias empresas do grupo, nomeadamente AdP Internacional, EPAL, Águas do Tejo Atlântico, Águas do Norte e Águas do Vale do Tejo, que se deslocaram às instalações da AYSA para fazerem os necessários diagnósticos e, aquando da deslocação de técnicos da AYSA a instalações de empresas do Grupo Águas de Portugal, as empresas acolheram os mesmos partilhando experiências e práticas.

Este projeto abrange as matérias abaixo descritas, e considerando a necessidade de prorrogar a sua extensão até julho de 2024, irão existir mais duas missões:

- Economia circular nos serviços de abastecimento de água e saneamento;
- Governança corporativa e gestão institucional;
- Tratamento de águas residuais;
- Qualidade de Água e de lamas; e
- Instrumentação em linha e Automação.

A ADP INTERNACIONAL NA ÁFRICA DO NORTE E NA ÁFRICA ORIENTAL

COSTA DO MARFIM

PROGRAMA DE COOPERAÇÃO PORTUGUESA E PLANO DE COMUNICAÇÃO DE SANEAMENTO DA COSTA DO MARFIM

Em 2023 foi possível realizar a primeira missão em Portugal ao abrigo do Protocolo celebrado, em 2020, entre o Ministério do Saneamento e Salubridade, da República da Costa do Marfim e Gabinete Nacional de Saneamento e Drenagem (ONAD) e o Ministério do Ambiente e Ação Climática de Portugal.

Um dos principais desafios deste projeto passa por obter a compreensão e o compromisso das populações para com os princípios básicos da gestão sustentável do modelo de desenvolvimento. Ao sensibilizar a população para padrões de consumo sustentáveis, procuraremos garantir que a Sustentabilidade dos efeitos das políticas ambientais nas ações diárias será uma constante.

É importante sensibilizar a população “*de que a água não vem do céu e o esgoto desaparece magicamente*”. Por conseguinte, é importante desenvolver uma campanha de comunicação sobre questões de saneamento e saneamento, visando alterações no comportamento da população, graves para a saúde pública, sensibilizando para a importância de saneamento e seu impacto na qualidade dos recursos hídricos e dos solos (Saneamento é vida).



Esta campanha deverá envolver estratégias de comunicação a desenvolver, a fim de:

- Uma melhor perceção do setor das águas residuais;
- Sensibilização para a importância do saneamento; e
- Alterações no comportamento da população, que são graves para a saúde pública.

Este projeto terá de produzir um plano de comunicação que incluirá o desenvolvimento de campanhas de marketing, comunicação para públicos-alvo, como a população em geral, o público escolar e funcionários/técnicos administrativos.

Considerando a experiência do Grupo Águas de Portugal em estratégias semelhantes que têm sido desenvolvidas com sucesso, este projeto será concretizado com a entrega dos seguintes componentes:

- Desenvolvimento de um plano de comunicação;
- Desenvolvimento de campanhas de comunicação para três públicos-alvo:
 - População em geral;
 - Público escolar;
 - Funcionários/técnicos departamentais.

PREPARAÇÃO E FORMULAÇÃO DE UM PROGRAMA DE FORMAÇÃO E REFORÇO DAS CAPACIDADES DO PESSOAL TÉCNICO NO DOMÍNIO DA SANEAMENTO

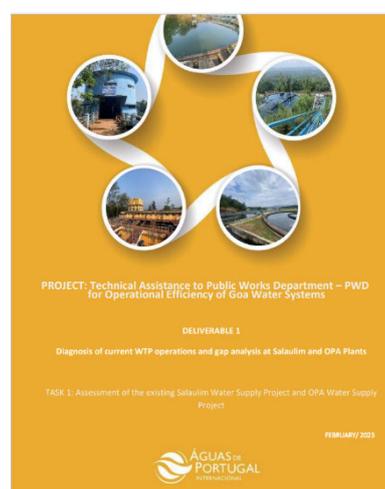
Em 2023 foi possível realizar a primeira missão em Portugal ao abrigo do Protocolo celebrado, em 2020, entre o Ministério do Saneamento e Salubridade da República da Costa do Marfim e Gabinete Nacional de Saneamento e Drenagem (ONAD) e o Ministério do Ambiente e Ação Climática de Portugal.

Este projeto centrar-se-á na recolha e análise de dados sobre a realidade na Costa do Marfim, tornando possível definir um programa de formação e o desenvolvimento das capacidades dos técnicos marfinenses para aspetos de saneamento e tratamento de águas residuais.

Baseado no diálogo com as autoridades da Costa do Marfim, não se destina apenas a elaborar um programa de formação, bem como o planeamento de uma série de outras atividades complementares para consolidar as capacidades próprias dos peritos marfinenses.

Este programa de formação irá debruçar-se sobre cinco temas:

- 1) Modelo adequado (baseado na experiência portuguesa) para o saneamento em locais geograficamente dispersos;
- 2) Programa de manutenção de saneamento;
- 3) Partilha da experiência de Portugal na operação e manutenção de bombagem, tubagens e equipamentos (de águas residuais) em estações de tratamento de águas residuais;
- 4) Projeto de desenvolvimento de boas práticas para a reutilização de águas residuais, como meio de adaptação às alterações climáticas;
- 5) Desenvolvimento de uma ETAR, aplicada a áreas de altas temperaturas e baixa humidade.



Estes projetos, financiados pelo Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente de Portugal, de desenvolvimento de um Plano de Comunicação em Saneamento e Salubridade para o Ministério do Saneamento e Salubridade da Costa do Marfim, e o Projeto de Formação e Capacitação em Sistemas de Saneamento, cujos beneficiários serão os técnicos das diversas entidades tuteladas por aquele ministério, iniciaram-se em 2023, com missões de troca de experiências entre empresas e colaboradores do Grupo Águas de Portugal, que receberam e acompanharam os responsáveis e técnicos das entidades do Ministério costa-marfinense na sua missão a Portugal.

Parte das atividades previstas para 2023 transitaram para o ano seguinte, atendendo à necessidade de que ficam reunidas as condições necessárias, em Abidjan, para realização das atividades de capacitação e formação no país.

A ADP INTERNACIONAL NA ÁSIA

GOA (ÍNDIA)

ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS-PWD - EFICIÊNCIA OPERACIONAL DOS SISTEMAS DE ÁGUA DE GOA

Na sequência da assinatura do Memorando de Entendimento (MoU) para Cooperação Técnica assinado entre o Governo de Goa (através do Departamento de Obras Públicas) e o Ministério do Ambiente da República Portuguesa (através da Águas de Portugal), em 29 de setembro de 2018, arrancou em dezembro de 2022 (após quase dois anos de suspensão

devido à Pandemia de COVID 19) o projeto Assistência Técnica ao Departamento de Obras Públicas-PWD - Eficiência Operacional dos Sistemas de Água de Goa.

Este projeto tem como objetivo o aumento da eficiência das principais ETA de Goa, o apoio à conceção de sistemas de tratamento de águas residuais bem como ao suporte à redução de manganês numa das ETA de Goa, representando o início de atividade da AdP Internacional na Índia.

A equipa técnica da AdP Internacional realizou a sua primeira visita entre 4 e 17 de dezembro de 2022 permitindo realizar o levantamento, o diagnóstico da situação atual e a análise das lacunas e prioridades para melhorar procedimentos da operação das ETA de Salaulim e da OPA.

Em fevereiro de 2023, submeteu-se o primeiro entregável previsto neste contrato, tendo-se realizado um diagnóstico e análise de oportunidades de melhoria das duas principais ETA de Goa.

TIMOR-LESTE



CRP – CONSULTORIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM ESTUDO TARIFÁRIO PARA O SETOR DA ÁGUA E SANEAMENTO PARA A CIDADE DE DÍLI, CAPITAL DE TIMOR-LESTE

Em julho de 2022 o Millennium Challenge Corporation (“MCC”) e o Governo de Timor-Leste acordaram num Programa, que envolve um donativo no valor de USD 420 milhões, para redução dos índices de raquitismo por via do melhoramento das condições de saneamento em Díli (Capital de Timor-Leste).

Uma das condições precedentes à aprovação do donativo é a aprovação de um estudo tarifário em Conselho de Ministros do Governo de Timor-Leste, para os sistemas de água e saneamento de forma a garantir a respetiva sustentabilidade económica – financeiros pós Compacto.



O Consórcio RPG / AdP Internacional / AdP Timor-Leste (subcontratada) foi a entidade escolhida para desenvolver o supramencionado estudo tarifário, no seguimento de um processo de contratação pública internacional tendo sido adjudicado em dezembro de 2023.

Com uma duração de 2 anos ininterruptos, este projeto permitirá estreitar relações de proximidade profissional com o Governo de Timor-Leste que assume uma especial relevância no plano nacional e internacional.

A ADP INTERNACIONAL E AS *UTILITIES OF THE FUTURE*

CONTRATO-QUADRO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA

No âmbito do projeto financiado pelo Banco Mundial denominado “Utilities of the Future - UoF”, a AdP Internacional manteve, em 2023, o apoio técnico ao Banco Mundial através de suporte especializado com o objetivo de promover e implementar

planos abrangentes e eficazes para transformar e preparar as concessionárias de Água e Saneamento, para novos desafios crescentes e para as mudanças climáticas, sociais e demográficas cada vez mais exigentes.

O conceito subjacente às *UoF* envolve não apenas a transformação digital e a modernização tecnológica, mas também novos processos de negócios, estruturas organizacionais inovadoras e mudanças culturais.



Em março de 2023, técnicos superiores da Karachi Water and Sanitation Board (KWSB), do Paquistão, deslocaram-se a Portugal, ao abrigo deste contrato-quadro, com o objetivo principal de assistir a uma apresentação dos temas a seguir elencados, tendo-se dado especial atenção às soluções informáticas utilizadas no Grupo Águas de Portugal:

- O Setor da Água e Saneamento em Portugal. Um panorama institucional com foco nas PPP's;
- Água não faturada - caso EPAL;
- Gestão Comercial e Atendimento ao Cliente - caso EPAL;
- Gestão de ativos – estratégia do Grupo Águas de Portugal; e
- Captação e tratamento de águas residuais na cidade de Lisboa – Novas tendências – caso Águas do Tejo Atlântico.



VISITAS DELEGAÇÕES

MINISTRA DO AMBIENTE DA REPÚBLICA DE ANGOLA

A Ministra do Ambiente da República de Angola realizou uma visita oficial a Lisboa, com o objetivo de fortalecer a cooperação ambiental entre os dois países. A ministra visitou a Fábrica de Água de Alcântara, infraestrutura gerida pela Águas do Tejo Atlântico que serve os municípios de Amadora, Lisboa e Oeiras, dimensionada para tratar um equivalente populacional de 756.000 hab.eq., correspondente a um caudal médio de 181.453 m³/dia (tempo seco).



DELEGAÇÃO DA MOLDÁVIA



O Vice-Presidente, António Ventura, recebeu uma delegação da Moldávia com representantes do Parlamento da República, do Ministério do Meio Ambiente, da NORLD, da Agência Nacional de Regulação de Energia, da Agência de Propriedade Pública, da Unidade de Implementação de Projetos e do Ministério da Infraestrutura, juntamente com o Banco Mundial.

- Os principais tópicos discutidos foram:
- A eficiência no setor hídrico português
- Desempenho português no setor da água e saneamento
- Agregações no setor da água e saneamento em Portugal
- Parcerias regionais entre o Governo português e os municípios

EMPRESA DE ÁGUA E SANEAMENTO DO BENGO E A EMPRESA PROVINCIAL DE ÁGUA E SANEAMENTO DO CUNENE

A AdP Internacional recebeu em Portugal duas delegações de representantes das empresas de água e saneamento das províncias do Bengo e do Cunene, nomeadamente a Empresa de Água e Saneamento do Bengo e a Empresa Provincial de Água e Saneamento do Cunene, que, nos meses de julho e de novembro, realizaram duas missões técnicas de intercâmbio e troca de experiências junto de um conjunto de empresas do Grupo Águas de Portugal. Os dois grupos convidados integraram representantes dos conselhos de administração das duas empresas e também pessoal técnico responsável pela direção das diversas áreas de atividade das empresas, nomeadamente, a área administrativa e de recursos humanos, a área de produção e qualidade, a área comercial e a área técnica. Nas visitas técnicas, as delegações convidadas foram recebidas por diversas empresas do Grupo Águas de Portugal, percorrendo o território nacional para contactar com realidades mais próximas do seu contexto local em Angola. Em julho, as atividades centraram-se na região da Grande Lisboa e Centro do país, com atividades realizadas nas empresas locais, nomeadamente na EPAL (instalações técnicas e núcleo museológico), na Águas do Centro Litoral (Coimbra) e na SIMARSUL (Setúbal).



Em novembro, a segunda comitiva complementou este conhecimento da atividade do Grupo Águas de Portugal, com visitas em Lisboa e no Sul do país, tendo as atividades sido realizadas na EPAL (sede e serviços centrais administrativos e comerciais) e na sua atividade na região do Alentejo com a visita às instalações responsáveis pelos serviços de produção de água e de saneamento a operar na região de Évora (Águas de Vale do Tejo). A deslocação a esta região sul do país permitiu também realizar uma sessão técnica com a EDIA (Empresa de Desenvolvimento da Infraestrutura do Alqueva) para conhecer localmente o projeto e as suas infraestruturas, assim como perceber o seu impacto e efeitos transformadores no desenvolvimento socioeconómico na região sul de Portugal.

DELEGAÇÃO DO GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA ELETRICIDADE, ÁGUA E SANEAMENTO DE TIMOR-LESTE



No seguimento da visita a Timor-Leste da Presidente e do Vice-Presidente da AdP Internacional, recebemos nas nossas instalações o Secretário de Estado da Eletricidade, Água e Saneamento deste país e respetiva comitiva. Em reunião com o Presidente do Grupo Águas de Portugal foram trocadas impressões sobre uma possível colaboração, com vista a uma capacitação de quadros timorenses no Setor da Água.

A comitiva teve ainda a oportunidade de efetuar uma visita técnica à Fábrica da Água de Alcântara e Beirolas tendo sido acompanhada pelo Vice-Presidente da AdP Internacional.

ADP E BANCO MUNDIAL PROMOVEM RESILIÊNCIA E ECONOMIA CIRCULAR NA GESTÃO DA ÁGUA

O Grupo Águas de Portugal recebeu a visita de uma comitiva de técnicos do setor das águas de diversos países no âmbito do programa WICER - Water in Circular Economy and Resilience (Água na Economia Circular e Resiliência) do Banco Mundial, do qual o Grupo AdP é parceiro, promovida com o objetivo de ajudar a adotar e implementar princípios circulares e de resiliência na gestão da água em cidades de todo o mundo.

A iniciativa decorreu entre os dias 18 e 21 de setembro de 2023, envolvendo sessões de intercâmbio de conhecimentos e capacitação, permitindo que os participantes discutissem como operacionalizar e integrar estes conceitos na água urbana, refletindo sobre as suas experiências, identificando desafios e oportunidades.

Para além de visitas técnicas a diversas infraestruturas do Grupo AdP, a comitiva participou em *workshops* temáticos que tiveram por objetivo apoiar as equipas de trabalho do Banco Mundial no desenvolvimento dos projetos de reutilização de águas residuais e de outros princípios da economia circular, tendo sido também abordados temas relativos a programas de investimento e aspetos regulatórios, entre outros.

Estima-se que a população urbana em todo o mundo quase duplicará até 2050, aumento que tem sérias implicações na procura de água nas cidades e que também levará a maiores volumes de águas residuais e riscos de poluição da água, sendo estes desafios agravados pelas alterações climáticas.

Repensar os sistemas urbanos de água através dos princípios da economia circular e da resiliência climática, oferece uma oportunidade de enfrentar os desafios da água, oferecendo uma abordagem sistémica e transformadora, para proporcionar o acesso universal aos serviços de abastecimento de água e saneamento de uma forma mais sustentável, inclusiva, eficiente e resiliente.

A iniciativa WICER do Banco Mundial potencia que o setor da água seja sistematicamente incluído nas discussões estratégicas de alto nível sobre a economia circular, cujos princípios oferecem uma oportunidade para reconhecer e capturar o valor total da água e transformar os serviços urbanos de água.

RISCO E CONTROLO

SISTEMA DE CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCO

A AdP Internacional, e o seu Conselho de Administração em particular, dedicam especial atenção às temáticas do controlo interno, da gestão do risco, da corrupção e infrações conexas, da transparência da informação e da fiabilidade do relato financeiro e não financeiro.

Tratando-se de preocupações transversais ao Grupo AdP, no qual a AdP Internacional se inclui, e por forma a possibilitar a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do controlo interno (CI) existente nas empresas, no decurso de 2023 foi dada continuidade à FASE 2 do projeto de implementação do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Grupo, assente na metodologia internacionalmente aceite do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), por se considerar como um modelo adaptável à estrutura das empresas, por ser flexível para toda a organização, e para qualquer uma das suas unidades ou atividades de negócio, e fiável na resposta que confere aos desafios internos ou externos existentes.

Este modelo permite uma correlação direta entre os objetivos que a organização tenta atingir ao nível das três categorias (Operação, Reporte e Conformidade), e as cinco componentes (Ambiente de Controlo, Gestão de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), que representam o que é necessário para concretizar os objetivos, na estrutura existente na empresa, conforme é visível abaixo.



AMBIENTE DE CONTROLO

Deve refletir a importância do CI e estabelecer a disciplina e estrutura dos restantes elementos SCI. Contempla conjunto de regras, processos e estruturas que fornecem a base para a realização do CI na organização e define o espírito da organização, influenciando a consciência que os outros trabalhadores têm para o risco. É a base de todas as restantes componentes do SCI.

AVALIAÇÃO DOS RISCOS

Destinado a identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e os objetivos definidos pela empresa, assegurar o seu cumprimento e garantir que são tomadas as ações necessárias para responder adequadamente a desvios não desejados.

O risco é definido como a possibilidade de um evento ocorrer e afetar (positiva ou negativamente) a realização dos objetivos definidos pela organização.

Envolve um processo dinâmico e interativo para identificar e analisar os riscos que afetam a realização dos objetivos da organização, servindo de base ao entendimento de como os mesmos deverão ser geridos.

Devem ser definidos objetivos aos diferentes níveis da organização, de forma consistente e por categorias, para as operações, reporte e conformidade, **com clareza suficiente para que seja possível identificar e analisar os riscos desses objetivos**.

ATIVIDADES DE CONTROLO

Correspondem às atividades desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos. Atividades recorrentes de controlo do processo.

Atividades de controlo são ações estabelecidas por políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da Administração para mitigar os riscos na concretização dos objetivos são realizadas.

As atividades de controlo são realizadas a todos os níveis da organização e em várias etapas dos processos de negócio e sobre o ambiente tecnológico. Podem ser de **natureza preventiva ou detetiva** e podem abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e análises de desempenho do negócio.

A segregação de funções é tipicamente incorporada na seleção e desenvolvimento de atividades de controlo. **Quando a segregação de funções não é possível, a gestão deve desenvolver e implementar atividades de controlo alternativas.**

INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Componente instituído para garantir a captação, tratamento e troca de dados relevantes, abrangentes e consistentes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controlo da atividade e dos riscos da empresa.

A **informação** é necessária para a organização exercer as suas responsabilidades de CI em apoio à realização dos seus objetivos. A gestão obtém, ou gera e usa, informação relevante e de qualidade de fontes internas e externas, para apoiar o funcionamento do CI.

A **comunicação** é o processo contínuo que permite à equipa compreender as responsabilidades do CI e a sua importância para o atingimento dos objetivos. Pode ocorrer tanto interna como externamente e fornece à organização as informações necessárias para a execução dos controlos diariamente. A comunicação interna é o meio pelo qual a informação é disseminada em toda a empresa, fluindo em todos os sentidos e em toda a organização. Esta permite que todos os trabalhadores recebam uma mensagem clara da gestão de que as responsabilidades de controlo devem ser levadas a sério. A comunicação externa tem uma dupla finalidade: permite a entrada de informações externas relevantes, e fornece informações a terceiros, em resposta a requisitos e expectativas.

MONITORIZAÇÃO DE ATIVIDADES

É executada com vista a assegurar a adequação e a eficácia do próprio SCI ao longo do tempo, que garanta, nomeadamente, a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias.

Avaliações contínuas, pontuais/independentes ou uma combinação de ambas são usadas para determinar se cada uma das cinco componentes do CI, incluindo os controlos que efetivam os princípios dentro de cada componente, está presente e a funcionar.

As avaliações contínuas, incorporadas nos processos de negócio, nos diferentes níveis da organização, fornecem informações oportunas.

As avaliações pontuais/independentes, realizadas periodicamente, irão variar em âmbito e frequência, dependendo da avaliação do risco, da eficácia das avaliações contínuas e de outras considerações de gestão.

Os resultados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos pelos reguladores, órgãos normativos reconhecidos, ou pela Administração e pelo Conselho de Administração, e as deficiências são comunicadas, em tempo útil, à gestão e à Administração, conforme apropriado, sendo que as mais relevantes são comunicadas também ao Conselho de Administração.

Em 2023 foi dada continuidade à Fase 2 do Projeto de Implementação do SCl, com o mapeamento, de parte dos restantes processos identificados como críticos e que compreendeu, entre outras atividades, a elaboração de i) fluxogramas, os quais possibilitam uma rápida compreensão das atividades desenvolvidas, e ii) Matrizes de Riscos e Controlo (MRC) onde se identificam os eventos de risco e os controlos existentes ou a implementar na sua mitigação.

A conclusão deste mapeamento ocorrerá em 2024, sendo esse o momento em que será também efetuada a atualização do Manual de Controlo Interno com a inclusão dos documentos que se encontram a ser elaborados.

No âmbito da atividade de controlo interno, será dada continuidade à revisão conjunta com a AdP SGPS, das MRC dos processos já mapeados, de modo a identificar eventuais incoerências ou situações não identificadas, consolidar a informação sistematizada, melhorar os conteúdos e assegurar a sua aderência com a realidade dos processos mapeados.

Será efetuada a verificação do cumprimento das métricas de avaliação do sistema de controlo interno que permitirá aferir sobre o cumprimento das mesmas, nas várias componentes do Controlo Interno.

Uma vez concluída a implementação do SCl, a avaliação das métricas estabelecidas, conjugada com os resultados dos testes aos controlos chave, decorrentes das auditorias a realizar anualmente, possibilitarão a recolha de informação que permitirá identificar se as componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, para proporcionar um nível de segurança razoável à Administração da AdP Internacional sobre o desempenho do SCl.

Será promovida a sensibilização e formação sobre o controlo interno, prevista nas métricas do SCl, visando assegurar uma monitorização permanente dos controlos implementados, designadamente dos responsáveis dos processos de negócio.

A existência de um SCl, conjugado com um Modelo de Gestão de Risco funcional, permitirá ao Conselho de Administração da AdP Internacional maior enfoque na sua monitorização e análise dos riscos críticos identificados, inerentes à sua atividade, e que resultam da operação diária desenvolvida.

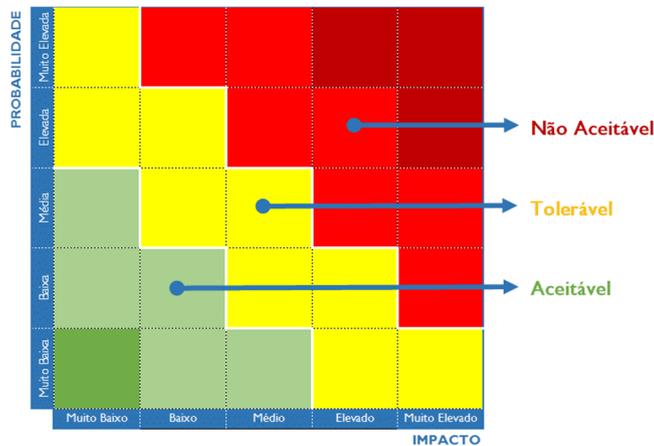
Com efeito, a implementação de um Modelo de Gestão do Risco Empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, e reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, ajudando a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

A adequabilidade do SCl encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe estão subjacentes.

O Modelo de Gestão do Risco Empresarial presentemente implementado no Grupo AdP, atendendo à necessidade de evolução identificada, encontra-se em processo de alteração, em todas as suas vertentes, desde a matriz de riscos em vigor no Grupo, a qual foi revista no decurso de 2023, passando pela metodologia implementada e a definição do modelo de governo da gestão de risco que se pretende implementar. Encontrando-se alinhado com a metodologia COSO, apresenta os riscos organizados segundo uma estrutura de classes e categorias definidas, as quais, de acordo com a nova matriz de risco, são as que se observam abaixo:

CLASSES	GOVERNANÇA, RELAÇÃO COM STAKEHOLDERS E CAPITAL HUMANO	SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA	QUALIDADE DE SERVIÇO
CATEGORIAS	Relação com Stakeholders	Contexto externo, regulatório e legal	Qualidade
	Modelo de Governo	Ciclo Comercial	Resiliência dos Sistemas
	Capital Humano	Financeiros	Resiliência das Operações
			Eficiência, circularidade e inovação

A avaliação dos riscos é efetuada na perspectiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerentes e residuais. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do SCI instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:



A avaliação dos riscos na perspectiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspectiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A área de Gestão do Risco da Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco (AICR) da AdP SGPS tem por missão acompanhar a empresa na identificação dos riscos inerentes ao negócio, na caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e na realização de testes de conformidade, para avaliar o nível de risco a que a empresa está sujeita. É a área de auditoria interna da AICR que procede à verificação e validação da implementação e funcionamento dos controlos, de modo a aferir a eficácia dos mesmos e a identificação das insuficiências existentes.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, a AICR e respetivas áreas de intervenção, têm reforçada a sua independência perante as Administrações das empresas auditadas, estando dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de Gestão do Risco Empresarial, os riscos são tratados e monitorizados pela AdP Internacional, sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. Em alguns riscos, a sua abordagem, além de ser assegurada pela AdP Internacional e respetivos órgãos de gestão, é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados, Planos de Tratamento do Risco (PTR) como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada, e os responsáveis por cada uma das referidas ações.

De igual modo, do exercício de avaliação de risco, resulta a identificação de potenciais oportunidades para a empresa, materializadas nos Planos de Implementação de Oportunidades (PIO) que, à imagem dos PTR, apresentam igualmente, ações a desenvolver, prazos de implementação e responsáveis pelas referidas ações.

Considerando a maturidade operacional atingida pelas empresas, a antiguidade do Modelo de Gestão do Risco implementado no Grupo AdP e a melhoria contínua necessária, por forma a responder às crescentes exigências nas matérias relacionadas com o risco, **foi dada continuidade em 2023 ao projeto de revisão do referido modelo**, o qual compreendeu a **revisão e atualização da matriz de riscos existente no Grupo AdP**, com base no levantamento, análise e sistematização dos riscos, realizado junto de 8 empresas do Grupo AdP.

Será dada continuidade ao projeto já iniciado através das seguintes fases/atividades:

- A revisão e/ou atualização da metodologia de avaliação do risco existente no Grupo AdP
- A revisão do Manual de Gestão do Risco Empresarial
- A integração do Modelo de Gestão do Risco Empresarial com o Modelo de Controlo Interno
- A identificação em empresa piloto, dos indicadores de risco e *Key Risk Indicators* a utilizar na avaliação futura dos riscos, de modo a tornar a avaliação contínua e mais objetiva
- A transposição do trabalho realizado na empresa piloto para as restantes empresas do Grupo AdP.

Após ter sido realizado em 2022 o acompanhamento dos PTR, e dos PIO formalmente definidos pela empresa, no âmbito do exercício de avaliação de risco relativo a 2021, foi efetuada a avaliação do risco em 2023, assente na nova matriz de risco, a qual possibilitou também concluir sobre a sua aderência à realidade das empresas do Grupo.

Apresentam-se abaixo os principais riscos a que a AdP Internacional se encontra exposta, de acordo com a avaliação do risco efetuada em 2023:

- Adequação de Recursos Humanos;
- Atração e Retenção de Talentos;
- Contexto Externo;
- Cambial

DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO

A análise económica e financeira que se apresenta, procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial alcançados pela AdP Internacional, no ano de 2023, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício e as respetivas notas anexas.

Apresenta-se de seguida o quadro de indicadores evolutivos da empresa:

INDICADORES ECONÓMICO FINANCEIROS	2021	2021 Reexpresso	2022	2022 Reexpresso	2023	Var 2023 / 2022 Reex		Var 2023 / 2021 Reex	
						Valor	%	Valor	%
Volume de Negócios	6 262	5 871	8 138	7 203	5 233	(1 970)	-27%	(638)	-11%
Cash-Flow Operacional (EBITDA)*	286	(105)	681	(254)	(785)	(531)	209%	(680)	-87%
Margem EBITDA	5%	-2%	8%	-4%	-15%	-11%	325%	-13%	-88%
Resultado Operacional	83	(308)	441	(494)	(1 545)	(1 051)	213%	(1 237)	-80%
Resultado Financeiro	(24)	(24)	(82)	(82)	(258)	(176)	216%	(233)	-91%
Resultado Líquido	38	(353)	975	318	(1 293)	(1 611)	-507%	(941)	-73%
Investimento	183	183	116	116	0	(116)	-100%	(183)	-100%
Ativo Líquido	6 913	6 913	8 490	7 442	6 649	(793)	-11%	(264)	-4%
Clientes	4 204	4 204	5 835	4 509	3 518	(991)	-22%	(685)	-16%
Passivo	6 675	6 675	7 277	7 277	7 776	500	7%	1 102	17%
Provisões	105	105	223	223	758	535	240%	653	620%
PMP (dias)	150	150	85	85	89	4	5%	(61)	-41%
PMR (dias)	105	105	108	108	122	14	13%	17	16%
Endividamento	4 010	4 010	4 315	4 315	4 274	(40)	-1%	264	7%

* EBITDA = Resultado Operacional + Amortizações+Provisões/Imparidades

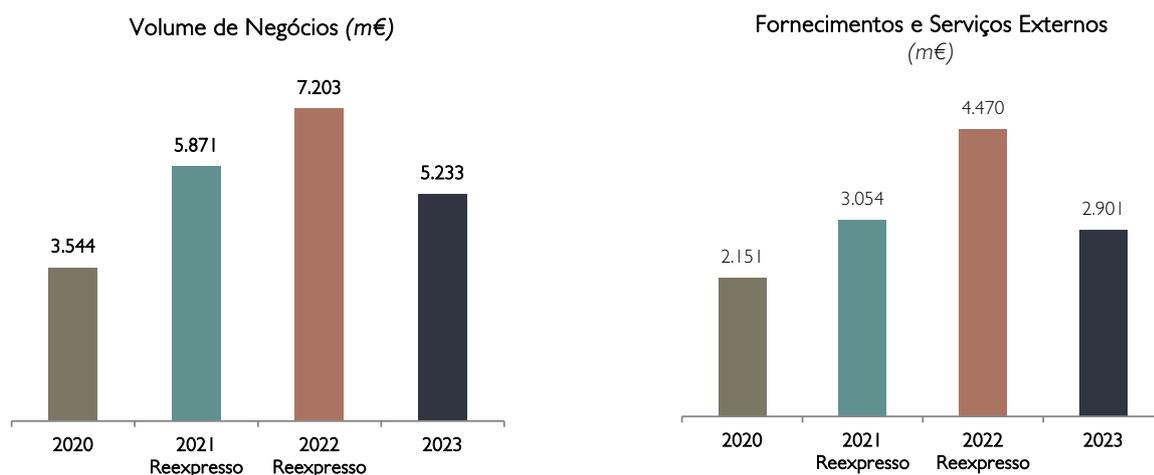
As demonstrações da posição financeira, dos resultados e do rendimento integral e das variações do capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para efeitos comparativos, foram reexpressas, cuja fundamentação pode ser consultada no ponto 4 do anexo às contas. Acresce apenas referir que decorre dos contratos com o Ministério da Energia e Águas de Angola, nas Províncias do Bengo e de Cunene, financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento.

A AdP Internacional encerrou o seu exercício económico de 2023 com um resultado líquido negativo de 1.293 mil EUR. O cash-flow operacional foi negativo no valor de 785 mil euros.

A conclusão do contrato de Assistência Técnica à EAGB na Guiné-Bissau e dos dois contratos com o Ministério da Energia e Águas de Angola, nas Províncias do Bengo e de Cunene, financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento, a par da desaceleração de oportunidades colocadas no mercado, iniciada no ano de 2022, contribuíram para um resultado global desfavorável.

No ano de 2023 não se verificou o arranque de projetos com valor expressivo para dar continuidade aos contratos entretanto terminados e que tiveram um contributo significativo, em anos anteriores, para o volume de negócios ao longo da sua execução.

O decréscimo dos Fornecimentos e Serviços Externos face a 2022 (1,57 milhões de euros, -35%) acompanhou o decréscimo do Volume de Negócios (1,97 milhões de euros, -27%).



Neste exercício económico, deu-se continuidade à execução e conclusão dos dois projetos nas províncias Angolanas do Bengo¹ e Cunene², iniciados no segundo semestre de 2019, que em 2023 traduziram-se em 2.912 mil euros de Volume de Negócios. Em 2023 foram assinadas duas adendas aos contratos existentes, Bengo e Cunene que resultaram num prolongamento do prazo inicial por mais um e dois meses, respetivamente.

O contrato de Assistência Técnica à empresa de águas da Huíla³ e o contrato de Assistência Técnica ao projeto do Banco Europeu de Investimento⁴, em Angola, contribuíram com 1.185 milhões de euros e 520 mil euros respetivamente.

O projeto de Assistência Técnica à EAGB⁵, cujo prazo inicialmente previsto no contrato foi prorrogado por 4 meses, foi concluído em junho de 2023 e contribuiu com o reconhecimento de 149 mil euros.

Iniciada em dezembro de 2022, a assistência técnica ao PWD em GOA⁶, teve um contributo para o Volume de Negócios de 22 mil euros, resultante da conclusão do Relatório da 1ª fase do contrato.

Os projetos no âmbito de protocolos estabelecidos com o Fundo Ambiental em Cabo Verde⁷, contribuíram em conjunto com 66 mil euros.

No 1.º trimestre de 2023 teve início, na Argentina, o projeto de *twinning* financiado pelo CAF⁸ – Confederación Andina de Fomento, com um contributo para o Volume de Negócios de 83 mil euros.

O acordo de prestação de serviços celebrado em 2023, entre a AdP SGPS e a AdP Internacional, no âmbito do trabalho de desenvolvimento de negócio, elaboração e manutenção de proposta após adjudicação com vista à atribuição de uma Concessão do Serviço de Saneamento no norte da Cidade de Tunes na Tunísia, gerou um contributo de 128 mil euros para o Volume de Negócios.

Ainda em 2023 foram terminados dois contratos, um em Cabo Verde, Projeto “Phos Value - Reciclagem sustentável de nutrientes de águas residuais”, com financiamento do Programa Nacional das Nações Unidas (PNUD) e o outro em Angola, Projeto “Planos Diretores de Saneamento para as cidades de Luena, Huambo, Cuito e N’dalatando” com um contributo de 27 mil euros e 67 mil euros respetivamente.

¹ Gestão para Capacitação, Operação e Manutenção da Empresa Pública de Águas e Saneamento do Bengo - Ref. Contrato (NC05-ISSUWSSSD/18).

² Gestão para Capacitação, Operação e Manutenção da Empresa Pública de Águas e Saneamento do Cunene - Ref. Contrato. NC06-ISSUWSSSD/18.

³ Serviços de Gestão, Operação e Manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água à Província da Huíla - Ref. Contract 78NC1/HUILA/19.

⁴ Assistência Técnica para a Implementação de Projetos (PMC) BEI – Ref. Contrato 2018/S 107-243015.

⁵ Consórcio com a EdPI e a LBC para a Melhoria do Desempenho Técnico, Comercial e Financeiro da EAGB- Empresa de Eletricidade e Águas da Guiné-Bissau.

⁶ Assistência Técnica ao Departamento de Obras Públicas - PWD - Eficiência Operacional dos Sistemas de Água de Goa.

⁷ Projeto Piloto de Economia Circular no Ciclo Urbano da Água na ETAR de Santa Cruz - Reutilização de Água e Valorização de Recursos para Fins Agrícolas, Projeto Elaboração do Plano Sanitário da Cidade de S. Filipe e Projeto Apoio à Implementação do Plano Operacional Intermunicipal de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos de S. Antão.

⁸ Projeto de Cooperação Técnica entre o Grupo AdP e a AYSA - Água y Saneamientos Argentinos S.A. (Argentina).

Adicionalmente, verificou-se um acréscimo, na rubrica dos Outros Proveitos e Ganhos Operacionais (519 mil euros), sobretudo resultado de diferenças de câmbio favoráveis.

O decréscimo dos Gastos com Pessoal (111 mil euros) reflete o decréscimo da atividade da Empresa, nomeadamente em Angola, com a conclusão dos contratos dos projetos de assistência técnica às Empresas Públicas de Águas e Saneamento do Bengo e do Cunene e o respetivo término dos contratos celebrados com os Peritos que prestavam apoio na sua execução.

Os Recursos Humanos (RH) da Empresa compõem-se pelos trabalhadores com carácter permanente, Órgãos Sociais mais Estrutura, e pelos trabalhadores afetos temporariamente aos projetos, RH Projeto, com contratos limitados à duração dos respetivos projetos.

Para o desenvolvimento das operações em Angola, a legislação local exige, para a permanência no seu território dos consultores dos projetos em curso, a obtenção do visto de trabalho mediante a celebração de um contrato de trabalho a termo certo com uma empresa com representação em território angolano.

Ainda, para cumprir com a legislação de Angola, nomeadamente a regra da proporção mínima de trabalhadores angolanos face a trabalhadores estrangeiros, a Sucursal de Angola celebra contratos de trabalho, a termo certo, com trabalhadores angolanos até ao término dos respetivos projetos a que estes prestam apoio.

Face à natureza transitória dos Projetos, o número total dos RH da Empresa não inclui os trabalhadores com contrato a termo certo, termo incerto, prestações de serviço ou estágios, afetos a esses projetos, sem prejuízo dos encargos com os mesmos serem incluídos na totalidade das demonstrações financeiras, tal como as restantes componentes de custo dos projetos.

Face a 2022 o número total de trabalhadores teve a seguinte variação:

Evolução do Efetivo	2023	2022	Var 2023 / 2022	
			n.º	%
Órgãos Sociais ¹	4	2	2	100%
Pessoal Estrutura:	17	27	-10	-37%
AdPI e AdPA	14	16	-2	-13%
Expatriado (projeto)	3	11	-8	-73%
Recursos Humanos ²	21	29	-8	-28%
Projeto ³	17	44	-27	-61%

¹ Não inclui os RH Projeto e os Contratos Suspensos. A 31.12.2023 a Empresa tinha 2 contratos suspensos.

² Inclui os Órgãos Sociais que contribuem para a massa salarial. A 31.12.2023 os OS eram compostos por 3 Administradores Executivos e o Fiscal Único.

³ RH temporário, tratando-se de contratos a termo certo, com duração do projeto, para cumprimento da legislação local.

A 8 de maio de 2023 foram eleitos os novos membros dos Órgãos Sociais para o mandato de 2023-2025, todos com funções executivas.

Os nove trabalhadores expatriados, afetos aos projetos do Bengo, Cunene e EAGB, e com o término destes, cessaram as respetivas cedências e regressaram às empresas de origem, tendo dois deles regressado à AdP Internacional, sendo que um solicitou, em dezembro, licença sem vencimento por dois anos.

Foi necessária uma nova cedência ocasional à Sucursal AdP Angola, por uma empresa do Grupo, de um trabalhador para integrar o projeto em curso da Huíla, prevendo-se o seu regresso no III trimestre de 2025.

Na AdP Internacional existiam, em 2023, duas baixas prolongadas, tendo uma delas terminado no segundo semestre, resultando no regresso do trabalhador à estrutura da AdP Internacional.

Contribuiu ainda de forma negativa para o resultado operacional as diferenças de câmbio desfavoráveis, reflexo da exposição às flutuações cambiais dos contratos celebrados nas moedas Kwanza e Dólares norte americanos.

Em 2023 foram, ainda, registadas duas provisões, referentes aos projetos do Bengo e Cunene, concluídos em 2023, na sequência da notificada da AdP Internacional pela Direção Nacional de Águas do Ministério de Energia e Águas de Angola

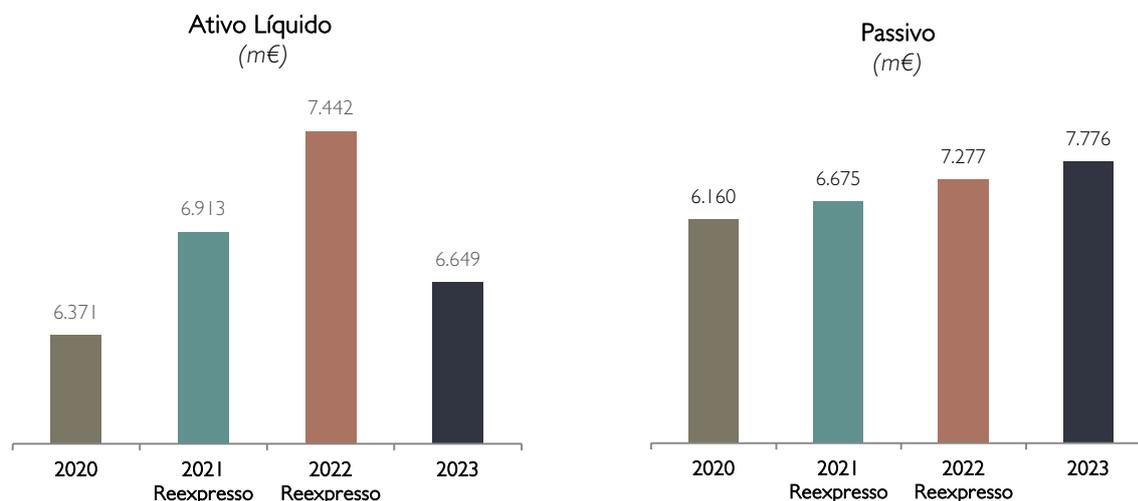
da aplicação de penalidades previstas contratualmente no montante global de 679,914 USD, referentes ao desempenho dos últimos 6 meses dos contratos, de 5 de março a 1 de setembro de 2022, as quais já foram devidamente contestadas.

O Resultado Operacional desfavorável contribuiu para o EBITDA negativo de 785 mil euros.

Concorre ainda para o resultado de 2023, o resultado financeiro negativo de 258 mil euros, reflexo dos juros suportados (253 mil euros) relativos ao endividamento junto da AdP SGPS e das comissões bancárias (11 mil euros).

A Lei do Orçamento de Estado de 2023 alterou o regime de dedutibilidade dos prejuízos fiscais reportáveis, tendo sido eliminada a limitação temporal. Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais reportáveis em cada período de tributação fica limitada a 65% do lucro tributável (70% até 31 de dezembro de 2022). Neste sentido a Empresa em 2022 registou os ativos por impostos diferidos relativos aos prejuízos fiscais reportáveis por utilizar em 31 de dezembro de 2022, tendo reforçado os ativos por impostos diferidos, tendo por base o prejuízo fiscal gerado em 2023 (567 mil euros).

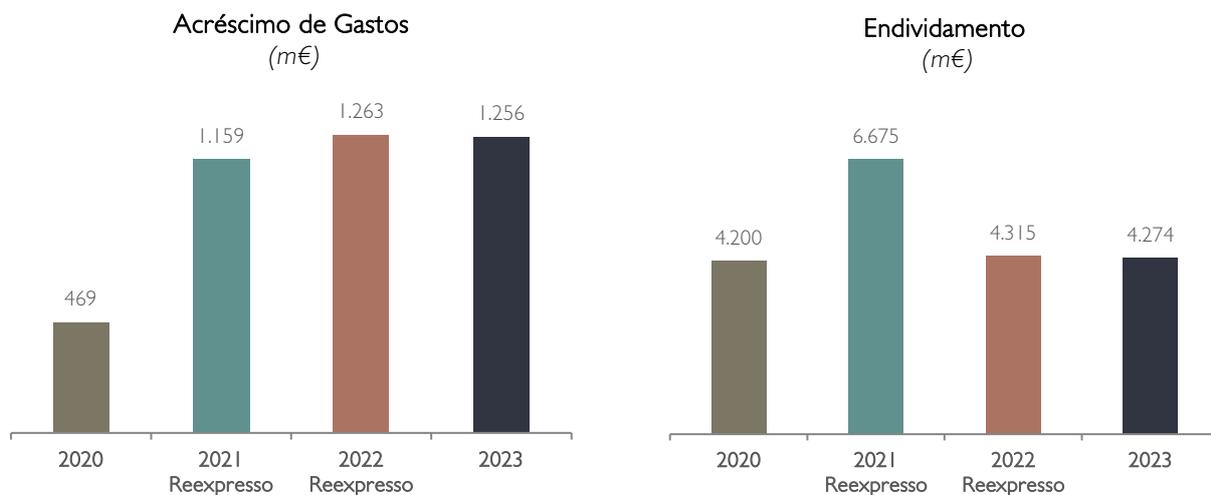
O decréscimo do ativo deve-se sobretudo à redução da dívida de clientes pela estimativa da prestação de serviços no âmbito dos contratos, que apesar de não terem sido faturados correspondem a *performance obligations* executadas (serviços prestados e ainda não faturados). Durante o ano de 2023 foi recuperada toda a faturação dos serviços prestados no âmbito do contrato do projeto de consultoria para a criação da Unidade de Gestão de Financiamento (UGF) do Banco Europeu de Investimento (BEI) em Angola.



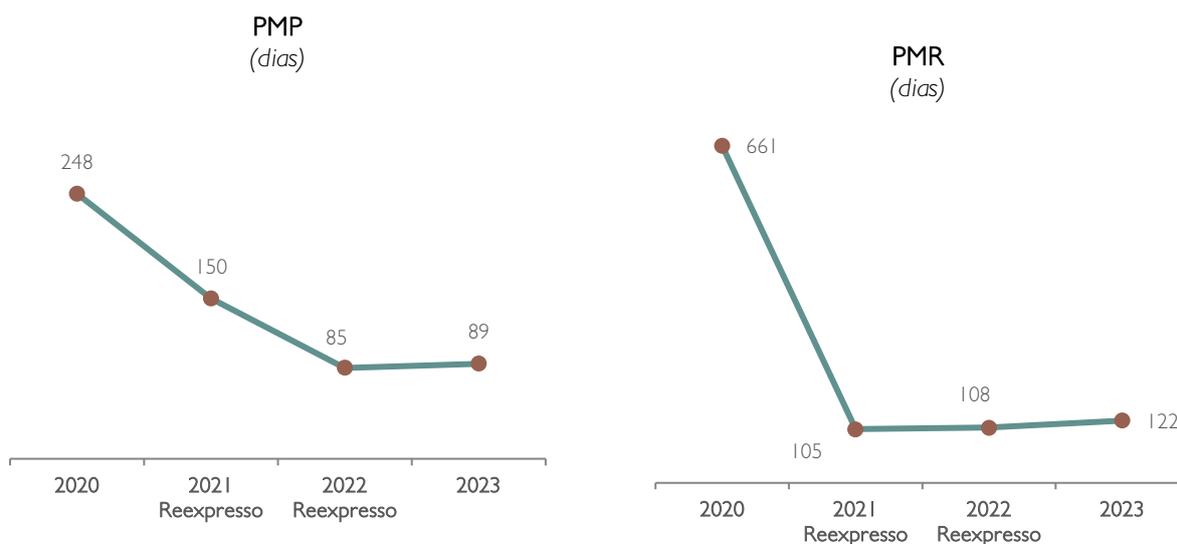
A variação do Passivo decorreu do aumento das Provisões, para fazer face à notificação pelo cliente de aplicação de penalidades contratuais nos contratos dos projetos do Bengo e do Cunene num montante global de 615 mil euros.

Os Acréscimo de Gastos, nomeadamente o IVA, aplicado em Angola às faturas emitidas à AdP Internacional pela Sucursal em Angola, reduziu face ao ano anterior (-244 mil euros), contrariando o acréscimo registado nas rubricas do Imposto Industrial de Angola que recai sobre as faturas emitidas ao cliente (+124 mil euros) e às perdas cambiais com a emissão dessas faturas (+86 mil euros).

A empresa reduziu o seu endividamento de curto prazo (Apoios de Tesouraria da AdP SGPS) (-755 mil euros) e aumentou o endividamento de médio longo prazo (Suprimento do acionista AdP SGPS) (700 mil euros).



Em função do relatado, observam-se nos gráficos seguintes a evolução dos prazos médios.



O indicador PMP subiu ligeiramente face a 2022, em parte reflexo das menores disponibilidades resultado dos atrasos nos recebimentos dos clientes, com o PMR a registar uma subida face ao ano anterior (+ 14 dias).

Relativamente ao aumento verificado no indicador PMP, e apesar do valor de dívida a fornecedores ter no final do ano sofrido uma reclassificação, atendendo à não operacionalidade associada a este passivo, o mesmo não reflete a sua redução, caso o indicador tivesse sido calculado com esta reclassificação, desde janeiro de 2023, o valor seria inferior a 30 dias.

Mais se refere que o saldo de fornecedores a 31 de dezembro 2023 é de 24 839€ (ver nota 15 do anexo às contas).

Relativamente ao PMR este está afetado pelo facto dos ativos contratuais associados ao crédito terem sido reduzidos por via da reexpressão e do aumento do nível da faturação dos projetos.

DESEMPENHO E EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Num ambiente concorrencial e competitivo, de elaboração e apresentação de proposta, de que a AdP Internacional depende, propostas eficazes são essenciais para o seu sucesso empresarial.

Como uma proposta não se traduz num simples documento persuasivo, mas envolve um processo meticuloso que combina análise estratégica, compreensão profunda das necessidades do cliente e eficiência operacional, a AdP Internacional adota as melhores práticas, para garantir desempenho e eficiência na formulação de propostas:

1. PESQUISA E ANÁLISE ESTRATÉGICA:

- Antes de começar a redigir qualquer proposta, realiza uma pesquisa abrangente sobre o cliente, setor, concorrentes e tendências de mercado.

- Identifica os desafios específicos enfrentados pelo cliente, suas expectativas em relação ao projeto proposto, por forma a adaptar a proposta para atender às necessidades específicas do cliente.

2. PERSONALIZAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO:

- Cada proposta é personalizada para atender às necessidades exclusivas do cliente, evitando a abordagem "*tamanho único serve para todos*".

- Investe na compreensão profunda dos problemas do cliente e apresenta soluções específicas e viáveis, criando uma conexão forte e produtiva.

3. CLAREZA E CONCISÃO:

- Apresenta propostas claras, concisas e diretas ao ponto, evitando jargões desnecessários e linguagem complexa que possa confundir ou alienar o cliente.

- Dá destaque aos benefícios que o cliente receberá ao escolher a sua proposta e como ela atenderá às suas necessidades de forma eficaz.

4. APRESENTAÇÃO VISUAL ATRAENTE:

- Recorre a elementos visuais, como gráficos, tabelas e infográficos, para ajudar a transmitir informações complexas de forma mais clara e impactante.

5. COLABORAÇÃO E REVISÃO:

- Envolve várias partes interessadas internas na formulação da proposta para garantir que todas as perspetivas são consideradas e que a proposta é consistente com a visão e os objetivos da organização.

- Efetua revisões regulares e utiliza o *feedback* construtivo para refinar a proposta e garantir que ela atende aos mais altos padrões de qualidade.

6. FOCO NA EFICIÊNCIA OPERACIONAL:

- Apresenta propostas eficazes e viáveis em termos operacionais, acautelando aspetos como prazos, recursos necessários e orçamento.

- Identifica formas de otimizar processos internos e utilizar recursos de forma eficiente para aumentar a competitividade e adequação da proposta.

7. ACOMPANHAMENTO ATIVO:

- Faz um acompanhamento proativo após o envio da proposta, respondendo a quaisquer dúvidas ou preocupações que possam surgir da parte do cliente.

- Demonstra comprometimento contínuo e disposição para colaborar com o cliente.

Em resumo, a abordagem holística que combina pesquisa estratégica, personalização, clareza, apresentação visual, colaboração interna, eficiência operacional e acompanhamento ativo são as melhores práticas que a AdP Internacional adota visando a excelência na **Formulação de Propostas** e o aumento do sucesso num mercado cada vez mais competitivo.

PROCESSO DE ATUALIZAÇÃO DE ORÇAMENTO DE PROJETOS

Responsabilidade do Gestor de Contrato, sempre que existam alterações ao contrato (receitas ou proveitos), ou com uma periodicidade mínima semestral, de proceder conjuntamente com o Controlo de Gestão, e validado pelo Diretor de Projeto (Administrador responsável), à revisão do Orçamento e, posteriormente e em tempo útil, a revisão aprovada pelo Conselho de Administração.

PROCESSO DE GESTÃO DE CONTRATOS

1. Apresentação pelo Gestor do Contrato, com carácter mensal, do ponto de situação da faturação e recebimentos em todos os projetos, e responsabilidade do Gestor de Contrato em garantir um fluxo regular de faturação que não promova um desfasamento temporal entre a execução dos trabalhos contratuais e a sua faturação.
2. Obrigação dos Gestores do Contrato em manterem atualizada mensalmente a imputação de *timesheet* ao projeto.
3. Criação e manutenção por parte do Gestor de Contrato de um registo atualizado de todas as obrigações e seus prazos contratuais, por forma a garantir o não desfasamento dos mesmos, incluindo o registo dos indicadores de performance pelos quais o contrato é avaliado. Este relatório deverá ser submetido ao Conselho de Administração com carácter semestral para apreciação e determinação, quando necessário, de medidas mitigadoras.

EVENTOS RELEVANTES SUBSEQUENTES

Não existem eventos subsequentes, transações ou alterações que ponham em causa o relato apresentado no presente Relatório de Gestão, nem ponham em causa o relato e/ou as demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2023 constantes das Demonstrações Financeiras.

PERSPETIVAS FUTURAS

A AdP Internacional desenvolverá a sua atividade assente em **três dinâmicas conceptuais interligadas: Gestão da Água, Literacia da Água e Diplomacia da Água**, cada uma delas está incorporada nas linhas de atuação e ações a desenvolver de modo multifacetado, permitindo consolidar uma coerência na apresentação das soluções oferecidas ao mercado.

GESTÃO DA ÁGUA, o objetivo de todas as ações propostas é o da melhoria da eficiência da gestão do uso da água. A Estratégia a implementar visa apresentar soluções no mercado internacional com este objetivo, assentes num alto nível de conhecimento – Literacia da Água - e modelos de cooperação inovadores e alinhados com metas definidas internacionalmente – Diplomacia da Água;

LITERACIA DA ÁGUA, conscientes de que o valor principal que a AdP Internacional pode apresentar no mercado Internacional é a experiência, conhecimento e capacidade das pessoas que trabalham nas empresas do Grupo Águas de Portugal, pretende-se posicionar a empresa como um líder da capacitação de quadros no setor da água, com especial incidência nos quadros e profissionais, que garantem a operacionalidade e a qualidade dos sistemas - Gestão da Água. De acordo com os dados internacionais disponíveis esta é uma das áreas com maiores necessidades a nível mundial. A capacitação dos profissionais do setor e do consumidor são hoje um elemento crítico, quer para o funcionamento dos sistemas quer para um uso eficiente dos recursos (água, energia, reagentes, entre outros), devendo estas áreas ser objeto de uma maior cooperação internacional - Diplomacia da Água.

DIPLOMACIA DA ÁGUA, enquanto parceiro do Estado Português e como empresa presente no mercado internacional com uma oferta comercial, como parceiro de entidades públicas e privadas, a AdP Internacional assume um papel ativo na Diplomacia da Água, colaborando com entidades públicas em projetos estrangeiros e internacionais que visam a melhoria da eficiência e de circularidade na gestão dos sistemas de água e saneamento - Gestão da Água -, bem como no alinhamento com organismos internacionais, em particular com o universo da Organização das Nações Unidas, especialmente entidades financeiras internacionais que carecem de parceiros de referência para a execução de projetos neste setor e em particular na capacitação de profissionais - Literacia da Água. O alinhamento com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 - água potável e saneamento estrutura o papel da AdP Internacional na Diplomacia da Água.



Além da cooperação direta nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e em Timor-Leste, a AdP Internacional procurará ampliar a sua presença nessas regiões participando de projetos financiados por importantes instituições financeiras internacionais e agências de financiamento, como o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD),

Banco Europeu para o Desenvolvimento (BEI), Banco Mundial (BM), contribuindo ainda mais para o desenvolvimento do setor de água e saneamento nessas regiões.

Quanto à América Latina, procuraremos reforçar a cooperação relativamente a outros mercados, nomeadamente o Uruguai, considerando a nossa atual parceria com a CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe, na Argentina.

Por fim e cumprindo o compromisso do Grupo Águas de Portugal, no que à ambição de Garantir Água e Saneamento Além-Fronteiras diz respeito, a AdP Internacional procurará capitalizar a nível internacional as competências e capacidades, bem como os produtos e serviços existentes no Grupo AdP e, ainda, competências existentes no setor da água português, contribuindo para criar valor e afirmar a marca Portugal nas geografias onde opera.

Para tanto, em 2024, a AdP Internacional continuará o esforço de consolidação dos resultados económicos e financeiros:

Monitorizando os gastos operacionais, com especial relevância para o cumprimento dos orçamentos de gastos dos projetos em curso;

Aumentando a competitividade, através da melhoria contínua da qualidade das propostas e do aumento da incorporação de recursos internos (do Grupo Águas de Portugal) e dos processos de gestão do conhecimento e da informação, de modo a maximizar a qualidade e a eficiência na montagem dos processos comerciais;

Consolidando parcerias estratégicas internacionais;

Reforçando o relacionamento com as empresas do Grupo Águas de Portugal, sobretudo potenciando o aparecimento de novos colaboradores disponíveis para aceitarem desafios internacionais;

Divulgando o trabalho desenvolvido pela AdP Internacional - comunicações técnicas em conferências e eventos internacionais.

Em consonância com o *Business Plan* aprovado pela acionista única para o período 2024/2027, na abordagem a novos mercados e novos contratos, será seguido o princípio da sustentabilidade económica e financeira dos projetos em que a AdP Internacional se venha a envolver, procurando otimizar os custos de forma a incrementar a margem operacional.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração expressa o seu apreço e reconhecimento a todos os que, direta ou indiretamente, colaboraram na prossecução dos objetivos da empresa, em especial:

- Ao acionista AdP SGPS, pelas orientações recebidas e pelo apoio demonstrado;
- À Comissão Executiva da AdP SGPS pela avaliação das oportunidades existentes no seio do Grupo Águas de Portugal e pelo conhecimento do papel relevante da AdP Energias na melhoria das condições de eficiência produtiva das suas empresas;
- Aos Conselhos de Administração e colaboradores das empresas gestoras de sistemas multimunicipais que entenderam colaborar na avaliação das oportunidades existentes no aproveitamento dos recursos endógenos e no estabelecimento de formas de cooperação geradoras de mais-valias para ambas as partes;
- Aos Colaboradores da empresa, pela competência, dedicação e empenho evidenciados;
- Ao Fiscal Único, pela forma como acompanhou a atividade da Empresa;
- À Mesa da Assembleia-Geral pela colaboração prestada; e
- Aos Fornecedores e Parceiros de negócio pela competência e dedicação demonstradas.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

As contas respeitantes ao exercício de 2023 refletem capitais próprios negativos de (1.127.832)€, com um Resultado Líquido negativo de (1.293.322) €.

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido negativo de (1.293.322)€ tenha uma das aplicação previstas no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, por forma a cumprir a regra dos capitais próprios mínimos definida neste mesmo artigo, ou, à semelhança do já aprovado pelo acionista em outros exercícios, a quinhão, por parte do acionista único no montante de (1.293.322)€.

Lisboa, 22 de março de 2024

O Conselho de Administração

Carla da Conceição Afonso Correia
(Presidente)

António Manuel Vinagreiro Ventura
(Vice-Presidente)

Andrew Donnelly
(Vogal)

ANEXO I - CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Para efeitos da demonstração do Cumprimento das Orientações Legais, foi seguida a estrutura constante do ofício (Ofício SAI_DGTF/2024/269 de: 06/02/2024, relativo a “Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2023”.

1. OBJETIVOS DE GESTÃO (ART.º 38.º DO RJSPE E PORTARIA N.º 317-A/2021, DE 31 DE DEZEMBRO) E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

1.1. OBJETIVOS DE GESTÃO

Em cumprimento do disposto no art.º 3 da Portaria n.º 317-A/2021 o acionista AdP- Águas de Portugal, SGPS, S.A. definiu os objetivos para o mandato 2023/25 que incluem os Objetivos Estratégicos, em cumprimento das orientações estratégicas definidas os Objetivos Setoriais e os Objetivos Específicos de cada gestor.

Nos termos do disposto no art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março (Estatuto do Gestor Público), na sua atual redação, conjugado com o disposto no n.º 13 do art.º 3º da Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro, o Conselho de Administração deve submeter junto da UTAM, uma proposta de objetivos, incluindo indicadores e respetivas metas, para o mandato. Após análise e escrutínio, a referida entidade formula uma proposta, a ser expressamente aprovada pelos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pelo setor de atividade da empresa.

O Conselho de Administração da sociedade AdP Internacional eleito em 8 de maio de 2023 para o mandato 2023-2025, deu cumprimento ao disposto no n.º 13 do art.º 3º do referido normativo, aguardando a aprovação da proposta apresentada.

Assim os objetivos propostos para o Mandato 2023-2025 do Conselho de Administração são os que a seguir se apresentam:

I. Objetivos Estratégicos (30%)			
I.1 - Eficiência operacional (20%)			
Variação do Plano de Redução de Custos (PRC) face ao proposto em PAO, em atividade comparada, expresso em %			
Determinação do Grau de Cumprimento do Objetivo	$\text{Var} = [(GV+FSE+GP)/VN]_{\text{ano } n} - [(GV+FSE+GP)/VN]_{\text{PAO}}$ <p>sendo que:</p> <p><u>GV</u>, diz respeito aos Gastos com as vendas, <u>FSE</u>, aos gastos com o Fornecimento e serviços externos, <u>GP</u>, os Gastos com o pessoal, e <u>VN</u>, o Volume de negócios</p>		
Escala	3. Var ≤ - 0,10 pp	Ponderador	2023 20%
	2. - 0,10pp < Var ≤ 0,10pp		2024 20%
	1. Var > 0,10pp		2025 20%
Metas (em %)	2023	2024	2025
	Pela aplicação da fórmula para determinação do Grau de Cumprimento do Objetivo, tendo em conta o valor do PRC previsto no PAO de 2023.	Pela aplicação da fórmula para determinação do Grau de Cumprimento do Objetivo, tendo em conta o valor do PRC previsto no PAO de 2024.	Pela aplicação da fórmula para determinação do Grau de Cumprimento do Objetivo, tendo em conta o valor do PRC previsto no PAO de 2025.

I.2 - Rácio do Resultado Operacional versus o Volume de Negócios (10%)			
Variação do rácio entre o Resultado Operacional (RO) e o Volume de Negócios (VN) face ao proposto em PAO, com correção de imparidades, provisões e variações de justo valor e em atividade comparada, expresso em %			
Determinação do Grau de Cumprimento do Objetivo	$\text{Var} = [\text{RO}/\text{VN}]_{\text{ano } n} \div [\text{RO}/\text{VN}]_{\text{PAO}}$ <p>sendo que RO, diz respeito aos Rendimentos operacionais, e VN, o Volume de negócios</p>		
Escala	3. Var \geq 105% 2. $80\% \leq$ Var < 105% 1. Var < 80%	Ponderador	2023 10% 2024 10% 2025 10%
Metas (em %)	2023	2024	2025
	Pela aplicação da fórmula para determinação do Grau de Cumprimento do Objetivo, tendo em conta o valor do RO e do VN previsto no PAO de 2023.	Pela aplicação da fórmula para determinação do Grau de Cumprimento do Objetivo, tendo em conta o valor do RO e do VN previsto no PAO de 2024.	Pela aplicação da fórmula para determinação do Grau de Cumprimento do Objetivo, tendo em conta o valor do RO e do VN previsto no PAO de 2025.

2. Objetivos Setoriais (40%)			
2.1 - Internacionalização (20%)			
Aumento da atividade internacional do Grupo AdP			
Determinação do Grau de Cumprimento do Objetivo	Aprovação pela Acionista, no mandato de 2023/25, de um projeto de uma nova operação internacional (plano de negócios), de longo prazo (\geq 3 anos) que determine ou não a constituição de uma sociedade operadora local		
Escala	3. Apresentação, à Acionista, de projeto de uma nova operação internacional (plano de negócios), de longo prazo (\geq 3 anos), até outubro 2. Apresentação, à Acionista, de projeto de uma nova operação internacional (plano de negócios), de longo prazo (\geq 3 anos), até novembro 1. Apresentação, à Acionista, de projeto de uma nova operação internacional (plano de negócios), de longo prazo (\geq 3 anos), até dezembro	Ponderador	2023 20% 2024 20% 2025 20%

	2023	2024	2025
Metas (em %)	Pela aplicação da fórmula para determinação do Grau de Cumprimento do Objetivo, tendo em conta o momento da submissão do pedido.	Pela aplicação da fórmula para determinação do Grau de Cumprimento do Objetivo, tendo em conta o momento da submissão do pedido.	Pela aplicação da fórmula para determinação do Grau de Cumprimento do Objetivo, tendo em conta o Momento da submissão do pedido.

2.2 – Satisfação dos Clientes (20%)			
Índice de satisfação de clientes			
Determinação do Grau de Cumprimento do Objetivo	O índice de satisfação de clientes deve ser avaliado de forma objetiva, por inquérito, junto dos principais clientes da empresa.		
Escala	3.Var >= 2%	Ponderador	2023 20%
	2.Var >= 1%		2024 20%
	1.Var >= 0%		2025 20%
Metas (em %)	2023	2024	2025
	Elaboração do primeiro inquérito referente a 2022.	Variação >= 2% na satisfação global face ao ano anterior.	Aumento >= 2% na satisfação global face ao ano anterior.

Por último constituem Objetivos Específicos por gestor os que a seguir se apresentam:

3. Objetivos Específicos (30%)			
3.1 – Reforço cultura da AdP Internacional e do Grupo AdP (30%)			
Gestor: Carla da Conceição Afonso Correia			
Determinação do Grau de Cumprimento do Objetivo	Considerando a grande dispersão geográfica da atividade da AdP Internacional e consequentemente dos seus recursos humanos é necessário promover iniciativas que garantam a disseminação de práticas que permitam reforçar a cultura da AdP Internacional e do Grupo AdP.		
Escala	3.>= 1 iniciativa anual	Ponderador	2023 30%
	2.= 1 iniciativa anual		2024 30%
	1.< 1 iniciativa anual		2025 30%

	2023	2024	2025
Metas	Número de Iniciativas junto dos trabalhadores da AdP Internacional, sucursais e participadas.	Número de Iniciativas junto dos trabalhadores da AdP Internacional, sucursais e participadas.	Número de Iniciativas junto dos trabalhadores da AdP Internacional, sucursais e participadas.

3. Objetivos Específicos (30%)			
3.2 –Manifestações de Interesse e Propostas apresentadas pela AdP Internacional (30%)			
Gestor: António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura			
Determinação do Grau de Cumprimento do Objetivo	Considerando a especificidade da atividade da AdP Internacional torna essencial a manutenção de um fluxo plurianual e constante de apresentação de propostas e de manifestações de interesse.		
Escala	3. apresentação ≥ 12	Ponderador	2023 30%
	2. $10 \leq$ apresentação < 6		2024 30%
	1. apresentação < 3		2025 30%
Metas	2023	2024	2025
	Propostas e manifestações de interesse apresentadas nos mercados definidos na estratégia da AdP Internacional.	Propostas e manifestações de interesse apresentadas nos mercados definidos na estratégia da AdP Internacional.	Propostas e manifestações de interesse apresentadas nos mercados definidos na estratégia da AdP Internacional.

3. Objetivos Específicos (30%)			
3.3 –Controle da Execução dos Projetos em Curso (30%)			
Gestor: Andrew Donnelly			
Determinação do Grau de Cumprimento do Objetivo	Considerando que os contratos de Assistência Técnica têm, cada vez mais, uma componente de remuneração associada ao desempenho atingido na execução dos contratos torna-se essencial uma gestão próxima para garantir o atingimento desses objetivos.		
Escala	3. $x \geq 70\%$	Ponderador	2023 30%
	2. $50\% \leq x < 70\%$		2024 30%
	1. $x < 50\%$		2025 30%
	x- Grau de atingimento médio dos objetivos previstos nos contratos		

	2023	2024	2025
Metas	Grau de atingimento médio dos objetivos previstos nos contratos sob alçada da AdPI	Grau de atingimento médio dos objetivos previstos nos contratos sob alçada da AdPI	Grau de atingimento médio dos objetivos previstos nos contratos sob alçada da AdPI

Sem prejuízo do que antecede, o grau de cumprimento dos objetivos propostos, seria em 2023 o seguinte:

Objetivos de Gestão de 2023 - Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A.				
Indicadores	Fórmula de Cálculo ⁽¹⁾	Modo de Avaliação ⁽¹⁾	Valor Atingido	Avaliação ^{(2)/(3)}
I. Objetivos Estratégicos				
Eficiência operacional - Variação do Plano de Redução de Custos (20%)	$\text{Var} = \frac{[(GV+FSE+GP)/VN] \text{ ano } n - [(GV+FSE+GP)/VN] \text{ PAO}}{}$ sendo que: GV, diz respeito aos Gastos com as vendas,	3 - $\text{Var} \leq -0,10 \text{ pp}$ 2 - $-0,10 \text{ pp} < \text{Var} \leq 0,10 \text{ pp}$ 1 - $\text{Var} > 0,10 \text{ pp}$	0.107	I
Eficiência operacional - Variação do rácio entre o Resultado Operacional (RO) e o Volume de Negócios (VN) (10%)	$\text{Var} = \frac{[RO/VN] \text{ ano } n \div [RO/VN] \text{ PAO}}{}$ sendo que RO, diz respeito aos Rendimentos operacionais, e VN, o Volume de negócios	3 - $\text{Var} \geq 105\%$ 2 - $80\% \leq \text{Var} < 105\%$ 1 - $\text{Var} < 80\%$	-543%	I
2. Objetivos Setoriais				
2.1 Internacionalização (20%)	3 - Apresentação, à Acionista, de projeto de uma nova operação internacional (plano de negócios), de longo prazo (≥ 3 anos), até outubro; 2 - Apresentação, à Acionista, de projeto de uma nova operação internacional (plano de negócios), de longo prazo (≥ 3 anos), até novembro; 1 - Apresentação, à Acionista, de projeto de uma nova operação internacional (plano de negócios), de longo prazo (≥ 3 anos), até dezembro	Pela aplicação da fórmula para determinação do Grau de Cumprimento do Objetivo, tendo em conta o momento da submissão do pedido	N/A	N/A

2.2.	Satisfação dos Clientes (20%)	O índice de satisfação de clientes deve ser avaliado de forma objetiva, por inquérito, junto dos principais clientes da empresa.	3 - Var \geq 2% 2 - Var \geq 1% 1 - Var \geq 0%	N/A	N/A
3. Objetivos Específicos					
Gestor – Carla da Conceição Afonso Correia					
	Reforço cultura da AdP Internacional e do Grupo AdP (30%)	Número de Iniciativas junto dos trabalhadores da AdP Internacional, sucursais e participadas	3. \geq 1 iniciativa anual 2. = 1 iniciativa anual 1. < 1 iniciativa anual	2	3
Gestor – António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura					
	Manifestações de Interesse e Propostas apresentadas pela AdP Internacional (30%)	Propostas e manifestações de interesse apresentadas nos mercados definidos na estratégia da AdPI.	3 - apresentação \geq 12 2 - $10 \leq$ apresentação < 6 1 - apresentação < 3	12	3
Gestor – Andrew Donnelly					
5.	Controle da Execução dos Projetos em Curso (30%)	Grau de atingimento médio dos objetivos previstos nos contratos sob alçada da AdP Internacional	3..x \geq 70% 2. $50\% \leq$ x. < 70% 1. x < 50% X - Grau de atingimento médio dos objetivos previstos nos contratos	91.7%	3

NOTAS:

(1) Conforme proposta submetida à UTAM em 22 de dezembro de 2023.

(2) Quando um indicador não for avaliado, a sua ponderação é repartida de forma proporcional pelos restantes indicadores

(3) Modo de Avaliação:

Não Atingido	1
Atingido	2
Superado	3

Tendo em conta a metodologia adotada a avaliação dos gestores é obtida de acordo com os critérios abaixo apresentados atenta a pontuação obtida por aplicação das ponderações indicadas:

Desadequado	< 1,8
Adequado	$1,8 \leq$ Avaliação < 2,5
Superado	\geq 2,5

Atento o anteriormente exposto os administradores da AdP – Águas de Portugal Internacional obtiveram a seguinte avaliação para o ano de 2023:

Gestor	Valor Atingido	Avaliação
Carla da Conceição Afonso Correia	2.0	Adequado
António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura	2.0	Adequado
Andrew Donnelly	2.0	Adequado

Em 2023, o Conselho de Administração atuou em conformidade com as determinações legais vigentes e com as orientações de atuação que lhe foram transmitidas pelos titulares da função acionista e pela Tutela Setorial e Financeira.

1.2. EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2023

O Plano de Atividades e Orçamento ('PAO') de 2023, foi submetido em 22 de dezembro de 2022 no SIRIEF, e a AdP Internacional informada a 22 de dezembro de 2023, de que o mesmo não tinha condições para merecer aprovação de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro.

Não obstante, de seguida apresentam-se os principais indicadores do exercício de 2023:

INDICADORES	Unid	Executado 2023	Observações/ medidas
Resultado Líquido	€	-1 293 322	i)
EBITDA	€	-785 203	ii)
Resultado Operacional ¹ (EBIT)	€	-1 545 430	iii)
Volume de Negócios ²	€	5 233 395	iv)
Endividamento	€	4 274 293	v)
Divida Financeira Líquida ³ /EBITDA	%	-478%	vi)

¹Resultado Operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor.

²Detalhar e quantificar nas observações sempre que outras parcelas, para além de vendas e serviços prestados, são considerados no cálculo do VN.

³Por dívida financeira líquida entende-se o valor do endividamento reduzido das disponibilidades.

1.3. PLANO DE INVESTIMENTOS

No que concerne ao investimento apresenta-se de seguida o quadro dos investimentos executados em 2023:

Plano de Investimento	PAO 2023	Executado 2023							Desvio	Observações
		Total	Fontes de Financiamento					Outras		
			Autofinanciamento (Receitas próprias)	Orçamento do Estado	Endividamento	Fundos Comunitários	PPR			
Valor total do Investimento	-	-							-	
Investimento previsto no PAO	-									
	-									
Investimento não previsto no PAO	-	-								
<i>Equipamento de Transporte</i>	-	-	-						-	
<i>Equipamento Administrativo</i>	-	-	-						-	

Não existem novos Investimentos com expressão material nos termos do n.º 2 do artigo 159.º do DLEO 2019, considerando-se “novos Investimentos com expressão material” os que não figurem no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior a 10.000.000 EUR ou 10% do orçamento anual da empresa.

1.3. EXISTÊNCIA DE CONTRATOS-PROGRAMA, CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS OU DE INTERESSE ECONÓMICO GERAL CELEBRADOS COM O ESTADO.

A AdP Internacional não celebrou, em 2023, contratos-programa, contratos de prestação de serviços públicos ou de interesse geral com o Estado.

1.4. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

A AdP Internacional não integra o perímetro de consolidação da Administração Pública, pelo que não inclui qualquer quadro que evidencie o grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE.

2. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

FATORES DE RISCO

As atividades da AdP Internacional estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (risco de taxa de juro, risco fluxos de caixa associado à taxa de juro e risco de taxa de câmbio). O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP Internacional e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

RISCO DE MERCADO

RISCO DE TAXA DE JURO

O risco da taxa de juro da AdP Internacional advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a AdP Internacional ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a AdP Internacional ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da AdP Internacional.

Un: €

Análise de sensibilidade à variação de taxa de juro ¹	31.12.2023	Impacto Taxa média +1%	Impacto Taxa média - 1%
Juros (gastos) à taxa variável	(253.053)	(295.778)	(210.328)
Juros (rendimentos) à taxa variável	-	-	-
Impacto líquido	(253.053)	(295.778)	(210.328)

¹ Impacto da variação de taxa mensurada num prazo de doze meses.

RISCO DE TAXA DE CÂMBIO

A exposição ao risco de câmbio da AdP Internacional em 2023 correspondeu essencialmente à operação desenvolvida pela sucursal em Angola. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional da AdP Internacional. A Tesouraria Central do Grupo AdP é responsável pela gestão da exposição líquida do Grupo AdP em cada divisa, contratando swaps centralmente, com vista a minimizar os riscos comerciais, ativos e passivos reconhecidos, quando entenda ser necessário. A AdP Internacional apresenta saldos denominados em moeda estrangeira, expostos ao risco de taxa de câmbio. A exposição cambial inerente aos ativos líquidos em moeda estrangeira é gerida através da contratação de empréstimos na mesma moeda, sem que tal se justifique.

RISCO DO PREÇO DAS MATÉRIAS-PRIMAS (ENERGIA E COMBUSTÍVEIS)

A exposição ao risco do preço das matérias-primas da AdP Internacional é residual não apresentando para a empresa expressão em virtude do tipo de atividade que tem vindo a ser desenvolvida pela empresa, essencialmente serviços de consultadoria. No entanto e, caso fosse necessária, a AdP internacional beneficiaria da experiência e peso do Grupo que através da AdP SGPS negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas. No caso da eletricidade durante o processo negocial é fixado o preço para o horizonte do contrato.

RISCO DE LIQUIDEZ E DE CAPITAL

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da AdP Internacional pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A AdP Internacional efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito junto do acionista que permitem o acesso imediato a fundos.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AdP Internacional por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

	Un: €		
2023	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Empréstimos do acionista	4.274.293	-	-
Total	4.274.293	-	-

LINHAS DE CRÉDITO DE CURTO PRAZO CONTRATUALIZADAS

	Un: m€		
Risco de liquidez	Valor do plafond disponível	Valor do plafond usado	Valor do plafond não usado
Suprimentos (AdP SGPS)	4.000	(4.000)	-
Apoios de tesouraria (AdP SGPS)	3.000	(245)	2.755
Total	7.000	(4.300)	2.755

O objetivo da AdP SGPS (empresa-mãe da AdP Internacional) em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da Demonstração da Posição Financeira, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco do capital

é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política do Grupo é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A. (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas participadas. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência fiscal e redução do custo médio de capital.

O modelo de financiamento da AdP Internacional assenta fundamentalmente em duas grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, nos empréstimos do acionista e no capital próprio.

	Unid	2023	2022
Suprimentos obtidos (Grupo)	€	4.000.000	3.300.000
Apoios de tesouraria obtidos (Grupo)	€	245.000	1.000.000
Disponibilidades	€	(522.166)	(704.676)
Endividamento líquido	€	3.722.834	3.595.324
Subsídios ao investimento	€		
Total do capital próprio	€	(1.293.322)	165.490
Capital	€	(1.293.322)	165.490
Dívida/total do capital	%	(2,88)	21,73

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a AdP Internacional. A AdP Internacional está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

CONTRAPARTE DE EXPLORAÇÃO

O risco de crédito das operações está essencialmente relacionado com créditos por serviços prestados a clientes e a suprimentos concedidos. Este risco é em teoria reduzido dadas as características do serviço prestado a empresas institucionais dos países onde opera a AdP Internacional (na maioria das vezes entidades governamentais ou para-governamentais). No entanto a situação económica e financeira, particularmente em Angola, e alguns atrasos efetivos em alguns valores a receber, podem ter implicações diretas no risco de crédito.

A composição da carteira de clientes da Empresa tem 2 naturezas: (i) grandes clientes industriais e outras entidades; e (ii) empresas do Grupo AdP.

i. Grandes Clientes Industriais e outras entidades:

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio, na medida em que se trata de clientes institucionais dos países onde opera a AdP Internacional (na maioria das vezes entidades governamentais ou para-governamentais). Contudo, anualmente são avaliadas as perdas esperadas por imparidade por risco de crédito, numa base individual, tendo em consideração os seguintes fatores: i) o prazo médio de recebimento; ii) a condição financeira do cliente; e iii) a evolução macroeconómica.

ii. Empresas do Grupo AdP:

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado baixo.

Em 31 de dezembro de 2023 a exposição ao risco de crédito tem o seguinte detalhe:

Un: €

Segmento de negócio	Grandes clientes industriais e outras entidades	Empresas do Grupo	TOTAL (Nota 9)
Tipologia de clientes			
Risco	Médio	Baixo	
Exposição bruta	2.342.290	1.939.026	4.281.316
Imparidade	-	(763.070)	(763.070)
Exposição líquida	2.342.290	1.175.956	3.518.246

ii. Empresas do Grupo AdP:

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado baixo.

Em 31 de dezembro de 2023 a exposição ao risco de crédito tem o seguinte detalhe:

Un: €

Tipologia de clientes	Grandes clientes industriais e outras entidades				Empresas do Grupo				Exposição líquida total	
	Antiguidade da dívida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda		Exposição líquida
Não vencida		924.088	-	0,0	924.088	147.047	-	0,0	147.047	1.071.135
Vencida até 180 dias		1.255.669	-	0,0	1.255.669	30.960	-	0,0	30.960	1.286.629
Vencida há mais de 180 dias		162.533	-	0,0	162.533	1.761.019	(763.070)	43,3	997.949	1.160.482
		2.342.290	-	0,0	2.342.290	1.939.026	(763.070)	39,4	1.175.956	3.518.246

CONTRAPARTE DE DEPÓSITOS

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AdP Internacional ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2023 e 2022, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

Un: €

Ativos financeiros bancários	2023	2022
Depósitos à ordem (Nota 11)	520.226	702.723
Ativos financeiros ao custo amortizado (Nota 9)	-	-
Total	520.226	702.723

Un: €

Rating	2023	2022
A-1	53.815	1.742
BBB+	286.689	311.471
BBB	687	79.626
BBB-	2.499	-
BB	-	2.622
não disponível	176.536	307.262
Total	520.226	702.723

Nota: notação de rating da Fitch obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2023¹ Em 31 de dezembro de 2023, inclui 52.718 mil euros depositados na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.

RISCO DE EXPLORAÇÃO

RISCO DE CATÁSTROFE

Muito embora os clientes e/ou beneficiários finais do trabalho desenvolvido pela AdP Internacional sejam empresas de operação de sistemas de abastecimento e de saneamento, expostas a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas, a atividade da AdP Internacional não tem nos últimos anos sido sujeita a este tipo de riscos uma vez que tem prestados serviços sobretudo de assistência técnica. No entanto, as empresas do Grupo, quando sujeitas a este tipo de riscos contratualizam seguros para a transferência destes.

RISCO REGULATÓRIO

A AdP Internacional não tem tido operações sujeitas a risco regulatório, que como é sabido a regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas por operadores uma vez que os reguladores podem tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, decorrentes por exemplo da possibilidade contratual de definirem cenários de eficiência produtiva que estabelece os gastos a serem recuperados pela tarifa que podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

O quadro seguinte ilustra a evolução da taxa média de financiamento da AdP Internacional, incluindo juros efetivamente suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos associados, nos últimos cinco anos.

Anos	Unid	2023	2022	2021	2020	2019
Encargos Financeiros	€	253.053	91.506	67.750	42.828	42.544
Taxa Média de Financiamento	%	6%	2%	2%	1%	3%

3. LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO NOS TERMOS DEFINIDOS NO N.º1 DO ARTIGO 35.º DA LEI N.º 24-D/2022, DE 30 DE DEZEMBRO, A QUAL APROVOU A LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2023 (LOE2023), APURADO NOS TERMOS DA FÓRMULA DISPOSTA NO N.º 1 DO ARTIGO 134.º DO DECRETO-LEI N.º 10/2023, DE 8 FEVEREIRO (DLEO 2023).

O quadro seguinte ilustra a evolução do endividamento da AdP Internacional dos últimos 2 anos (período de 2021 a 2022).

Variação do Endividamento (execução)	2022	2021
	Valores (€)	
Capital Social / Capital Estatutário	175.000	175.000
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente)	4.274.293	4.314.655
Novos Investimento no ano 2022 (com expressão material)	-	-
VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	-0,01	0,07

$$\frac{(FR_t - FR_{t-1}) + (Capital_t - Capital_{t-1}) - \text{Novos Investimentos}_t}{(FR_{t-1} + Capital_{t-1})}$$

4. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS (PMP)

Em conformidade com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008 de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009 de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos ("arrears"), conforme definidos no decreto-lei n.º 65-A/2011 de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição.

A evolução do prazo médio de pagamentos a fornecedores foi a seguinte:

PMP	2023	2022	Variação 2023/2022	
			Valor	%
Prazo (dias)	89	85	4	4,7%

De acordo com o Despacho n.º 9870/2009, o PMP da AdP Internacional a 31 de dezembro de 2023 correspondeu a 89 dias, tendo-se verificado um acréscimo de 4,7 % face ao PMP do ano de 2022.

Relativamente ao aumento verificado neste indicador e apesar do valor de dívida a fornecedores ter no final do Ano, sofrido uma reclassificação atendendo à não operacionalidade associada a este passivo o mesmo não reflete esta redução.

Caso esta reclassificação tivesse ocorrida em janeiro de 2023 o valor do PMP seria inferior a 30 dias. Acresce que o saldo de fornecedores a 31 de dezembro 2023 é de 24 839€ (ver nota 15 do anexo às contas).

MAPA DA POSIÇÃO A 31/12/2023 DAS DÍVIDAS VENCIDAS, NOS TERMOS DO DL 65-A/2011, DE 17/MAIO

O quadro seguinte ilustra o mapa da posição das Dívidas Vencidas, nos termos do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, a 31 de dezembro de 2023.

Dívidas Vencidas Total	Valor (€)	Dívidas vencidas de acordo com o art.º 1º DL65-A/2011			
		0-90 dias	90-180 dias	180-360 dias	> 360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	37.437	- 3.695	4.752	-13.655	
Aquisição de Capital					
Total	37.437	-3.695	4.752	-13.655	

Dívidas Vencidas Sem Intra grupo	Valor (€)	Dívidas vencidas de acordo com o art.º 1º DL65-A/2011			
		0-90 dias	90-180 dias	180-360 dias	> 360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	37.437	-3.695	4.752	-13.120	
Aquisição de Capital	-	-	-	-	
Total	37.437	-3.695	4.752	-13.120	

Para feitos desta orientação, considera-se “Atraso no pagamento”, o não pagamento de fatura correspondente ao fornecimento dos bens e serviços após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma.

A AdP Internacional divulgou durante o exercício de 2023, nos termos do n.º 2 do artigo 26.º do DLEO 2023, no seu sítio na Internet o prazo médio de pagamentos, bem como uma lista das suas dívidas certas, líquidas e exigíveis, há mais de 30 dias, atualizada trimestralmente (consultar o link: <http://www.adpinternacional.com/pt/sobre/deveres-de-informacao/?id=281>).

5. DILIGÊNCIAS TOMADAS E OS RESULTADOS OBTIDOS NO ÂMBITO DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA EMITIDAS AQUANDO DA ÚLTIMA APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Não foram emitidas recomendações pelos acionistas em sede de aprovação dos documentos de prestação de contas. Foi dado cumprimento integral às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da empresa.

6. DILIGÊNCIAS TOMADAS COM VISTA A SOLUCIONAR AS SITUAÇÕES SUBJACENTES À EMISSÃO DE RESERVAS NA ÚLTIMA CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Não foram emitidas reservas na última Certificação Legas das Contas. Foi dado cumprimento integral às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da empresa.

7. REMUNERAÇÕES (APÊNDICE 1)

No Apêndice I ao presente Relatório são indicadas as seguintes remunerações dos Órgãos Sociais:

- a) **Órgãos sociais, confirmando a aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2023 (Mesa da AG, Conselho de Administração e Conselho Fiscal/ROC ou Fiscal Único).**

Foi dado cumprimento integral a todas as orientações sobre a política remuneratória contantes da legislação em vigor aplicável ao Setor do Estado, relativas às remunerações vigentes em 2023 dos membros dos Órgãos Sociais da AdP Internacional.

Durante o ano de 2023, a AdP Internacional não atribui prémios de gestão aos órgãos sociais.

- b) **Auditor Externo, confirmando a aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2023.**

No exercício de 2023, não se encontrava designado pela sociedade ou pelo acionista qualquer Auditor Externo.

8. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 32.º E 33.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO

No que se refere a:

- a) **À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;**

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

- b) **Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;**

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente ao reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

Membro da CA	Gastos com comunicações (€)		
	Plafond mensal (definido)	Valor Anual	Observações
Cláudio Miguel André de Sousa Jesus *	80	502,03	
Ana Margarida Linares Luis **	80	-	
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra ***	80	-	
Total		502,03	

* O gasto anual que ultrapassa o limite estabelecido decorre exclusivamente de utilização profissional

** A gestora acumulou funções de gestão na AdP Valor, até 8 de maio de 2023. A gestora não auferiu remuneração pela AdP Internacional

*** A gestora acumulou funções de gestão na Águas do Tejo Atlântico até 19 de abril de 2023, tendo acumulado funções na AdP SGPS de 17 de abril de 2023 até 8 de maio de 2023. A gestora não auferiu remuneração pela AdP Internacional.

- c) **Ao valor de despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet:**

- De 1 de janeiro de 2023 a 8 de maio de 2023 (Mandato 2020-2022)

- De 8 de maio de 2023 a 31 de dezembro de 2023 (Mandato 2023-2025)

Membro da CA	Gastos com comunicações (€)		
	Plafond mensal (definido)	Valor Anual	Observações
Carla da Conceição Afonso Correia	80	131,06	
António Manuel Vinagreiro Ventura	80	131,06	
Andrew Donnelly	80	122,13	
Total		384,25	

d) Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço:

- De 1 de janeiro de 2023 a 8 de maio de 2023 (Mandato 2020-2022)

Membro do CA	Plafond mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
Cláudio Miguel André de Sousa Jesus	477	1007	337	1.344	
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra *	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Ana Margarida Linares Luis **	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Total				1.344	

n.a. Não aplicável

* A gestora acumulou funções de gestão na AdP Valor, até 8 de maio de 2023. A gestora não auferiu remuneração pela AdP Internacional.

** A gestora acumulou funções de gestão na Águas do Tejo Atlântico até 19 de abril de 2023, tendo acumulado funções na AdP SGPS de 17 de abril de 2023 até 8 de maio de 2023. A gestora não auferiu remuneração pela AdP Internacional

- De 8 de maio de 2023 a 31 de dezembro de 2023 (Mandato 2023-2025)

Membro do CA	Plafond mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
Carla da Conceição Afonso Correia	477	551	236	787	
António Manuel Vinagreiro Ventura	430	1435	-	1435	
Andrew Donnelly	382	1390	-	1390	
Total				3.613	

9. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO N.º 2 DO ARTIGO 16.º DO DECRETO-LEI N.º 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO E DO ARTIGO 11.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO, QUE PROÍBE A REALIZAÇÃO DE DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS OU CONFIDENCIAIS

A AdP Internacional dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, assim como ao disposto no artigo 11.º do EGP, não tendo realizado e/ou registado quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.

10. ELABORAÇÃO (DE TRÊS EM TRÊS ANOS) E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES PAGAS A MULHERES E HOMENS CONFORME DETERMINA O N.º 2 DA RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 18/2014, DE 7 DE MARÇO

A sociedade dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, procedendo à elaboração e divulgação interna e externa, através de publicação no site da sociedade, a cada três anos, do relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens na sociedade.

11. ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PLANO PARA A IGUALDADE (ANUAL), CONFORME DETERMINA O ARTIGO 7.º DA LEI N.º 62/2017, DE 1 DE AGOSTO, E INDICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE COMUNICAÇÃO ÀS COMISSÕES COMPETENTES, NOS TERMOS CONJUGADOS DO ARTIGO 3.º E DO N.º 3 DO ARTIGO 6.º DO DESPACHO NORMATIVO N.º 18/2019, DE 21 DE JUNHO.

A AdP Internacional, reconhece a importância e a mais-valia de uma participação equilibrada dos homens e das mulheres nas atividades profissionais bem como na vida familiar e pessoal, e pretende dar o seu contributo ativo para a implementação das melhores práticas de promoção da igualdade na sociedade.

De forma a solidificar o seu posicionamento a Águas de Portugal manteve o seu compromisso com Fórum Empresas para a Igualdade (IGEN) reforçando o compromisso de promoção da igualdade de género e de melhoria ao nível da sustentabilidade, da justiça organizacional e da satisfação dos seus colaboradores e das suas colaboradoras. Com esta adesão, a Águas de Portugal e as suas empresas subsidiárias comprometem-se a desenvolver ações de promoção de igualdade de género, assumindo compromissos de melhoria em dimensões que incorporam os princípios da igualdade e da não discriminação entre homens e mulheres no trabalho e no emprego, bem como na conciliação entre vida profissional, pessoal e familiar e proteção da parentalidade.

Assim, tendo por base o disposto no artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, e do artigo 3.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho, que veio regulamentar a Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, as entidades do setor público empresarial têm de elaborar anualmente o Plano para a Igualdade de género, devendo publicá-lo no respetivo sítio na Internet e enviá-lo à Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) e para a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) até 15 de setembro do ano anterior a que diz respeito, nos termos conjugados do artigo 3.º e do n.º 3 do artigo 6.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho.

Face à disponibilização pela CITE de um Portal para a Igualdade no Trabalho e nas Empresas, com o objetivo de facilitar a elaboração dos Planos anuais, servindo de guia e orientação com vista ao cumprimento dos requisitos e prazos em vigor, a AdP Internacional realizou, em 2021, o Diagnóstico de Igualdade de Género, que serviu de referência para a elaboração do Plano para a Igualdade de Género 2022, os quais foram enviados às autoridades competentes e que constam no referido despacho normativo, CITE e CIG.

O Plano para a Igualdade de Género 2023 da AdP Internacional foi inserido a 15 de setembro de 2023 na plataforma do CITE, tendo sido remetido ao SIOE a 21 de setembro de 2023.

O Plano para a Igualdade de Género para o ano de 2023 encontra-se publicitado no sítio de Internet da AdP Internacional, podendo ser acedido através do seguinte link: da AdP Internacional (<http://www.adpinternacional.com/pt/sobre/a-sustentabilidade/igualdade-de-genero/?id=285>).

12. ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL SOBRE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO (N.º 1 DO ARTIGO 46.º DO RJSPE E ARTIGO 6.º DO REGIME GERAL DA PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO (RGPC), APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 109-E/2021, DE 9 DE DEZEMBRO) E DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS E INFRAÇÕES CONEXAS (ARTIGO 6.º DO RGPC).

Dando cumprimento ao disposto no RGPC criado através do DL n.º 109-E/2021, as empresas do Grupo AdP possuem Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), reconhecendo a relevância e o valor deste instrumento de gestão na prevenção e no combate à corrupção e infrações conexas, e a utilidade na identificação e avaliação do risco associado, sendo, por isso, uma importante ferramenta de controlo e gestão do seu risco interno.

No sentido de assegurar a transparência do exercício de gestão de risco, e em conformidade com o n.º 6 do artigo 6.º do RGPC, o PPRCIC da AdP Internacional, encontra-se disponibilizado na internet (<http://www.adpinternacional.com/pt/sobre/deveres-de-informacao/?id=281>). Do Plano é igualmente dado conhecimento às Tutelas Setorial e Financeira, às respetivas entidades inspetivas e ao MENAC, sem prejuízo do respetivo carregamento no Sistema de Informação do Sector Empresarial Estado (SiSEE), da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTf).

O Plano integra-se num conjunto de instrumentos mais abrangentes de prevenção e combate à corrupção, dentro do modelo de integridade adotado e tem como objetivo a identificação das principais áreas e interlocutores de risco que potencialmente poderão ser sujeitos à ocorrência de atos de corrupção, bem como os principais riscos daí decorrentes, os controlos instituídos pela empresa visando a sua mitigação, probabilidade de ocorrência e a definição dos responsáveis pela implementação e gestão do Plano.

O PPRCIC pretende também reforçar a cultura da empresa e dos respetivos colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores e demais entidades.

A elaboração e o acompanhamento do Plano têm uma natureza transversal e um carácter abrangente, alargando o âmbito da análise e avaliação do risco de corrupção a todas as competências por lei atribuídas às entidades públicas, envolvendo assim toda a estrutura organizativa interna e todas as áreas de negócio críticas, tal como identificado no n.º 2 do artigo 6.º do RGPC.

O PPRCIC, adotado na AdP Internacional em 2019, teve a última versão aprovada pelo seu Conselho de Administração em 19 de janeiro de 2024, encontrando-se prevista a sua revisão no início de 2024, por forma a adaptá-lo às obrigações decorrentes da nova legislação, bem como às recomendações emanadas pelo MENAC e ajustá-lo à evolução da realidade da empresa em matérias de corrupção e de infrações conexas.

O Grupo AdP, no qual se inclui a AdP Internacional reconhece, tal como é referido no n.º 4 do artigo 6.º do RGPC, que os relatórios de execução intercalar e anual do Plano, que integram o modelo de integridade, são “instrumentos úteis para uma boa gestão pública, com potencial para a promoção de uma cultura de prevenção de riscos, para a sistematização de procedimentos, para o incremento da transparência e do rigor, bem como para a promoção da qualidade do serviço público”, e contribuem para “o aperfeiçoamento do trabalho já desenvolvido”. Os relatórios vêm ainda reforçar a transparência na aplicação dos princípios de boa governação em alinhamento com o enquadramento legal e com as convenções multilaterais neste domínio.

Não se encontrando identificados eventos de risco classificados como Elevado no âmbito do PPRCIC em 2023, não foi efetuada qualquer avaliação intercalar nem elaborado o relatório intercalar no qual se identificassem os resultados dessa avaliação.

Da avaliação anual do Plano resulta um relatório sobre o seu cumprimento e as situações relativas a atos irregulares conexas com corrupção ocorridos, identificação dos controlos não implementados, implementados, mas não eficazes e para os quais são definidos planos para a sua mitigação.

Este é remetido ao MENAC, às Tutelas Setorial e Financeira e às respetivas entidades inspetivas e ao MENAC, sem prejuízo do respetivo carregamento no Sistema de Informação do Sector Empresarial Estado (SiSEE), da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), procedendo-se também à sua publicitação no sítio de internet em (<http://www.adpinternacional.com/pt/sobre/deveres-de-informacao/?id=281>).

Em 17 de dezembro de 2021, o Grupo AdP apresentou a sua Política de Integridade assente num modelo de governação com os mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública, sendo a AdP SGPS uma das empresas que subscreveu o Compromisso de Integridade, representando um comprometimento com a implementação da referida Política de Integridade, designadamente de todos os instrumentos que lhe estão associados, visando assegurar continuamente uma capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

O Grupo AdP reforça assim, o compromisso assumido relativo ao combate à corrupção e ao empenho em desenvolver e adotar estratégias de promoção da integridade e do desenvolvimento sustentável e a criação de uma sociedade mais justa e equilibrada.

No final de 2022, decorrido um ano após a aprovação Política de Integridade, as empresas do Grupo efetuaram a avaliação do nível de implementação alcançado, o que possibilitou identificar os constrangimentos e os elementos facilitadores visando a definição dos próximos passos, com vista ao robustecimento da Política e a sua integral implementação.

Registe-se ainda que em 2019, a empresa, subscreveu a Campanha Portuguesa Anticorrupção que vem responder ao *Call to Action* Anticorrupção, lançada pelo *United Nations, Global Compact*, que incentiva o setor empresarial a promover a tomada de medidas de transparência, integridade e boa governação por parte dos Governos, promovendo assim, a adoção do seu Princípio 10, de acordo com o qual “as organizações devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo, extorsão e suborno”.

13. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

O Grupo AdP assegura através da AdP SGPS desde 1 de agosto de 2020, a centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, por forma a contribuir para a captação de sinergias nos processos de compras das empresas, bem como para a disseminação das melhores práticas.

Esta estratégia promove o potencial de captura de valor intrínseco às economias de escala, alavancadas pela centralização de compras de determinadas categorias, como a energia elétrica, combustíveis, comunicações, materiais de laboratório, seguros, reagentes químicos, viaturas, entre outras. Esta abordagem favorece a afetação eficiente e a especialização de recursos, contribuindo também para a obtenção de ganhos financeiros decorrentes da redução de custos.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

A evolução da função compras no Grupo AdP para um modelo mais integrado, com a definição de categorias centralizadas, tem contribuído para maximizar a capacidade de planeamento transversal alcançando assim um conhecimento mais profundo das necessidades das empresas, identificando assim riscos e oportunidades.

Neste domínio, procuramos disseminar as melhores práticas e a uniformização de procedimentos de contratação pública no seio do Grupo AdP, assim como a concertação de metodologias e entendimentos para garantia e coerência das atuações implementadas no domínio da tramitação e execução de contratos.

O Grupo AdP, de molde a assegurar a uniformização de procedimentos ao nível das empresas que tutela, reviu recentemente os procedimentos internos para a contratação de bens e serviços, tendo em conta:

- Uniformização de práticas e de procedimentos ao nível das empresas do Grupo AdP,
- Garantia de observância de requisitos legais e relativos à abertura de procedimentos de contratação pública,
- Reforço da fundamentação de facto e de direito subjacente à promoção de procedimentos de contratação,
- Análise e concertação periódica sobre questões de contratação pública em grupo de trabalho especializado,
- Assegurar a implementação das orientações internas em matéria de contratação,

- Coordenação interna da tramitação de procedimentos de contratação relativos a aquisições/locações de bens e serviços, bem como a respetiva monitorização e reporte,
- Preparação dos gestores e técnicos das empresas do Grupo AdP para revisão do Código dos Contratos Públicos,
- Definição de unidade orgânica no âmbito da AdP SGPS responsável pelo acompanhamento dos termos de realização de procedimentos de contratação através de informação registada no ERP para controlo da legalidade dos procedimentos
- Realização de auditorias internas em áreas e matérias identificadas pela AdP SGPS.
- A última revisão periódica decorreu ao longo do segundo semestre de 2020.

No ano de 2023 não foram praticados atos ou celebrados contratos de valor superior a 5 Milhões de euros, não tendo consequentemente sido sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas em qualquer processo.

14. MEDIDAS TOMADAS AO NÍVEL DA ADEÇÃO DA EMPRESA AO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS (SNCP)

As empresas que integram o Grupo Águas de Portugal aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias.

Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;
- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motociclos;
- Licenciamento de software e serviços conexos;
- Higiene e Limpeza.

É ponderado o recurso a este figurino jurídico, quando validada a correspondência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela Direção de Compras e Logística da AdP SGPS, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim uma gestão mais eficiente dos nossos recursos.

15. EFICIÊNCIA OPERACIONAL, PREVISTA NO N.º 1, 2 E 3 DO ARTIGO 133.º DO DLEO 2023, E EVOLUÇÃO DOS GASTOS OPERACIONAIS, PREVISTA NO N.º 4 E 5 DO ARTIGO 133.º DO DLEO 2023.

No quadro seguinte, resumem-se as medidas e os resultados constantes do plano de redução de gastos operacionais, em conformidade com o disposto no artigo 133.º Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro, e com o modelo disponibilizado pela DGTF.

Un: €

Eficiência Operacional	2023 Exec.	2023 Orç.	2022 Exec. Reexpresso	2022 Exec.	2019 Exec.	2023/2022 Reexp		2023/2019	
						Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	-785.203	587.790	-254.209	680.996	17.674	-530.994	209%	-802.877	-4543%
(1) CMVMC						0	0%	0	0%
(2) FSE	2.901.438	5.250.585	4.469.970	4.469.970	2.110.606	-1.568.532	-35%	790.832	37%
(3) Gastos com o Pessoal	2.094.454	2.020.091	2.205.110	2.205.110	1.315.447	-110.656	-5%	779.007	59%
i. Relativas aos Órgãos Sociais ^{a)}	250.801	123.510	107.395	107.395	117.203	143.406	134%	133.598	114%
ii. Efeito do cumprimento de disposições legais ^{a)}						0	0%	0	0%
iii. Efeito do acordo para a melhoria do rendimento (Despachos de 15.12.2022 e 12.05.2023, SET e SEF) ^{a)}						0	0%	0	0%
iv. Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias ^{a)}	27.815	23.859	15.827	15.827	2.507	11.988	76%	25.308	1010%
v. Efeito do absentismo e dos gastos com indemnizações pagas por rescisão (exceto por mútuo acordo) ^{a)}	64.084		74.371	74.371		-10.287	-14%	64.084	0%
(4) Gastos com o pessoal sem os impactos i. a v.	1.751.754	1.872.722	2.007.517	2.007.517	1.195.737	-255.764	-13%	556.017	46%
(5) Impactos nos gastos decorrentes de fatores excepcionais ^{b)}						0	0%	0	0%
(6) Gastos Operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (1)+(2)+(3)-(5)	4.995.892	7.270.675	6.675.080	6.675.079	3.426.053	-1.679.188	-25%	1.569.839	46%
(7) Volume de negócios (VN)	5.233.395	8.580.175	7.203.118	8.138.322	3.490.644	-1.969.723	-27%	1.742.751	50%
Subsídios à exploração						0	0%	0	0%
Indemnizações Compensatórias						0	0%	0	0%
(8) Perda de receita decorrente de fatores excepcionais ^{b)}						0	0%	0	0%

(9) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7+8)	5.233.395	8.580.175	7.203.118	8.138.322	3.490.644	-1.969.723	-27%	1.742.751	50%
(10) Peso dos Gastos/VN = (6) / (9)	95,5%	84,7%	92,7%	82,0%	98,1%	0	3%	0	-3%
i. Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	330.485	208.758	317.553	317.553	302.598	12.932	4%	27.888	9%
ii. Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	14.923	15.283	13.529	13.529	31.378	1.394	10%	-16.455	-52%
iii. Gastos associados à frota automóvel ^{c)}	278.481	273.805	353.077	353.077	158.984	-74.596	-21%	119.497	75%
iv. Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	85.674	92.020	57.213	57.213	128.911	28.461	50%	-43.237	-34%
(11) Total dos gastos = (i) + (ii) + (iii) + (iv), cfr. alinea c) n.º 4 artigo 133.º do DLEO 2023	709.563	589.865	741.372	741.372	621.870	-31.809	-4%	87.693	14%
Nº de viaturas:	33	26	31	28	17	2	7%	13	76%
<i>Estrutura</i>	8	6	6	5	5	2	40%	2	40%
<i>Projetos</i>	25	20	25	23	12	0	0%	11	92%

^{a)} Conforme disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 133.º do DLEO 2023.

^{b)} Se aplicáveis, os impactos excecionais (designadamente da crise geopolítica e da COVID-19) e os impactos por imposições legais deverão ser devidamente justificados, nos termos do artigo 133.º do DLEO 2023, bem como quantificados e discriminados relativamente às diferentes rubricas de gastos/custos, vendas e serviços prestados

^{c)} Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis e/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

A AdP Internacional apresenta um EBITDA negativo de -785 mil euros, inferior ao registado em 2022, para este facto contribuíram as diferenças de câmbio mais desfavoráveis do que as registadas no ano anterior, reflexo da exposição às flutuações cambiais dos contratos celebrados nas moedas Kwanza e Dólares Norte Americanos e ainda o registo das provisões verificadas.

Acresce ainda a ausência de lançamento de procedimentos concursais, por parte dos governos, apoiados/financiados, ou não, pelas Organizações Bilaterais e Multilaterais para o Desenvolvimento, teve um impacto direto na dinâmica do mercado, que diminuiu consideravelmente o número de manifestações de interesse e propostas apresentadas pelas empresas, reduzindo significativamente o volume de negócios do setor e consequentemente da AdP internacional.

Os gastos com Fornecimentos e Serviços Externos foram inferiores aos registados no período homólogo com uma redução de gastos superior à redução do Volume de Negócios da Empresa (-27%).

Os gastos com Pessoal foram inferiores aos registados no período homólogo, refletindo por um lado o incremento do número de elementos dos órgãos sociais e por outro a redução do número de trabalhadores decorrente do final dos projetos de atividade da Empresa e por último as valorizações remuneratórias obrigatórias.

Esta redução traduz-se numa diminuição do valor de remunerações pagas de 255.763€ correspondendo a uma redução de 12,4% em relação ao período homólogo mesmo sabendo que os projetos com maior número de trabalhadores afetados só viram a sua saída no último trimestre de 2023.

Em 2023 verifica-se também como consequência da redução do número de projetos uma redução dos custos com a frota automóvel em 21% não obstante de o número de elementos do conselho de administração ter aumentado e ainda não ter sido possível reduzir, face aos procedimentos a adotar, a frota de Angola em resultado do término dos projetos do Bengo e do Cunene.

De destacar o aumento de gastos com pareceres jurídicos fruto de 20.000€ fruto do contencioso existente relativo ao projeto do Bengo e do Cunene quer quanto à disputa sobre a taxa de câmbio a adotar para efeitos de atualização destes contratos (em particular no que aos pagamentos em moeda local (kwanza) diz respeito) e das penalidades relativas ao exercício de 2022 aplicadas pelo cliente.

Quanto aos gastos com deslocações e alojamentos este aumento deve-se essencialmente aos gastos decorrentes da finalização dos projetos do Bengo, Cunene e EAGB e consequente desmobilização da equipa.

16. RECURSOS HUMANOS E MASSA SALARIAL (ARTIGO 131.º DO DLEO 2023 | DESPACHOS, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022 E 12 DE MAIO DE 2023, DOS SENHORES SECRETÁRIOS DE ESTADO DO TESOUREIRO E DAS FINANÇAS).

Recursos Humanos	2023 Exec.	2023 Orç.	2022 Exec. Reexpresso	2023 Exec. /2022 Reexpresso	
				Δ Absol.	Var. %
Nº Órgãos Sociais (O.S.) ¹	4	2	2	2	100%
Nº Cargos de Direção (CD)	1	4	3	-2	-67%
Nº Trabalhadores (sem O.S. e sem CD):	16	23	24	-8	-33%
Estrutura	13	17	12	1	-8%
Projetos ²	3	6	12	-9	-75%
TOTAL HEADCOUNT	21	29	29	-8	-28%
Projetos ³	9	12	27	18	-67%
Nº de Trabalhadores/ Nº CD	4,25	13,5	13,5	-9,25	-69%
Gastos com Pessoal/Total (OS+CD+T)	69.815,13€	49.270,51€	39.376,96€	30.438,17€	77%

¹ Inclui os Órgãos Sociais que contribuem para a massa salarial. A 31.12.2023 os OS são compostos por 3 Administradores Executivos e o Fiscal Único.

² Trabalhadores da AdP Internacional ou cedidos de empresas do Grupo AdP.

³ RH temporário, tratando-se de contratos a termo certo ou estagiários, com duração do projeto.

Despachos de 15-12-2022 e 15-05-2023, SET e SEF

Taxa de Atualização da massa salarial (2023-2022) - AdP Internacional	5,0%
Taxa de Atualização da massa salarial (2023-2022) - Grupo AdP	5,0%

Os projetos da AdP Internacional tem uma natureza transitória, que consistem na gestão de contratos, gestão comercial e inovação de curta duração (com termo fixado nos respetivos contratos).

Os/as trabalhadores/as afetos/as a estes contratos/projetos são “transitórios” na medida em que o vínculo contratual cessa com o término do contrato ou projeto. Acresce que o número de recursos afetos a cada projeto varia ao longo da vida do projeto.

Da rubrica gastos com pessoal constam gastos com remunerações de trabalhadores com contrato de trabalho a termo certo ou estagiários, celebrados com a sucursal e Angola, e cujo termo ocorreu na sua grande maioria após setembro de 2023.

Em 2023 o total dos Gastos com Pessoal incluem os custos com os trabalhadores da Estrutura da AdP Internacional (Sede da AdP Internacional e a Sucursal AdP Angola, e os Expatriados da Sede que estão afetos ou estiveram afetos a projetos durante o ano (3) e os custos com os consultores/peritos afetos aos Projetos (9), nomeadamente nos 4 dos 5 contratos que em 2023 tiveram atividade em angola.

Os gastos com Pessoal foram inferiores aos registados no período homólogo, refletindo por um lado o incremento do número de elementos dos órgãos sociais e por outro a redução do número de trabalhadores decorrente do final dos projetos de atividade da Empresa e por último as valorizações remuneratórias obrigatórias.

Esta redução traduz-se numa diminuição do valor de remunerações pagas de 255.763€ correspondendo a uma redução de 12,4% em relação ao período homólogo mesmo sabendo que os projetos com maior número de trabalhadores afetos só viram a sua saída no último trimestre de 2023.

O Número Total de Recursos Humanos em atividade no final do ano é inferior ao previsto, devido a um dos seus trabalhadores da Estrutura que no final do ano se encontrava com contrato suspenso por motivo de baixa prolongada, não relevando para o rácio da Eficiência Operacional.

Face à natureza transitória dos Projetos, o número total dos RH da Empresa não inclui os trabalhadores com contrato a termo certo, termo incerto ou estágios, afetos a esses projetos, sem prejuízo dos encargos com os mesmos serem incluídos na totalidade das demonstrações financeiras, tal como as restantes componentes de custo dos projetos.

O número de Recursos Humanos da AdP Internacional, composto pelos Órgãos Sociais e trabalhadores da Estrutura, foi inferior ao previsto em 8 trabalhadores no PAO de 2023 e inferior em 8 trabalhadores face ao período homólogo.

17. PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO (ARTIGO 28.º DO RJSPE, ARTIGO 105.º DA LOE 2023 E ARTIGO 91.º DO DLEO 2023).

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constitui-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo AdP abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

No financiamento da carteira de projetos, para além das linhas do BEI e de apoios comunitários, a AdP SGPS acedeu aos mercados externos, permanecendo ainda três emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 15 e 20 anos e, em 2016, a uma emissão obrigacionista a 12 anos, num total de 675 milhões de euros.

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de maneiio dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais está relacionada com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade de os bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplica os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

O Grupo AdP, para o biénio 2022-2023, obteve dispensa parcial ao cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado através do Despacho SGC nº 131, de 17 de agosto de 2022, do IGCP, para os seguintes serviços:

- Valores inerentes às operações de financiamento realizadas (incluindo empréstimos, operações de leasing e factoring e utilização e descobertos bancários);
- Valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;

- Valores recebidos pela DPG – Digital Payment Gateway da SIBS, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;
- Contas bancárias em jurisdições fora de Portugal tituladas por sucursais e subsidiárias não residentes em Portugal, e providenciar sempre que da sua atividade subsistam excedentes e tal seja concretizável, pela sua transferência para contas no IGCP;
- Valores movimentados através da vertente credora dos débitos diretos, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;
- Valores estritamente necessários para o carregamento dos cartões refeição;
- Valores para compra de moeda estrangeira, nas situações em que a tesouraria externa não possa satisfazer as necessidades da AdP;
- Custódia de títulos que não sejam de dívida pública.

No quadro seguinte apresentam-se os saldos trimestrais da AdP Internacional durante o ano de 2023.

Un: EUR

IGCP	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Disponibilidades	92.421	78.368	168.812	52.718
Aplicações Financeiras	-	-	-	-
Total	92.421	78.368	168.812	52.718

Un: EUR

Banca Comercial *	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
BCP	2.499	2.499	2.499	2.499
BPI	201.314	133.463	669.924	286.689
BNU/CGD	-	-	-	-
BBV	0	0	0	-
Fomento Angola	1.948	1.948	1.947	1.916
BPA Angola	30.180	259.968	195.344	103.517
OraBank	9.629	27.046	51.585	46.668
BCA Cabo Verde	16.424	15.407	15.016	12.044
BKI	4.337	1.289	2.124	1.097
CGD	1.043	937	340.810	687
BIS	13.204	12.409	12.402	12.392
Total	280.578	454.967	1.291.649	467.509
Juros auferidos **	762	3.045	3.045	6.362

* Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras, acrescentando as linhas necessárias

** Identificar os juros auferidos de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da Banca Comercial.

18. DIVULGAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DIRIGIDAS À EMPRESA RESULTANTES DE AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS, BEM COMO DAS MEDIDAS TOMADAS E O RESPECTIVO RESULTADO.

Não foram feitas recomendações pelo Tribunal de Contas dirigidas à empresa nos últimos três anos.

19. ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA PREVISTA NOS ARTIGOS 66º-B OU 508º-G DO CSC.

A AdP Internacional à data de 31 de dezembro de 2023 não excede o número de 500 trabalhadores, pelo que não inclui qualquer quadro da demonstração não financeira.

Apesar de não ser aplicável à empresa, a elaboração e divulgação da demonstração não financeira, prevista nos artigos 66.º - B ou 508.º - G do CSA, contendo, no mínimo, a informação indicada no n.º 2 dos mencionados artigos, é apresentada nos capítulos relativos à Sustentabilidade e Capital Humano, do presente Relatório de Gestão e Contas, onde consta a informação mínima requerida.

20. QUADRO DE INFORMAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO NO SÍTIO DA INTERNET DO SEE

A AdP Internacional S.A. não divulga informação no sítio da Internet do SEE em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	N.A.	--	vide nota
Caracterização da Empresa	N.A.	--	vide nota
Função de tutela e acionista	N.A.	--	vide nota
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais:	N.A.	--	vide nota
- Identificação dos órgãos sociais	N.A.	--	vide nota
- Estatuto Remuneratório Fixado	N.A.	--	vide nota
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	N.A.	--	vide nota
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	N.A.	--	vide nota
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	N.A.	--	vide nota
Esforço Financeiro Público	N.A.	--	vide nota
Ficha Síntese	N.A.	--	vide nota
Informação Financeira histórica e atual	N.A.	--	vide nota
Princípios de Bom Governo:	N.A.	--	vide nota
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	N.A.	--	vide nota
- Transações relevantes com entidades relacionadas	N.A.	--	vide nota
- Outras transações	N.A.	--	vide nota
Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	N.A.	--	vide nota
- Económico	N.A.	--	vide nota
- Social	N.A.	--	vide nota
- Ambiental	N.A.	--	vide nota
Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	N.A.	--	vide nota
Código de ética	N.A.	--	vide nota

Nota: A AdP Internacional S.A. não divulga informação no sítio da Internet do SEE em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

APÊNDICE 1

1 – MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

- Órgãos Sociais (De 01 de janeiro de 2023 a 8 de maio de 2023 (Mandato 2020-2022))

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Número de Senhas Pagas	Valor Bruto Auferido (€)
2020-2022	Presidente	AdP-Águas de Portugal, SGPS, S.A.	-	-	-
2020-2022	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira	-	-	-
Total					-

- Órgãos Sociais (De 08 de maio de 2023 a 31 de dezembro de 2023 (Mandato 2023-2025))

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Número de Senhas Pagas	Valor Bruto Auferido (€)
2023-2025	Presidente	AdP-Águas de Portugal, SGPS, S.A.	-	-	-
2023-2025	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira	-	-	-
Total					-

2 - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- Órgãos Sociais (De 01 de janeiro de 2023 a 8 de maio de 2023 (Mandato 2020-2022))

Membro do CA (nome)	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração Mensal Bruta (€)	
	(S/N)	(A/B/C)	Vencimento Mensal	Despesas Representação
Cláudio Miguel André de Sousa Jesus	S	C	5.966	715
Ana Margarida Linares Luis (*)	S	C	-	-
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra (**)	S	C	-	-

(*) a gestora acumulou funções de gestão na AdP Valor, até 8 de maio de 2023. A gestora não auferiu remuneração pela AdP Internacional

(**) a gestora acumulou funções de gestão na Águas do Tejo Atlântico até 19 de abril de 2023, tendo acumulado funções na AdP SGPS de 17 de abril de 2023 até 8 de maio de 2023. A gestora não auferiu remuneração pela AdP Internacional

- Órgãos Sociais (De 08 de maio de 2023 a 31 de dezembro de 2023 (Mandato 2023-2025))

Membro do CA (nome)	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração Mensal Bruta (€)	
	(S/N)	(A/B/C)	Vencimento Mensal	Despesas Representação
Carla da Conceição Afonso Correia	S	C	5.966	1.909
António Manuel Vinagreiro Ventura	S	C	5.966	1.718
Andrew Donnelly	S	C	5.125	1.527

- Órgãos Sociais (De 01 de janeiro de 2023 a 8 de maio de 2023 (Mandato 2020-2022))

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO ou Opção pela média dos últimos 3 anos				N.º total de Mandatos
			Forma	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Data de autorização e Forma	Entidade Pagadora (O/D)	
2020-2022	Presidente Executivo	Cláudio Miguel André de Sousa Jesus	DUE	28.05.2020	N	-	-	-	4
2020-2022	Vogal Executivo	Ana Margarida Linares Luis (*)	DUE	08.10.2021	-	-	-	-	1
2020-2022	Vogal não Executivo	Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra (**)	DUE	29.09.2021	-	-	-	-	2

* A gestora acumulou funções de gestão na AdP Valor, até 8 de maio de 2023. A gestora não auferiu remuneração pela AdP Internacional.

** A gestora acumulou funções de gestão na Águas do Tejo Atlântico até 19 de abril de 2023, tendo acumulado funções na AdP SGPS de 17 de abril de 2023 até 8 de maio de 2023. A gestora não auferiu remuneração pela AdP Internacional.

- Órgãos Sociais (De 08 de maio de 2023 a 31 de dezembro de 2023 (Mandato 2023-2025))

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO ou Opção pela média dos últimos 3 anos				N.º total de Mandatos
			Forma	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Data de autorização e Forma	Entidade Pagadora (O/D)	
2023-2025	Presidente Executiva	Carla da Conceição Afonso Correia	DUE	08.05.2023	S	-	DUE de eleição	D (AdPI)	1
2023-2025	Vice-Presidente Executivo	António Manuel Vinagreiro Ventura	DUE	08.05.2023	S	-	DUE de eleição	D (AdPI)	1
2023-2025	Vogal Executivo	Andrew Donnelly	DUE	08.05.2023	S	-	DUE de eleição	D (AdPI)	1

- Órgãos Sociais (De 01 de janeiro de 2023 a 8 de maio de 2023 (Mandato 2020-2022))

Membro do CA (nome)	Acumulação de Funções			
	Entidade	Função	Regime	Data de autorização e Forma
Cláudio Miguel André de Sousa Jesus	-	-	-	-
Ana Margarida Linares Luis (*)	AdP VALOR	Vogal do CA	Publico	DUE
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra (**)	Águas do Tejo Atlântico	Vogal do CA	Publico	DUE
	AdP SGPS	Vogal do CA	Publico	DUE

(*) A gestora acumulou funções de gestão na AdP Valor, até 8 de maio de 2023. A gestora não auferiu remuneração pela AdP Internacional

(**) A gestora acumulou funções de gestão na Águas do Tejo Atlântico até 19 de abril de 2023, tendo acumulado funções na AdP SGPS de 17 de abril de 2023 até 8 de maio de 2023. A gestora não auferiu remuneração pela AdP Internacional

- Órgãos Sociais (De 08 de maio de 2023 a 31 de dezembro de 2023 (Mandato 2023-2025))

Membro do CA (nome)	Acumulação de Funções			
	Entidade	Função	Regime	Data de autorização e Forma
Carla da Conceição Afonso Correia	-	-	-	-
António Manuel Vinagreiro Ventura	-	-	-	-
Andrew Donnelly	-	-	-	-

- Órgãos Sociais (De 01 de janeiro de 2023 a 8 de maio de 2023 (Mandato 2020-2022))

Membro do CA (nome)	Remuneração Anual Auferida (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3) = (1) + (2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3) - (4)
Cláudio Miguel André de Sousa Jesus	31.920	-	31.920	1.596	30.324
Ana Margarida Linares Luis (*)	-	-	-	-	-
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra (**)	-	-	-	-	-
Total	31.920	-	31.920	1.596	30.324

(1) O valor da remuneração fixa correspondente ao vencimento + despesas de representação (sem reduções)

(2) Redução prevista no artigo 12º da Lei nº12-A/2010, de 30 de junho

(4) Redução prevista no artigo 12º da Lei nº12-A/2010, de 30 de junho

* A gestora acumulou funções de gestão na AdP Valor, até 8 de maio de 2023. A gestora não auferiu remuneração pela AdP Internacional

** A gestora acumulou funções de gestão na Águas do Tejo Atlântico até 19 de abril de 2023, tendo acumulado funções na AdP SGPS de 17 de abril de 2023 até 8 de maio de 2023. A gestora não auferiu remuneração pela AdP Internacional

- Órgãos Sociais (De 08 de maio de 2023 a 31 de dezembro de 2023 (Mandato 2023-2025))

Membro do CA (nome)	Remuneração Anual Auferida (€)				
	Fixa ⁽¹⁾	Variável ⁽²⁾	Valor Bruto ^{(3) = (1) + (2)}	Reduções Remuneratórias ⁽⁴⁾	Valor Bruto Final ^{(5) = (3) - (4)}
Carla da Conceição Afonso Correia	69.406	-	69.406	3.470	65.935
António Manuel Vinagreiro Ventura	67.913	-	67.913	3.396	64.517
Andrew Donnelly	58.735	-	58.735	2.937	55.798
Total	196.053	-	196.053	9.803	186.250

⁽¹⁾ O valor da remuneração fixa correspondente ao vencimento + despesas de representação (sem reduções)

⁽²⁾ Redução prevista no artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho

⁽⁴⁾ Redução prevista no artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho

- Órgãos Sociais (De 01 de janeiro de 2023 a 8 de maio de 2023 (Mandato 2020-2022))

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Cláudio Miguel André de Sousa Jesus	7,14	300	SS	7.202	400	432	-	-
Ana Margarida Linares Luis (*)	-	-	-	-	-	-	-	-
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra (***)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	300	-	7.202	400	432	-	-

* A gestora acumulou funções de gestão na AdP Valor, até 8 de maio de 2023. A gestora não auferiu remuneração pela AdP Internacional

** A gestora acumulou funções de gestão na Águas do Tejo Atlântico até 19 de abril de 2023, tendo acumulado funções na AdP SGPS de 17 de abril de 2023 até 8 de maio de 2023. A gestora não auferiu remuneração pela AdP Internacional

- Órgãos Sociais (De 08 de maio de 2023 a 31 de dezembro de 2023 (Mandato 2023-2025))

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Carla da Conceição Afonso Correia	7,14	893	SS	15.660	1.124	790	-	-
António Manuel Vinagreiro Ventura	7,14	1.028	SS	15.323	725	751	-	-
Andrew Donnelly	7,14	1.021	SS	13.252	1.095	561	-	-
Total	-	2.942	-	44.234	2.944	2.102	-	-

- Órgãos Sociais (De 01 de janeiro de 2023 a 8 de maio de 2023 (Mandato 2020-2022))

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
	[S/N]	[S/N]	[€]	[Identificar]			[€]	[€]	(N.º)
Cláudio Miguel André de Sousa Jesus	S	S	35.595	Rent-a-car	01.01.2023	07.05.2023	618	2.558	n.a.
Ana Margarida Linares Luis ^(**)	na	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra ^(***)	na	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

^{**} A gestora acumulou funções de gestão na AdP Valor, até 8 de maio de 2023. A gestora não auferiu remuneração pela AdP Internacional

^{***} A gestora acumulou funções de gestão na Águas do Tejo Atlântico até 19 de abril de 2023, tendo acumulado funções na AdP SGPS de 17 de abril de 2023 até 8 de maio de 2023. A gestora não auferiu remuneração pela AdP Internacional

- Órgãos Sociais (De 08 de maio de 2023 a 31 de dezembro de 2023 (Mandato 2023-2025))

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
	[S/N]	[S/N]	[€]	[Identificar]			[€]	[€]	(N.º)
Carla da Conceição Afonso Correia ^(*)	S	S	32.993	AOV	08.05.2023	31.12.2023	352	2.741	8
António Manuel Vinagreiro Ventura	S	S	42.000	Rent a Car	08.05.2023	n.a.	618	4.811	n.a.
Andrew Donnelly	S	S	35.595	Rent a Car	08.05.2023	n.a.	618	4.811	n.a.

^{*} O contrato da viatura da gestora teve início em 19.jul.2018, que por cessão da posição contratual foi cedido à AdP Internacional na data de 8 de maio de 2023. O valor de referência anualizado da viatura é de 4.221,72€.

- Órgãos Sociais (De 01 de janeiro de 2023 a 8 de maio de 2023 (Mandato 2020-2022))

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Cláudio Miguel André de Sousa Jesus	12.098	2.923	1.931			16.952
Ana Margarida Linares Luis ^(*)						
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra ^(**)	1.248	1.554				2.802
Total						19.754

^{*} A gestora acumulou funções de gestão na AdP Valor, até 8 de maio de 2023. A gestora não auferiu remuneração pela AdP Internacional

^{**} A gestora acumulou funções de gestão na Águas do Tejo Atlântico até 19 de abril de 2023, tendo acumulado funções na AdP SGPS de 17 de abril de 2023 até 8 de maio de 2023. A gestora não auferiu remuneração pela AdP Internacional

- Órgãos Sociais (De 08 de maio de 2023 a 31 de dezembro de 2023 (Mandato 2023-2025))

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Carla da Conceição Afonso Correia	13.506	5.808	2.815			22.129
António Manuel Vinagreiro Ventura	8.613	3.958	2.476			15.047
Andrew Donnelly	5.697	380	1.058			7.135
Total						44.311

3 - FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da sociedade é assegurada por um Fiscal Único conforme mapas abaixo:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma ⁽¹⁾	Data	Data do Contrato		
2019-2021	Fiscal Único	Pricewaterhousecoopers & Associados, SROC, Lda, rep. José Alves Bizarro Duarte (ROC- 1957, CMVM 20200003)	183	20161485	DUE	23.04.2019	30.08.2019	5	5
2019-2021	Fiscal Único Suplente	Carlos José Figueiredo Rodrigues (ROC n.º: 1737) ^(*)	1737	20161347	DUE	23.04.2019	30.08.2019	5	5

Nota: Deve ser identificada o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

⁽¹⁾ Indicar AG/DUE/Despacho (D).

* Mandato de fiscalização em curso

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2022 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2022 (€)			
	Valor ⁽¹⁾	Reduções ⁽²⁾	Valor Final ^{(3) = (1)-(2)}	Identificação do Serviço	Valor ⁽¹⁾	Reduções ⁽²⁾	Valor Final ^{(3) = (1)-(2)}
Pricewaterhousecoopers & Associados, SROC, Lda, rep. José Alves Bizarro Duarte (ROC- 1957, CMVM 20200003)	6.779	-	6.779	n.a.			

- A AdP - Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A. não contratou, no exercício de 2023, serviços de Auditoria Externa Independente.

APÊNDICE 2

A AdP Internacional deu integral cumprimento às instruções, despachos e legislação diversa, que a seguir se apresentam:

Cumprimento das Orientações Legais - 2022	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do relatório
	S	N	NA		
Objetivos de Gestão:					Ver Ponto 1. a) COL
Eficiência Operacional			X	1,00	
Rácio do Resultado Operacional vs Volume de Negócios			X	1,00	
Internacionalização			X	-	Objetivo sómente avaliado no final do mandato
Satisfação dos Clientes			X	-	Indicador não calculado por inexistência de informação relativa a 2022
Reforço cultura da AdP Internacional e do Grupo AdP			X	3,00	
Manifestações de Interesse e Propostas apresentadas pela Empresa			X	3,00	
Controle da execução dos Projetos em Curso			X	3,00	
Metas a atingir constantes no PAO 2023					
Investimento			X	0,00 €	Ver Ponto 1. c) COL
Nível de endividamento			X		Ver Ponto 1. b) COL
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE			X		Ver Ponto 1. e) COL
Gestão do Risco Financeiro	X			5,9%	Ver Ponto 2 COL
Límites de Crescimento de Endividamento	X			-1,0%	Ver Ponto 3 COL
Evolução do PMP a fornecedores		X*		89 dias	Ver Ponto 4 COL
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X			24 839,00 €	Ver Ponto 4 COL
Recomendações do acionista na última aprovação de contas			X		Ver Ponto 5 COL
Reservas emitidas na última CLC					
Reservas			X		Ver Ponto 6 COL
Remunerações/Honorários					Ver Ponto 7 do COL e ver Apêndice 1 do R&C 2023
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2023	X			11 399,00 €	Ver ponto 7 do COL
EGP - artigo 32º e 33.º do EGP					
Não utilização de cartões de crédito	X				Ver ponto 8 a) do COL
Não reembolso de despesas de representação pessoal	X				Ver ponto 8 b) do COL
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	X				Ver ponto 8 c) do COL
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	X				Ver ponto 8 d) do COL
Despesas não documentadas ou confidenciais n.º 2 do artigo 16º do RJSP e artigo 11.º do EGP					
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	X				Ver ponto 9 do COL
Promoção de Igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014					
Elaboração e Divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	X				(http://www.adpinternacional.com/pt/sobre/sustentabilidade/estrategia-de-sustentabilidade/?id=142) (http://www.adpinternacional.com/pt/sobre/leves-de-informacao/?id=281) Ver ponto 10 do COL e Relatório de Sustentabilidade do Grupo AdP
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção					Ver ponto 12 do COL e www.adpinternacional.com
Contratação Pública					
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	X				Ver ponto 13 do COL
Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas	X				Ver ponto 13 do COL
Contratos submetidos a visto prévio do TC			X		Ver ponto 13 do COL
Adesão do Sistema Nacional de Compras Públicas			X		Ver ponto 14 do COL
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	X				Ver ponto 15 do COL
Princípio da Unidade de Tesouraria (art 28º do DL 133/2013)	X				Ver ponto 17 do COL
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	X			52 717,73 €	-
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	X			467 508,72 €	-
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	X			0,00 €	-
Auditorias do Tribunal de Contas			X		Ver ponto 18 do COL
Elaboração do Plano para a Igualdade, conforme determina o artº7 da Lei 62/2017, de 1 de agosto	X				(http://www.adpinternacional.com/pt/sobre/sustentabilidade/igualdade-de-genero/?id=285) Ver ponto 11 do COL
Apresentação da demonstração não financeira	X				Ver ponto 19 do COL

* - O Valor deste indicador não reflete a reclassificação efetuada no final de 2023, atendendo à não operacionalidade associada ao passo nele considerado.

Caso esta reclassificação tivesse ocorrido em janeiro de 2023 o valor do PMP seria inferior a 30 dias.





**CONTAS
DO EXERCÍCIO
2023**

ÍNDICE

Demonstração da posição financeira	133
Demonstração dos resultados e do rendimento integral	135
Demonstração das variações do capital próprio	136
Demonstração dos fluxos de caixa	137
Notas às demonstrações financeiras	139
1. Informação geral	139
2. Políticas contabilísticas relevantes, julgamentos e estimativas	139
3. Novas normas e alteração de políticas	141
4. Reexpressão das demonstrações financeiras	143
5. Políticas de gestão do risco financeiro	145
6. Ativos fixos tangíveis	149
7. Investimentos financeiros em subsidiárias	151
8. Empréstimos a empresas do Grupo	153
9. Clientes	157
10. Outros ativos correntes	159
11. Caixa e equivalentes de caixa	161
12. Capital próprio	161
13. Provisões, ativos e passivos contingentes	162
14. Empréstimos	164
15. Fornecedores e outros passivos correntes	166
16. Instrumentos financeiros por categoria do IFRS 9	168
17. Rédito de contratos com clientes	169
18. Fornecimentos e serviços externos	172
19. Gastos com pessoal	173
20. Amortizações, depreciações e reversões do exercício	174
21. Outros gastos operacionais	174
22. Outros rendimentos operacionais	175
23. Gastos financeiros	175
24. Rendimentos financeiros	175
25. Imposto sobre o rendimento	176
26. Saldos e transações com partes relacionadas	179
27. Informações exigidas por diploma legal	182
28. Eventos subsequentes	183

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

	NOTAS	31/12/2023	31/12/2022 (REEXPRESSO)	1/01/2022 (REEXPRESSO)
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativo fixo tangível	6	164 133	302 179	327 206
Ativos sob direito de uso		-	6 874	16 323
Investimentos financeiros em subsidiárias	7	5 002	5 002	5 002
Empréstimos a empresas do Grupo	8	521 175	521 175	821 175
Outros ativos financeiros		10 908	10 183	8 370
Impostos diferidos ativos	25	1 526 203	959 000	-
Total do Ativo não corrente		2 227 421	1 804 413	1 178 076
Ativo corrente				
Empréstimos a empresas do Grupo	8	102 550	100 742	50 932
Clientes	9	3 518 246	4 509 134	3 812 903
Imposto sobre o rendimento do exercício	25	32 523	5 072	37 023
Outros ativos correntes	10	245 760	318 126	459 531
Outros ativos financeiros		-	-	334 190
Caixa e equivalentes de caixa	11	522 166	704 676	649 728
Total do Ativo corrente		4 421 245	5 637 750	5 344 307
Total do Ativo		6 648 666	7 442 163	6 522 383
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital social	12	175 000	175 000	175 000
Reservas	12	175 087	175 087	175 087
Resultados transitados	12	(184 597)	(502 440)	(149 873)
Resultado líquido do exercício	12	(1 293 322)	317 843	(352 567)
Total do Capital próprio		(1 127 832)	165 490	(152 353)
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões	13	758 398	223 091	105 318
Empréstimos	14	-	3 300 000	3 600 000
Passivos da locação		-	-	7 106
Total do Passivo não corrente		758 398	3 523 091	3 712 424
Passivo corrente				
Empréstimos	14	4 274 293	1 014 655	409 831
Passivos da locação		-	6 936	9 553
Fornecedores e outros passivos correntes	15	2 743 807	2 731 991	2 542 928
Total do Passivo corrente		7 018 100	3 753 582	2 962 312
Total do Passivo		7 776 498	7 276 673	6 674 736
Total do Passivo e do Capital Próprio		6 648 666	7 442 163	6 522 383

O Conselho de Administração

Carla da Conceição Afonso Correia
(Presidente executivo)

António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura
(Vogal executivo)

Andrew Donnelly
(Vogal executivo)

O Contabilista Certificado

Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DO RENDIMENTO INTEGRAL

	NOTAS	31/12/2023	31/12/2022 (REEXPRESSO)
Rédito de contratos com clientes	17	5 233 395	7 203 118
Fornecimentos e serviços externos	18	(2 901 438)	(4 469 970)
Gastos com pessoal	19	(2 094 454)	(2 205 110)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	20	(144 920)	(150 902)
Provisões e reversões do exercício	13	(615 307)	(117 773)
Perdas por imparidade e reversões do exercício	13	-	28 404
Outros gastos e perdas operacionais	21	(1 541 827)	(1 215 844)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	22	519 121	433 597
Resultados operacionais		(1 545 430)	(494 480)
Gastos financeiros	23	(264 309)	(143 654)
Rendimentos financeiros	24	6 362	61 902
Resultados antes de impostos		(1 803 377)	(576 232)
Imposto sobre o rendimento do exercício	25	(57 148)	(64 925)
Imposto diferido	25	567 203	959 000
Resultado líquido do exercício		(1 293 322)	317 843
Rendimento integral		(1 293 322)	317 843
Resultado por ação (básico e diluído)	12	(36,95)	9,08
Rendimento integral por ação (básico e diluído)	12	(36,95)	9,08

O Conselho de Administração

Carla da Conceição Afonso Correia
(Presidente executivo)

António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura
(Vogal executivo)

Andrew Donnelly
(Vogal executivo)

O Contabilista Certificado

Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	RESERVA CAMBIAL	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO LÍQUIDO	TOTAL
Saldos 31 dezembro 2021 (publicado)	175 000	35 303	139 784	(149 873)	38 215	238 429
Movimentos com impacto no resultado líquido	-	-	-	-	(390 782)	(390 782)
Saldos 1 janeiro 2022 (reexpresso)	175 000	35 303	139 784	(149 873)	(352 567)	(152 353)
Aplicação do resultado de 2021	-	-	-	(352 567)	352 567	-
Resultado líquido do exercício de 2022	-	-	-	-	317 843	317 843
Saldos 31 dezembro 2022 (reexpresso)	175 000	35 303	139 784	(502 440)	317 843	165 490
Aplicação do resultado de 2022	-	-	-	317 843	(317 843)	-
Resultado líquido do exercício de 2023	-	-	-	-	(1 293 322)	(1 293 322)
Saldos 31 dezembro 2023	175 000	35 303	139 784	(184 597)	(1 293 322)	(1 127 832)

O Conselho de Administração

Carla da Conceição Afonso Correia
(Presidente executivo)

António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura
(Vogal executivo)

Andrew Donnelly
(Vogal executivo)

O Contabilista Certificado

Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	NOTAS	2023	2022
Atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	9	5 320 563	5 918 511
Pagamentos a fornecedores		(2 927 847)	(4 495 824)
Pagamentos ao pessoal		(2 045 974)	(2 186 435)
Fluxo gerado pelas operações		346 742	(763 748)
Recebimentos / (Pagamentos) do Imposto sobre o rendimento		(84 080)	125 009
Outros pagamentos relativos à atividade operacional		(109 323)	(176 231)
Fluxo gerado por outras atividades operacionais		(193 403)	(51 222)
Fluxo de atividades operacionais		153 339	(814 970)
Atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Outros ativos financeiros		-	524 627
Empréstimos concedidos	8	-	250 000
Juros e rendimentos similares		5 919	63 660
Fluxo dos recebimentos de atividades de investimento		5 919	838 287
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-	(110 444)
Fluxo dos pagamentos de atividades de investimento		-	(110 444)
Fluxo das atividades de investimento		5 919	727 843
Atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	14	2 850 000	2 710 000
Fluxo dos Recebimentos de atividades de financiamento		2 850 000	2 710 000
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	14	(2 905 000)	(2 410 000)
Capital de passivos da locação		(6 936)	(9 723)
Juros e gastos similares		(272 216)	(148 661)
Fluxo dos pagamentos de atividades de financiamento		(3 184 152)	(2 568 384)
Fluxo das atividades de financiamento		(334 152)	141 616
Varição de caixa e seus equivalentes		(174 894)	54 489
Caixa e seus equivalentes no início do período	11	704 676	649 728
Varição cambial		(7 616)	459
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11	522 166	704 676
Varição de caixa e seus equivalentes		(174 894)	54 489

O Conselho de Administração

Carla da Conceição Afonso Correia
(Presidente executivo)

António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura
(Vogal executivo)

Andrew Donnelly
(Vogal executivo)

O Contabilista Certificado

Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. INFORMAÇÃO GERAL

1.1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

A AdP – Águas de Portugal Internacional – Serviços Ambientais, S.A. (adiante designada também por Empresa ou AdP Internacional), com sede na Rua Visconde Seabra, n.º 3, 5.º piso, em Lisboa, foi constituída em 25 de janeiro de 2001.

É acionista da AdP Internacional a AdP – Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A. com 100% do Capital Social.

1.2 ATIVIDADE ECONÓMICA

A Empresa foi constituída no decurso da aprovação do novo modelo organizativo do Grupo Águas de Portugal, com o propósito de realizar atividades no âmbito da gestão, manutenção e exploração de serviços públicos e outros, nomeadamente de sistemas de captação, tratamento, adução, reserva e distribuição de água para consumo público e outros afins, e de recolha, tratamento, rejeição e reciclagem de efluentes urbanos, industriais e outros, e a consultoria e prestação de serviços nas mesmas áreas, em áreas semelhantes, acessórias ou complementares, e noutros sectores das indústrias do ambiente, no mercado internacional.

A Empresa tem sucursais em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.

1.3 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 22 de março de 2024. É opinião do Conselho de Administração que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa. É expectativa do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras serão aprovadas em Assembleia Geral sem alterações.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES, JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo “*International Accounting Standards Board*” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “*International Financial Reporting Interpretations Committee*” (“IFRIC”) ou pelo anterior “*Standing Interpretations Committee*” (“SIC”), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2023.

As informações materiais sobre as políticas contabilísticas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas nas respetivas notas relacionadas com as demonstrações financeiras. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR).

As demonstrações financeiras da AdP Internacional foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações e segundo a base do custo histórico. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e suposições que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os

resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e suposições adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.2 CONVERSÃO CAMBIAL

2.2.1 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da AdP Internacional, estão mensuradas na moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras da AdP Internacional e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

2.2.2 TRANSAÇÕES E SALDOS

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações bem como da conversão pela taxa à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto quando respeitam a uma extensão do investimento numa operação estrangeira, situação em que serão diferidos em capital próprio de acordo com o IAS 21. Os elementos não monetários valorizados ao justo valor são atualizados pela taxa de câmbio à data da determinação do mesmo, sendo o efeito da variação cambial registado conjuntamente com a variação registada no justo valor desses mesmos elementos. As diferenças cambiais apuradas, são assim registadas em resultados do exercício ou em "Outras reservas", consoante o registo apropriado para o reconhecimento de ganhos ou perdas para o elemento não monetário em causa. A conversão em moeda funcional da AdP Internacional de elementos não monetários valorizados ao custo histórico é obtida pela aplicação da taxa de câmbio à data da transação.

2.2.3 COTAÇÕES UTILIZADAS

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de transações expressas em moeda diferente do euro ou para a atualização de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

PAÍS	MOEDA	31.12.2023		31.12.2022	
		MÉDIO	FINAL	MÉDIO	FINAL
Cabo Verde	Escudo C.V.	110,27	110,27	110,27	110,27
Moçambique	Meticais	68,49	69,87	66,38	67,45
E.U.A.	USD	1,08	1,105	1,0589	1,0666
Angola	Kwanza	759,55	930,96	476,009	537,566
Guiné-Bissau	Franco CFA ocidental	655,957	655,957	655,957	655,957
São Tomé e Príncipe	Dobra São Tomense	24.500	24.500	24.500	24.500

Fonte: Banco de Portugal

2.3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da AdP Internacional são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte, encontram-se descritos ao longo do Anexo nas divulgações associadas às respetivas rubricas:

- Nota 7.2 - Imparidade para investimentos financeiros em subsidiárias
- Nota 8.2 - Imparidade para ativos financeiros
- Nota 13.2 – Provisões, ativos e passivos contingentes
- Nota 25.2 – Impostos diferidos

2.4 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data da Demonstração da Posição Financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da Demonstração da Posição Financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da Demonstração da Posição Financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da Demonstração da Posição Financeira, se materiais são divulgados nas notas às Demonstrações financeiras.

3. NOVAS NORMAS E ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS

3.1 ALTERAÇÕES VOLUNTÁRIAS DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 apresentada nos comparativos.

3.2 NOVAS NORMAS, INTERPRETAÇÕES E ALTERAÇÕES, COM DATA DE ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE 1 DE JANEIRO DE 2023

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

DESCRIÇÃO	ALTERAÇÃO	DATA EFETIVA
IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados, em termos de agregação, reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação.	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa	Esta alteração permite evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um “overlay” na classificação de um ativo financeiro, para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9.	1 de janeiro de 2023
IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas “materiais”, em detrimento de políticas contabilísticas “significativas”	1 de janeiro de 2023
IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas	1 de janeiro de 2023

DESCRIÇÃO	ALTERAÇÃO	DATA EFETIVA
IAS 12 - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais	1 de janeiro de 2023
IAS 12 – International Tax Reform – Pillar two model rules	Isenção temporária nos requisitos de reconhecimento e divulgação de informação sobre impostos diferidos ativos e passivos relacionados com o Pilar 2 do imposto sobre o rendimento.	Imediatamente ou 1 de janeiro de 2023

Da aplicação destas novas normas não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Empresa.

3.3 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES JÁ EMITIDAS MAS QUE AINDA NÃO SÃO OBRIGATÓRIAS

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2024 e que a Empresa não adotou antecipadamente são as seguintes:

- *Já endossadas pela UE*

DESCRIÇÃO	ALTERAÇÃO	DATA EFETIVA
IAS 1 - Passivos não correntes com "covenants"	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses, após a data de relato, quando sujeito a "covenants".	1 de janeiro de 2024
IFRS 16 – Passivos de locação em transações de venda e relocação	Requisitos de contabilização de transações de venda e relocação após a data da transação, quando alguns ou todos os pagamentos da locação são variáveis.	1 de janeiro de 2024

- *Ainda não endossadas pela UE*

DESCRIÇÃO	ALTERAÇÃO	DATA EFETIVA
IAS 7 e IFRS 7 – Acordos de financiamento de fornecedores	Requisitos de divulgação adicionais sobre acordos de financiamento de fornecedores (ou "reverse factoring"), o impacto nos passivos e fluxos de caixa, bem como o impacto na análise de risco de liquidez e como é que a entidade seria afetada caso estes acordos deixassem de estar disponíveis.	1 de janeiro de 2024
IAS 21 – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade	Requisitos para determinar se uma moeda é passível de ser trocada por outra moeda e quando não for possível efetuar a troca por um longo período, as opções para calcular a taxa de câmbio à vista a utilizar. Divulgação dos impactos desta situação na liquidez, performance financeira e situação patrimonial da entidade, bem como a taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato.	1 de janeiro de 2025

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Empresa após 1 de janeiro de 2024.

4. REEXPRESSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações da posição financeira, dos resultados e do rendimento integral e das variações do capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para efeitos comparativos, foram reexpressas em conformidade com as IFRS.

Os efeitos, na demonstração das variações do capital próprio em 1 de janeiro de 2022 e 31 de dezembro de 2022, da correção de erros, apresentam-se da seguinte forma:

DESCRIÇÃO (MONTANTES LÍQUIDOS DO EFEITO FISCAL, QUANDO APLICÁVEL)	31/12/2022			1/01/2022
	CAPITAL PRÓPRIO (SEM RESULTADO LÍQUIDO)	RESULTADO LÍQUIDO	TOTAL	CAPITAL PRÓPRIO
Demonstrações financeiras publicadas	238 429	974 589	1 213 018	238 429
Reexpressão por erros:				
- excesso de crédito de contrato com clientes	(390 782)	(656 746)	(1 047 528)	(390 782)
Demonstrações financeiras reexpressas	(152 353)	317 843	165 490	(152 353)

Assim, as diferenças decorrentes de erros com impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade são as seguintes:

- Correção de erros materiais ocorridos em anos anteriores resultantes de incorreto apuramento do crédito de contratos com clientes por erros matemáticos, interpretações incorretas das condições contratuais e insuficiência de gastos estimados para a execução contratual.

Os efeitos na demonstração da posição financeira em 1 de janeiro de 2022 e 31 de dezembro de 2022, da correção dos erros, apresenta-se da seguinte forma:

	31/12/2022			01/01/2022		
	PUBLICADO	ERROS	REEXPRESSO	PUBLICADO	ERROS	REEXPRESSO
ATIVO						
Ativo não corrente						
Ativo fixo tangível	302 179	-	302 179	327 206	-	327 206
Ativos sob direito de uso	6 874	-	6 874	16 323	-	16 323
Investimentos financeiros em subsidiárias	5 002	-	5 002	5 002	-	5 002
Empréstimos a empresas do Grupo	521 175	-	521 175	821 175	-	821 175
Outros ativos financeiros	10 184	-	10 184	8 370	-	8 370
Impostos diferidos ativos	680 542	278 458	959 000	-	-	-
Total do Ativo não corrente	1 525 956	278 458	1 804 414	1 178 076	-	1 178 076
Ativo corrente						
Empréstimos a empresas do Grupo	100 742	-	100 742	50 932	-	50 932
Clientes	5 835 120	(1 325 986)	4 509 134	4 203 685	(390 782)	3 812 903
Imposto sobre o rendimento do exercício	5 072	-	5 072	37 023	-	37 023
Outros ativos correntes	318 126	-	318 126	459 531	-	459 531
Outros ativos financeiros	-	-	-	334 191	-	334 191
Caixa e equivalentes de caixa	704 676	-	704 676	649 728	-	649 728
Total do Ativo corrente	6 963 737	(1 325 986)	5 637 751	5 735 090	(390 782)	5 344 308
Total do Ativo	8 489 693	(1 047 528)	7 442 165	6 913 165	(390 782)	6 522 383
CAPITAL PRÓPRIO						
Capital social	175 000	-	175 000	175 000	-	175 000
Reservas	175 087	-	175 087	175 087	-	175 087
Resultados transitados	(111 658)	(390 782)	(502 440)	(149 873)	-	(149 873)
Resultado líquido do exercício	974 589	(656 746)	317 843	38 215	(390 782)	(352 567)
Total do Capital próprio	1 213 018	(1 047 528)	165 490	238 429	(390 782)	(152 353)
PASSIVO						
Passivo não corrente						

Provisões	223 091	-	223 091	105 318	-	105 318
Empréstimos	3 300 000	-	3 300 000	3 600 000	-	3 600 000
Passivos da locação	-	-	-	7 106	-	7 106
Total do Passivo não corrente	3 523 091	-	3 523 091	3 712 424	-	3 712 424
Passivo corrente						
Empréstimos	1 014 655	-	1 014 655	409 831	-	409 831
Passivos da locação	6 936	-	6 936	9 553	-	9 553
Fornecedores e outros passivos correntes	2 731 993	-	2 731 993	2 542 928	-	2 542 928
Total do Passivo corrente	3 753 584	-	3 753 584	2 962 312	-	2 962 312
Total do Passivo	7 276 675	-	7 276 675	6 674 736	-	6 674 736
Total do Passivo e do Capital Próprio	8 489 693	(1 047 528)	7 442 165	6 913 165	(390 782)	6 522 383

Os efeitos na demonstração dos resultados e do rendimento integral no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, da correção dos erros, apresenta-se da seguinte forma:

	31/12/2022		
	PUBLICADO	ERROS	REEXPRESSO
Rédito de contratos com clientes	8 138 322	(935 204)	7 203 118
Fornecimentos e serviços externos	(4 469 970)	-	(4 469 970)
Gastos com pessoal	(2 205 110)	-	(2 205 110)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	(150 902)	-	(150 902)
Provisões e reversões do exercício	(117 773)	-	(117 773)
Perdas por imparidade e reversões do exercício	28 404	-	28 404
Outros gastos e perdas operacionais	(1 215 844)	-	(1 215 844)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	433 597	-	433 597
Resultados operacionais	440 724	(935 204)	(494 480)
Gastos financeiros	(143 654)	-	(143 654)
Rendimentos financeiros	61 902	-	61 902
Resultados antes de impostos	358 972	(935 204)	(576 232)
Imposto sobre o rendimento do exercício	(64 925)	-	(64 925)
Imposto diferido	680 542	278 458	959 000
Resultado líquido do exercício	974 589	(656 746)	317 843
Rendimento integral	974 589	(656 746)	317 843
Resultado por ação (básico e diluído)	27,85		9,08
Rendimento integral por ação (básico e diluído)	27,85		9,08

5. POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

5.1 FATORES DE RISCO

As atividades da AdP Internacional estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (risco de taxa de juro, risco fluxos de caixa associado à taxa de juro e risco de taxa de câmbio). O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP Internacional e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas

que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

5.2 RISCO DE MERCADO

5.2.1 RISCO DE TAXA DE JURO

O risco da taxa de juro da AdP Internacional advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a AdP Internacional ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a AdP Internacional ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da AdP Internacional.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE À VARIAÇÃO DE TAXA DE JURO

	31.12.2023	TAXA MÉDIA +1%	TAXA MÉDIA -1%
Juros (gastos) à taxa variável	(253 052)	(295 778)	(210 328)

Impacto da variação de taxa mensurada num prazo de doze meses.

5.2.2 RISCO DE TAXA DE CÂMBIO

A exposição ao risco de câmbio da AdP Internacional corresponde essencialmente à operação desenvolvida pela sucursal em Angola. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional da AdP Internacional. A Tesouraria Central do Grupo AdP é responsável pela gestão da exposição líquida do Grupo AdP em cada divisa, contratando *swaps* centralmente, com vista a minimizar os riscos comerciais, ativos e passivos reconhecidos, quando entenda ser necessário. A AdP Internacional apresenta saldos denominados em moeda estrangeira, expostos ao risco de taxa de câmbio. A exposição cambial inerente aos ativos líquidos em moeda estrangeira é gerida através da contratação de empréstimos na mesma moeda, sem que tal se justifique.

5.3 RISCO DE LIQUIDEZ E DE CAPITAL

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da AdP Internacional pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A AdP Internacional efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito junto do acionista que permitem o acesso imediato a fundos.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AdP Internacional por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

2023	< 1 ANO	1 A 5 ANOS	> 5 ANOS
Empréstimos do acionista	4 274 293	-	-

LINHAS DE CRÉDITO DE CURTO PRAZO CONTRATUALIZADAS

RISCO DE LIQUIDEZ (MILHARES EUROS)	VALOR DO PLANFOND DISPONÍVEL	VALOR DO PLANFOND USADO	VALOR DO PLANFOND NÃO USADO
Suprimentos (AdP SGPS)	4 000	(4 000)	-
Apoios de tesouraria (AdP SGPS)	3 000	(245)	2 755
	7 000	(4 245)	2 755

O objetivo da AdP SGPS (empresa-mãe da AdP Internacional) em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da Demonstração da Posição Financeira, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco do capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política do Grupo é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A. (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas participadas. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência fiscal e redução do custo médio de capital.

	2023	2022
Suprimentos obtidos (Grupo)	4 000 000	3 300 000
Apoios de tesouraria obtidos (Grupo)	245 000	1 000 000
Disponibilidades	(522 166)	(704 676)
Endividamento líquido	3 722 834	3 595 324
Total do capital próprio	(1 293 322)	165 490
Capital	(1 293 322)	165 490
Dívida/total do capital	(2,88)	21,73

O modelo de financiamento da AdP Internacional assenta fundamentalmente em duas grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, nos empréstimos do acionista e no capital próprio.

5.4 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a AdP Internacional. A AdP Internacional está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

5.4.1 CONTRAPARTE DE EXPLORAÇÃO

O risco de crédito das operações está essencialmente relacionado com créditos por serviços prestados a clientes e a suprimentos concedidos. Este risco é em teoria reduzido dadas as características do serviço prestado a empresas institucionais dos países onde opera a AdP Internacional (na maioria das vezes entidades governamentais ou para-governamentais). No entanto dada a situação económica e financeira, particularmente de Angola, e alguns atrasos efetivos em alguns valores a receber, podem ter implicações diretas no risco de crédito.

A composição da carteira de clientes da Empresa tem 2 naturezas: (i) grandes clientes industriais e outras entidades; e (ii) empresas do Grupo AdP.

I. GRANDES CLIENTES INDUSTRIAIS E OUTRAS ENTIDADES:

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio, na medida em que se tratam de clientes institucionais dos países onde opera a AdP Internacional (na maioria das vezes entidades governamentais ou para-governamentais). Contudo, anualmente são avaliadas as perdas esperadas por imparidade por risco de crédito, numa base individual, tendo em consideração os seguintes fatores: i) o prazo médio de recebimento; ii) a condição financeira do cliente; e iii) a evolução macroeconómica.

II. EMPRESAS DO GRUPO ADP:

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado baixo.

Em 31 de dezembro de 2023 a exposição ao risco de crédito tem o seguinte detalhe:

SEGMENTO DE NEGÓCIO	GRANDES CLIENTES INDUSTRIAIS E OUTRAS ENTIDADES	EMPRESAS DO GRUPO	TOTAL (NOTA 9)
TIPOLOGIA DE CLIENTES			
RISCO	Médio	Baixo	
Exposição bruta	2 342 290	1 939 026	4 281 316
Imparidade	-	(763 070)	(763 070)
Exposição líquida	2 342 290	1 175 956	3 518 246

5.4.2 CONTRAPARTE DE DEPÓSITOS

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AdP Internacional ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2023 e 2022, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

ATIVOS FINANCEIROS	2023	2022
Depósitos à ordem (Nota 11)	520 226	702 723

RATING		2023	2022
A-	(a)	53 815	1 742
BBB+	(a)	286 689	311 471
BBB		687	79 626
BBB-		2 499	-
BB		-	2 622
não disponível	(b)	176 536	307 262
		520 226	702 723

Nota: notação de rating da Fitch obtida nos sites das instituições financeiras em fevereiro de 2024.

- (a) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 inclui depósitos à ordem junto da Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. no montante de 52.718 Euros e 310.189 euros, respetivamente.
- (b) Corresponde aos depósitos à ordem das sucursais em instituições financeiras nos respetivos países (Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde).

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

6.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado de forma linear por duodécimos em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados na quantia escriturada do ativo.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do ativo.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

DEPRECIAÇÕES

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são as seguintes:

NATUREZAS	VIDA ÚTIL (ANOS)
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	5-10

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos detidos para venda.

No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização pela AdP Internacional. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contábilística e alvo de aplicação prospectiva.

IMPARIDADE

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registrar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

DETERMINAÇÃO DA QUANTIA RECUPERÁVEL DOS ATIVOS

A quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

REVERSÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

DESRECONHECIMENTO

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contábilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

6.2 DETALHE E MOVIMENTO

O detalhe dos ativos fixos tangíveis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	2023	2022
Equipamento de transporte	156 926	286 732
Equipamento administrativo	7 207	15 447
	164 133	302 179

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	31/12/2022				31/12/2023		
	ATIVO BRUTO	DEPRECIACOES ACUMULADAS	ATIVO LÍQUIDO	DEPRECIACOES DO EXERCÍCIO (NOTA 20)	ATIVO BRUTO	DEPRECIACOES ACUMULADAS	ATIVO LÍQUIDO
Equipamento de transporte	596 058	(309 326)	286 732	(129 806)	596 058	(439 132)	156 926
Equipamento administrativo	133 796	(118 349)	15 447	(8 240)	133 796	(126 589)	7 207
	729 854	(427 675)	302 179	(138 046)	729 854	(565 721)	164 133

	1/01/2022					ALIENAOES E ABATES		31/12/2022		
	ATIVO BRUTO	DEPRECIACOES ACUMULADAS	ATIVO LÍQUIDO	AQUISIOES	DEPRECIACOES DO EXERCÍCIO (NOTA 20)	ATIVO BRUTO	DEPRECIACOES ACUMULADAS	ATIVO BRUTO	DEPRECIACOES ACUMULADAS	ATIVO LÍQUIDO
Equipamento de transporte	541 764	(236 036)	305 728	112 878	(131 874)	(58 584)	58 584	596 058	(309 326)	286 732
Equipamento administrativo	130 248	(108 770)	21 478	3 548	(9 579)	-	-	133 796	(118 349)	15 447
	672 012	(344 806)	327 206	116 426	(141 453)	(58 584)	58 584	729 854	(427 675)	302 179

7. INVESTIMENTOS FINANCEIROS EM SUBSIDIÁRIAS

7.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a AdP Internacional tem controlo. A AdP Internacional controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direitos sobre retornos variáveis do seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder sobre a entidade. As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data em que o controlo  transferido para a AdP Internacional. A consolidação  interrompida a partir da data em que o controlo cessa.

A AdP Internacional aplica o método da compra na contabilização das suas aquisioes de negócios. A quantia transferida na aquisição da subsidiária  o justo valor dos ativos entregues, passivos assumidos ou incorridos para com os anteriores donos e dos instrumentos de capital emitidos pela AdP Internacional. A quantia transferida inclui o justo valor de qualquer ativo e passivo que resulte de quaisquer acordos contingentes. Os ativos e passivos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos numa aquisição de negócios são mensurados inicialmente pelo seu justo valor  data da aquisição independentemente da existência e interesses que não controlam. Os custos diretamente imputáveis  aquisição são reconhecidos em resultados quando incorridos.

As subsidiárias são reconhecidas na Demonstração da Posição Financeira da AdP Internacional na data da obtenção de controlo ou influência significativa, ou de negociação ou da contratação, que  a data em que a AdP Internacional se compromete a adquirir ou alienar o ativo. Na transição as participaoes financeiras foram reconhecidas de acordo

com o custo presumido ou custo considerado, ou seja pelo valor que foi transposto das demonstrações financeiras preparadas de acordo com o anterior normativo naquela data, em alternativa ao custo de aquisição.

No momento inicial, as subsidiárias são reconhecidas pelo custo de aquisição acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis. Estes ativos são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da AdP Internacional ao recebimento dos seus fluxos de caixa; (ii) a AdP Internacional tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a AdP Internacional tenha transferido o controlo sobre os ativos.

O reconhecimento de dividendos é registado em resultados na data em que estes forem declarados.

A Empresa não apresenta demonstrações financeiras consolidadas por as suas demonstrações financeiras e das suas subsidiárias serem integradas nas demonstrações financeiras consolidadas da acionista da Empresa – AdP SGPS.

IMPARIDADE PARA INVESTIMENTOS FINANCEIROS EM SUBSIDIÁRIAS

Os investimentos financeiros em subsidiárias são analisados à data de cada Demonstração da Posição Financeira de forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável da participação financeira é avaliado. Sempre que a quantia escriturada de uma participação financeira excede a quantia recuperável, é reduzida até ao montante recuperável sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício. A quantia recuperável das participações financeiras em subsidiárias e associadas corresponde ao maior entre o valor de uso e o valor de venda. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

7.2 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, nomeadamente a geração de resultados líquidos negativos consecutivos por parte das subsidiárias. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor das participações financeiras e, subsidiárias e associadas implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. Face à intenção da AdP Internacional manter as participações financeiras e de não ter a intenção de venda, para as subsidiárias que consecutivamente geram resultados líquidos negativos a AdP Internacional assume que a quantia recuperável corresponde ao valor do capital próprio dessas subsidiárias.

7.3 DETALHE E MOVIMENTO

O detalhe dos investimentos financeiros em subsidiárias em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	2023	2022
AdPTimor	5 002	5 002
Aquatec	-	-
	5 002	5 002

A informação financeira das subsidiárias em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

SUBSIDIÁRIA	SEDE	% DE CAPITAL DETIDO	MOEDA	CAPITAL SOCIAL	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO
AdPTimor Leste, Unipessoal, Lda.	Timor-Leste	100%	USD	5 000	(1 015 408)	(518 476)
Aquatec, Lda.	Maputo - Moçambique	100%	MZN	2 476 580	(68 792 911)	(913 882)

8. EMPRÉSTIMOS A EMPRESAS DO GRUPO

8.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

CLASSIFICAÇÃO

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros pelo custo amortizado;
- b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados:
 - i. Ativos financeiros detidos para negociação;
 - ii. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados;
 - iii. Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

Face à atividade da AdP Internacional, a AdP Internacional apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado. Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros pelo custo amortizado", quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- ii. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, essencialmente aplicações em Instituições de Crédito, títulos de dívida pública, Crédito a clientes e a empresas do Grupo (suprimentos).

AVALIAÇÃO DO MODELO DE NEGÓCIO PARA A GESTÃO DE ATIVOS FINANCEIROS

Em relação à avaliação do modelo de negócio, não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos

ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

AVALIAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DOS FLUXOS CONTRATUAIS DOS ATIVOS FINANCEIROS

(SPPI)

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), a AdP Internacional determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excepcionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

RECONHECIMENTO INICIAL

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros ativos que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, que não teriam sido incorridos se a AdP Internacional não tivesse efetuado a transação.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS 15 - Réditos de contratos com os clientes.

MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE

Após o seu reconhecimento inicial, a AdP Internacional valoriza os ativos financeiros pelo custo amortizado, ao justo valor através de outro rendimento integral ou ao justo valor através de resultados. Face à atividade da AdP Internacional, a AdP Internacional apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado.

As receitas e as despesas de instrumentos financeiros pelo custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade);
- b) As restantes alterações de valor são reconhecidas como receita ou despesa quando o instrumento for desreconhecido do balanço, quando for reclassificado e, no caso de ativos financeiros, quando ocorrerem perdas de imparidade ou ganhos na sua recuperação.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro, a AdP Internacional recalcula o valor bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os saldos de clientes e outras contas a receber sem componente de financiamento correspondem a valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela AdP Internacional no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor.

CRÉDITO ABATIDO AO ATIVO (*WRITE-OFF*)

A AdP Internacional reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pela AdP Internacional se revelarem infrutíferas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas “Clientes”, “Empréstimos a empresas do Grupo” e “Outros ativos financeiros”, a AdP Internacional aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas.

O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de *default* anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de *default* anual que reflete a posição atual e projeções futuras tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto que a perda na eventualidade de *default* representa a perda expectável quando o *default* ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço dos ativos financeiros é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de imparidade.

Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Genericamente a AdP Internacional não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remoto.

RECLASSIFICAÇÃO ENTRE CARTEIRAS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com os requisitos do IFRS 9, a reclassificação entre carteiras de instrumentos financeiros apenas pode ocorrer no caso de a AdP Internacional decidir alterar o modelo de negócio para a gestão de uma carteira de ativos financeiros. Esta reclassificação seria efetuada de forma prospetiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem do IFRS 9, geralmente as alterações no modelo de negócio ocorrem com pouca frequência.

POLÍTICA DE DESRECONHECIMENTO

Um ativo financeiro é total ou parcialmente desreconhecido quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa desse ativo expiram ou quando são transferidos para um terceiro independente da entidade.

O tratamento contabilístico a aplicar às transferências de ativos depende do grau e da forma como se transferem para terceiros os riscos e benefícios associados à propriedade dos ativos:

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro, são substancialmente transferidos para terceiros (no caso de, entre outros, vendas incondicionais, vendas com acordo de recompra pelo justo valor na data de recompra, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou venda adquirida emitida sem dinheiro e em securitizações de ativos nos quais o cedente não retém financiamento subordinado ou concede qualquer tipo de reforço de crédito aos novos detentores), este ativo é desreconhecido do balanço, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retidos ou resultantes da transferência;

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro transferido são substancialmente retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com acordo de recompra por um preço fixo ou pelo preço de venda mais a rentabilidade usual de um credor, os contratos de empréstimo de títulos em que o mutuário tem a obrigação de devolver os mesmos ou similares) não são desreconhecidos no balanço e continuam a ser valorizados com os mesmos critérios utilizados antes da transferência, sendo reconhecido em termos contabilísticos:
 - Um passivo financeiro associado por um valor igual à retribuição recebida, que é subsequentemente valorizada ao custo amortizado, a menos que cumpra os requisitos para ser classificado como outros passivos pelo justo valor através de resultados.
 - O rendimento do ativo financeiro transferido, mas não desreconhecido, e as despesas do novo passivo financeiro, sem compensação.
- Se os riscos e benefícios, inerentes a um ativo financeiro transferido, não forem substancialmente transferidos ou retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou de venda, securitizações em que o cedente assume financiamento subordinado ou outros tipos de melhoria de crédito para uma parte do ativo transferido), distingue-se entre
 - Se a entidade cedente não retém o controlo do ativo financeiro transferido, ele é desreconhecido do balanço qualquer direito ou obrigação retida ou resultante da transferência é reconhecida.
 - Se a entidade cedente retém o controlo do ativo financeiro transferido, continua a reconhecê-lo no balanço por um valor igual à sua exposição com as alterações de valor que possa ter e reconhece um passivo associado ao ativo financeiro transferido. O valor líquido do ativo transferido e do passivo associado será ao custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o ativo for mensurado pelo custo amortizado, ou pelo justo valor dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo justo valor.

8.2 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As perdas por imparidade para empréstimos a subsidiárias são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. Os empréstimos a empresas do Grupo, face à sua natureza, o risco de imparidade é reduzido, sendo o mesmo um reflexo da existência de capitais próprios negativos das subsidiárias. Neste sentido não foram efetuadas análises de sensibilidade.

8.3 DETALHE E MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o detalhe de Empréstimos a Empresas do Grupo é como segue:

	2023			2022		
	NÃO CORRENTE	CORRENTE	TOTAL	NÃO CORRENTE	CORRENTE	TOTAL
Suprimentos:						
AdPTimor	1 888 003	100 000	1 988 003	1 888 003	100 000	1 988 003
Aquatec	1 216 053	-	1 216 053	1 216 053	-	1 216 053
	3 104 056	100 000	3 204 056	3 104 056	100 000	3 204 056
Juros corridos	-	2 550	2 550	-	742	742
	3 104 056	102 550	3 206 606	3 104 056	100 742	3 204 798
Imparidade (Nota 13.3)	(2 582 881)	-	(2 582 881)	(2 582 881)	-	(2 582 881)
	521 175	102 550	623 725	521 175	100 742	621 917

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o detalhe da alocação da imparidade por subsidiária é como segue:

	2023			2022		
	VALOR BRUTO	IMPARIDADE	VALOR LÍQUIDO	VALOR BRUTO	IMPARIDADE	VALOR LÍQUIDO
AdPTimor	1 988 003	(1 373 859)	614 144	1 988 003	(1 373 859)	614 144
Aquatec	1 216 053	(1 209 022)	7 031	1 216 053	(1 209 022)	7 031
	3 204 056	(2 582 881)	621 175	3 204 056	(2 582 881)	621 175

O movimento ocorrido nos Empréstimos a empresas do Grupo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi como segue:

	2023			2022		
	NÃO CORRENTE	CORRENTE	TOTAL	NÃO CORRENTE	CORRENTE	TOTAL
Saldo inicial	3 104 056	100 000	3 204 056	3 404 056	50 000	3 454 056
Utilização do crédito	-	-	-	-	-	-
Reembolso de capital	-	-	-	(200 000)	(50 000)	(250 000)
Reclassificação de não corrente para corrente	-	-	-	(100 000)	100 000	-
Saldo final	3 104 056	100 000	3 204 056	3 104 056	100 000	3 204 056

9. CLIENTES

9.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Para as políticas contabilísticas relativas aos Clientes, consultar divulgações na nota 8.1.

9.2 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As perdas por imparidade para clientes são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. O risco de crédito das operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes. Este risco é em teoria reduzido dadas as características do serviço prestado a empresas institucionais dos países onde opera a AdP Internacional (na maioria das vezes entidades governamentais ou para-governamentais). No entanto dada a situação económica e financeira, particularmente de Angola, e alguns atrasos efetivos em alguns valores a receber, podem ter implicações diretas no risco de crédito.

9.3 DETALHE E MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o detalhe dos Clientes é como segue:

		2023	2022
Empresas do Grupo		1 810 894	1 740 351
Clientes nacionais	(a)	93 551	274 359
Clientes internacionais	(a)	2 096 689	1 930 468
		4 001 134	3 945 178
Ativos contratuais - Estimativa de serviços a faturar	(b)	280 182	2 788 926
		4 281 316	6 734 104
Imparidade (Nota 13.3)	(a)	(763 070)	(2 224 970)
		3 518 246	4 509 134

- (a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Empresa utilizou imparidade no montante de 1.461.900 Euros que tinha sido constituída em anos anteriores e que respeitava a dívida de clientes nacionais e

internacionais com antiguidade superior a 24 meses. Em 31 de dezembro de 2023 a imparidade corresponde às subsidiárias AdPTimor (596.283 Euros) e Aquatec (166.787 Euros).

- (b) Esta rubrica corresponde ao crédito por prestação de serviços no âmbito de contratos com clientes, que apesar de não ter sido faturado corresponde a *performance obligations* executadas (serviços prestados e ainda não faturados).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a antiguidade da dívida de Clientes era a seguinte:

31 de dezembro de 2023

TIPOLOGIA DE CLIENTES	GRANDES CLIENTES INDUSTRIAIS E OUTRAS ENTIDADES			EMPRESAS DO GRUPO					
	EXPOSIÇÃO BRUTA	IMPARIDADE	% PERDA	EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	EXPOSIÇÃO BRUTA	IMPARIDADE	% PERDA	EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	EXPOSIÇÃO LÍQUIDA TOTAL
Não vencida	924 088	-	0,0%	924 088	147 047	-	0,0%	147 047	1 071 135
Vencida até 180 dias	1 255 669	-	0,0%	1 255 669	30 960	-	0,0%	30 960	1 286 629
Vencida há mais de 180 dias	162 533	-	0,0%	162 533	1 761 019	(763 070)	-43,3%	997 949	1 160 482
	2 342 290	-	0,0%	2 342 290	1 939 026	(763 070)	-39,4%	1 175 956	3 518 246

31 de dezembro de 2022

TIPOLOGIA DE CLIENTES	GRANDES CLIENTES INDUSTRIAIS E OUTRAS ENTIDADES			EMPRESAS DO GRUPO					
	EXPOSIÇÃO BRUTA	IMPARIDADE	% PERDA	EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	EXPOSIÇÃO BRUTA	IMPARIDADE	% PERDA	EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	EXPOSIÇÃO LÍQUIDA TOTAL
Não vencida	3 052 644	-	0,0%	3 052 644	6 509	-	0,0%	6 509	3 059 153
Vencida até 180 dias	232 967	-	0,0%	232 967	48 417	-	0,0%	48 417	281 384
Vencida há mais de 180 dias	1 707 335	(1 461 900)	-85,6%	245 435	1 686 232	(763 070)	-45,3%	923 162	1 168 597
	4 992 946	(1 461 900)	-29,3%	3 531 046	1 741 158	(763 070)	-43,8%	978 088	4 509 134

O movimento ocorrido nos saldos de balanço relacionados com contratos com clientes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi como segue:

CONTRATOS COM CLIENTES - SALDOS BALANÇO						
	NOTAS	CLIENTES (SEM EMPRESAS DO GRUPO)	ATIVOS CONTRATUAIS (NOTA 17)	ACRÉSCIMOS DE GASTOS (NOTA 15)	IMPARIDADE	TOTAL
Saldo em 1 de janeiro de 2022		2 195 516	2 218 722	(184 210)	(2 224 970)	2 005 058
Rédito reconhecido	17	-	7 203 118	-	-	7 203 118
Faturação emitida		6 634 836	(6 634 836)	-	-	-
Recebimentos		(5 918 511)	-	-	-	(5 918 511)
Reconhecimento de imposto industrial Angolano	21	(458 671)	-	63 113	-	(395 558)
Reconhecimento de diferenças cambiais	21 e 22	(248 343)	-	65 880	-	(182 463)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		2 204 827	2 787 004	(55 217)	(2 224 970)	2 711 644
Rédito reconhecido	17	-	5 233 395	-	-	5 233 395
Faturação emitida		7 740 217	(7 740 217)	-	-	-
Recebimentos		(5 320 563)	-	-	-	(5 320 563)
Crédito abatido		(1 461 900)	-	-	1 461 900	-
Reconhecimento de imposto industrial Angolano	21	(363 551)	-	(124 228)	-	(487 779)
Reconhecimento de diferenças cambiais	21 e 22	(608 790)	-	(85 798)	-	(694 588)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		2 190 240	280 182	(265 243)	(763 070)	1 442 109

10. OUTROS ATIVOS CORRENTES

10.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Para as políticas contabilísticas relativas aos Outros ativos correntes, consultar divulgações na nota 8.1.

10.2 DETALHE

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o detalhe dos Outros ativos correntes é como segue:

		2023	2022
Outras contas a receber	i)	97 306	163 496
Encargos diferidos	ii)	99 579	58 917
Estado e outros entes públicos	iii)	48 875	95 713
		245 760	318 126

i) Outras contas a receber

	2023	2022
Despesas a redebitar a subsidiárias	21 262	37 788
Outras contas a receber	76 044	125 708
	97 306	163 496

ii) Encargos diferidos

	2023	2022
Seguros	44 179	25 985
Rendas	-	915
Pagamento antecipado de serviços	55 400	32 017
	99 579	58 917

iii) Estado e outros entes públicos

	2023	2022
Imposto sobre o Valor Acrescentado	45 432	92 009
Outras tributações	3 443	3 704
	48 875	95 713

11. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

11.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados na Demonstração da Posição Financeira, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

11.2 DETALHE

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o detalhe de Caixa e equivalentes de caixa é como segue:

	2023	2022
Numerário	1 940	1 953
Depósitos à ordem	520 226	702 723
	522 166	704 676

12. CAPITAL PRÓPRIO

12.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

CLASSIFICAÇÃO

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio:

- se não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o emitente;
- se o instrumento for ou puder ser liquidado nos instrumentos de capital próprio do próprio emitente, é um não derivado que não inclui qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado apenas pelo emitente trocando uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

CAPITAL

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

DIVIDENDOS

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

12.2 CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da AdP Internacional, está representado por 35.000 ações no montante de 5 Euros cada, e encontra-se integralmente subscrito e realizado pela AdP, SGPS, seu único acionista.

12.3 RESULTADO LÍQUIDO E RENDIMENTO INTEGRAL POR AÇÃO

	2023	2022
Resultado líquido do exercício	(1 293 322)	317 843
Número de ações	35 000	35 000
Resultado por ação	(36,95)	9,08

	2023	2022
Rendimento integral	(1 293 322)	317 843
Número de ações	35 000	35 000
Rendimento integral por ação	(36,95)	9,08

A aplicação de resultados de 2022 publicado no montante de 974.589 Euros em resultados transitados, foi aprovada conforme Deliberação Unânime do Acionista por escrito de 5 de maio de 2023.

13. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

13.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

PROVISÕES

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a AdP Internacional divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida. As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante da disposição de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos futuros derivados dos mesmos. As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

PASSIVOS CONTINGENTES

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da Empresa. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras. A Empresa procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

ATIVOS CONTINGENTES

Ativos contingentes são potenciais ativos da Empresa que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo. A Empresa procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

13.2 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

13.3 DETALHE E MOVIMENTO

O movimento ocorrido nas Provisões e Imparidade nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	NOTAS	31/12/2022	REFORÇO	UTILIZAÇÃO	31/12/2023
Imparidade:					
. Empréstimos a empresas do Grupo	8.3	2 582 881	-	-	2 582 881
. Clientes	9.3	2 224 970	-	(1 461 900)	763 070
		4 807 851	-	(1 461 900)	3 345 951
Provisões:					
. Processos judiciais	(a)	80 000	-	(80 000)	-
. Multas e penalidades	(b)	-	615 307	-	615 307
. Outras provisões	(c)	143 091	-	-	143 091
		223 091	615 307	(80 000)	758 398
		5 030 942	615 307	(1 541 900)	4 104 349

	NOTAS	1/01/2022	REFORÇO	REVERSÃO	31/12/2022
Imparidade:					
. Empréstimos a empresas do Grupo	8.3	2 582 881	-	-	2 582 881
. Clientes	9.3	2 224 970	-	-	2 224 970
. Outros ativos financeiros	(c)	28 404	-	(28 404)	-
		4 836 255	-	(28 404)	4 807 851
Provisões:					
. Processos judiciais	(a)	-	80 000	-	80 000
. Outras provisões	(c)	105 318	37 773	-	143 091
		105 318	117 773	-	223 091
		4 941 573	117 773	(28 404)	5 030 942

- (a) Em 2022 a Empresa registou uma provisão de 80.000 Euros para fazer face a processos judiciais em curso, cujo valor foi utilizado em 2023 na sequência do desfecho desfavorável para a Empresa.
- (b) No âmbito do fecho dos projetos Bengo e Cunene, em setembro de 2023 a Empresa foi notificada pelo cliente de aplicação de penalidades contratuais no montante global de 679,914 USD. A Administração deliberou recorrer judicialmente destas penalidades sendo a expectativa de sucesso inferior a 50%.
- (c) Em 31 de dezembro de 2023 a Empresa tem reconhecida uma provisão no montante global de 116091 Euros, para fazer face ao disposto no n.º 9, artigo 115.º, do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, relativo aos rendimentos de OT's Angolanas que foram reembolsadas em 2022. As OT's Angolanas foram recebidas como pagamento de faturas vencidas emitidas pela AdP Internacional em anos anteriores ao Estado Angolano. Na sequência do seu reembolso em 2022, a Empresa reverteu a imparidade que tinha constituído.

GARANTIAS

Os compromissos financeiros e as responsabilidades da Empresa que não figuram na Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2023 apresentam-se do seguinte modo:

Garantias técnicas	1 089 036
Garantias financeiras	50 000
	1 139 036

Em 31 de dezembro de 2023, existem garantias prestadas pela Empresa no montante de 50.000 Euros que estão avalizadas pela AdP SGPS.

14. EMPRÉSTIMOS

14.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

CLASSIFICAÇÃO

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e ii) Passivos financeiros pelo custo amortizado.

A categoria “Passivos financeiros pelo custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Empréstimos” e “Fornecedores e outros passivos correntes”. Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A AdP Internacional apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Passivos financeiros pelo custo amortizado”.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os empréstimos do Grupo são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica “Gastos financeiros” da demonstração dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo não corrente, exceto se for expectável que a AdP Internacional liquide o passivo nos próximos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo corrente.

RECLASSIFICAÇÃO ENTRE CARTEIRAS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre carteiras.

14.2 DETALHE E MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o detalhe dos Empréstimos é como segue:

	2023			2022		
	NÃO CORRENTE	CORRENTE	TOTAL	NÃO CORRENTE	CORRENTE	TOTAL
Empréstimos do acionista AdP SGPS:						
. Suprimentos	-	4 000 000	4 000 000	3 300 000	-	3 300 000
. Apoios de tesouraria	-	245 000	245 000	-	1 000 000	1 000 000
	-	4 245 000	4 245 000	3 300 000	1 000 000	4 300 000
Juros corridos	-	29 293	29 293	-	14 655	14 655
	-	4 274 293	4 274 293	3 300 000	1 014 655	4 314 655

Os suprimentos correspondem a empréstimos com maturidade contratada superior a um ano, e os apoios de tesouraria correspondem a empréstimos reembolsáveis num prazo inferior a um ano. Os suprimentos e os apoios de tesouraria são remunerados com juros.

MOVIMENTO NOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

O movimento ocorrido nos empréstimos obtidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e a sua reconciliação com a demonstração dos fluxos de caixa é como segue:

	2023			2022		
	NÃO CORRENTE	CORRENTE	TOTAL	NÃO CORRENTE	CORRENTE	TOTAL
Saldo inicial	3 300 000	1 014 655	4 314 655	3 600 000	409 831	4 009 831
Reclassificação de não corrente para corrente	(4 000 000)	4 000 000	-	-	-	-
Obtenção de empréstimos	700 000	2 150 000	2 850 000	-	2 710 000	2 710 000
Reembolso de capital de empréstimos	-	(2 905 000)	(2 905 000)	(300 000)	(2 110 000)	(2 410 000)
Varição na especialização de juros	-	14 638	14 638	-	4 824	4 824
Saldo final	-	4 274 293	4 274 293	3 300 000	1 014 655	4 314 655

EMPRÉSTIMOS POR MATURIDADE

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os Empréstimos apresentam o seguinte detalhe por tipologia de taxa de juro e por maturidade de reembolso de capital:

TAXA DE JURO VARIÁVEL	2023	2022
Até 1 ano	4 245 000	1 000 000
De 1 a 2 anos	-	3 300 000
De 2 a 3 anos	-	-
De 3 a 4 anos	-	-
De 4 a 5 anos	-	-
Superior a 5 anos	-	-
	4 245 000	4 300 000

JUSTO VALOR

Os empréstimos obtidos correspondem a empréstimos concedidos pelo acionista em 2023 e 2022, remunerados a taxas de juro que correspondem a condições de mercado, pelo que se considera que o justo valor dos empréstimos obtidos corresponde aproximadamente ao custo amortizado contabilizado em 31 de dezembro de 2023.

15. FORNECEDORES E OUTROS PASSIVOS CORRENTES

15.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que a AdP Internacional adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o

pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de "Fornecedores" serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados na rubrica "Fornecedores e outros passivos correntes" são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros classificadas no momento inicial como correntes, são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

15.2 DETALHE E MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o detalhe dos Fornecedores e outros passivos correntes é como segue:

		2023	2022
Fornecedores gerais		24 839	1 139 772
Outras contas a pagar	i)	1 400 476	271 755
Acréscimos de gastos e diferimentos	ii)	1 255 581	1 263 463
Estado e outros entes públicos	iii)	62 911	57 003
		2 743 807	2 731 993

i) Outras contas a pagar

		2023	2022
Recebimentos de clientes não afetos/por identificar		259 215	259 215
Outros credores	(a)	1 141 261	12 540
		1 400 476	271 755

(a) Em 31 de dezembro de 2023 inclui o saldo a liquidar à subsidiária AdPTimor (1.136.057 Euros) que em 31 de dezembro de 2022 estava classificado na rubrica "Fornecedores gerais". A reclassificação foi efetuada atendendo à não operacionalidade associada a este passivo.

ii) Acréscimos de gastos

		2023	2022
Férias e subsídio de férias a pagar ao pessoal		245 471	172 860
Perdas cambiais relativas a faturas a clientes	Nota 9	111 173	25 375
Imposto Angolano relativas a faturas a clientes	Nota 9	154 070	29 842
Imposto sobre o Valor Acrescentado (Angola)	(b)	265 197	508 903
Serviços diversos prestados por fornecedores e não faturados		467 188	505 053
Formação		8 221	3 395
Outros acréscimos de gastos		4 261	18 035
		1 255 581	1 263 463

(b) Corresponde ao IVA aplicado em Angola às faturas a emitir à Empresa pela sucursal AdP Angola e que não é recuperável.

iii) Estado e outros entes públicos

	2023	2022
Segurança Social	22 549	19 672
Retenções de imposto efetuadas a terceiros	29 268	16 985
Outras tributações	11 094	20 346
	62 911	57 003

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA DO IFRS 9

CLASSIFICAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS (31.12.2023)	ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	TOTAL DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS
Empréstimos a empresas do Grupo	623 725		623 725
Clientes	3 518 246		3 518 246
Outros ativos financeiros	10 909		10 909
Caixa e equivalentes de caixa	522 166		522 166
Total do ativo	4 675 046	-	4 675 046
Empréstimos		4 274 293	4 274 293
Fornecedores		24 839	24 839
Total do passivo	-	4 299 132	4 299 132

CLASSIFICAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS (31.12.2022)	ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	TOTAL DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS
Empréstimos a empresas do Grupo	621 917		621 917
Clientes	4 509 134		4 509 134
Outros ativos financeiros	10 184		10 184
Caixa e equivalentes de caixa	704 676		704 676
Total do ativo	5 845 911	-	5 845 911
Empréstimos		4 314 655	4 314 655
Fornecedores		1 139 772	1 139 772
Total do passivo	-	5 454 427	5 454 427

17. RÉDITO DE CONTRATOS COM CLIENTES

17.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade da AdP Internacional. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Na determinação do valor do rédito, a AdP Internacional avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais a AdP Internacional efetua a sua melhor estimativa.

Na prestação de serviços efetuadas pela AdP Internacional, o rédito é reconhecido durante a vida do contrato em função da percentagem de acabamento, a qual é determinada através do quociente entre os custos incorridos e os custos estimados para executar cada contrato.

17.2 DETALHE

O Rédito de contratos com clientes reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 detalha-se da seguinte forma por geografia e projeto:

MERCADO GEOGRÁFICO / PROJETO	CLIENTE	FINANCIADOR	VALOR DO CONTRATO	DIVISA	INÍCIO	FIM		RÉDITO RECONHECIDO		ATIVOS CONTRATUAIS (NOTA 9)	
								2023	2022	31/12/2023	31/12/2022
Angola:											
Gestão para capacitação, operação e manutenção da Empresa Pública de Águas e Saneamento do Bengo	Direção Nacional de Águas do Ministério da Energia e Águas de Angola	Banco Africano de Desenvolvimento	7 369 184	USD	ago/19	set/23	(a)	1 704 927	1 757 742	458 175	712 113
Capacitação para a gestão, operação e manutenção da Empresa Provincial de Água e Saneamento do Cunene	Direção Nacional de Águas do Ministério da Energia e Águas de Angola	Banco Africano de Desenvolvimento	8 253 214	USD	ago/19	out/23	(a)	1 206 938	2 279 508	332 310	1 252 675
Serviços de gestão, operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água da Província da Huila	Direção Nacional de Águas do Ministério da Energia e Águas de Angola	Banco Mundial	5 609 920	USD	jun/21	mai/25		1 185 091	1 460 067	63 135	131 211
Consultoria em gestão de projetos do MINEA	Ministério da Energia e Águas de Angola	Banco Europeu de Investimentos	2 993 276	EUR	dez/21	dez/24		520 200	532 896	(83 901)	592 104
Consultoria na elaboração de um Masterplan para o saneamento	Ministério da Energia e Águas de Angola	Banco Mundial	94 560	EUR	mar/22	fev/23	(a)	67 127	27 433	-	(4 087)
								4 684 283	6 057 646	769 719	2 684 016
Guiné-Bissau:											
Melhoria dos serviços de água e energia à EAGB (Empresa de Eletricidade e Águas da Guiné-Bissau)	Ministério da Economia e Finanças da Guiné-Bissau	Banco Mundial	1 431 298	EUR	mai/19	jun/23	(a)	149 280	388 673	-	245 355
								149 280	388 673	-	245 355
Cabo Verde:											
Elaboração do Plano Sanitário da Cidade de S. Filipe	ANAS - Agência Nacional de Água e Saneamento de Cabo Verde	Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e Transição Energética de Portugal	318 750	EUR	out/22	mai/23		48 617	2 462	(267 671)	2 462
Apoio à implementação do Plano Operacional de Gestão de Resíduos Urbanos de S. Antão	ANAS - Agência Nacional de Água e Saneamento de Cabo Verde	Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e Transição Energética de Portugal	149 000	EUR	out/22	mai/23		8 955	1 397	(64 148)	1 398

MERCADO GEOGRÁFICO /PROJETO	CLIENTE	FINANCIADOR	VALOR DO CONTRATO	DIVISA	INÍCIO	FIM	RÉDITO RECONHECIDO		ATIVOS CONTRATUAIS (NOTA 9)	
							2023	2022	31/12/2023	31/12/2022
Projeto piloto de economia circular no Ciclo Urbano da Água na ETAR de Santa Cruz - Reutilização de águas e valorização de recursos para fins agrícolas	ANAS - Agência Nacional de Água e Saneamento de Cabo Verde	Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e Transição Energética de Portugal	425 000	EUR	fev/22	fev/24	8 055	12 817	(319 128)	(242 183)
Outros							26 901	151 702	21 745	(2 705)
							92 528	168 379	(629 202)	(241 028)
Outras geografias:										
Malawi - Consultoria de preparação de uma estratégia de melhoria de saneamento e drenagem e plano diretor para a cidade de Lilongwe	Conselho de Água de Lilongwe e Conselho Municipal de Lilongwe	Banco Mundial	206 560	USD	jan/19	out/21 (b)	-	-	(112 754)	(112 754)
EUA - UOF ("Utilities of the Future") - apoio técnico	Banco Mundial	Banco Mundial	133 500	USD	jan/22	mai/23 (a)	9 315	60 754	-	20 713
Grenada - Climate-resilient Water Sector - Consultancy in water resource management and water utility management	GFA Consulting Group GmbH	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ)	130 865	EUR	set/21	dez/23	13 751	34 131	591	(5 131)
Apoio técnico no projeto de saneamento e conservação no Líbano	DAI Global, LLC	USAID (United States Agency for International Development)	917 138	USD	set/21	dez/22 (b)	-	451 580	153 876	153 876
Assistência técnica ao Departamento de Obras Públicas - Eficiência operacional dos Sistemas de Águas de Goa	Governo de Goa - Departamento de Obras Públicas		500 000	EUR	dez/22	dez/24	22 352	41 956	(1 509)	41 957
Outros							261 886	-	99 461	-
							307 304	588 421	139 665	98 661
							5 233 395	7 203 118	280 182	2 787 004

(a) Projetos encerrados em 2023

(b) Projetos que atrasaram devido à pandemia COVID-19

18. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

18.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

LOCAÇÕES

As locações nas quais a Empresa é locatária são reconhecidas, mensuradas e apresentadas de acordo com um modelo único. Através deste modelo as locações são contabilizadas na demonstração da posição financeira. Na data de início da locação a Empresa reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

Nos contratos de locação em que a Empresa é locatária e cujos ativos subjacentes tenham um valor de aquisição estimado inferior a 5.000 USD (como, por exemplo, um computador pessoal) e nos contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuada através do modelo único acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica "Fornecimentos e serviços externos - Rendas e alugueres".

18.2 DETALHE

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os Fornecimentos e serviços externos têm o seguinte detalhe:

	2023	2022
Serviços especializados	1 378 646	1 908 380
Cedência de espaço	124 891	124 891
Materiais	5 036	591 283
Energia e fluidos	29 212	78 554
Deslocações, estadas e transportes	335 123	322 191
Despesas de representação	124 205	51 245
Conservação e reparação	386 811	727 003
Comunicação	50 871	40 820
Rendas e alugueres	293 210	493 382
Seguros	71 440	68 065
Serviços diversos	101 993	64 156
	2 901 438	4 469 970

(a) O detalhe dos pagamentos da locação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

TOTAL DE PAGAMENTOS DA LOCAÇÃO	2023	2022
Contabilizadas de acordo com o modelo único previsto no IFRS 16	6 936	11 895
Contabilizadas como despesa em resultados	293 210	493 382
	300 146	505 277

A atividade da AdP Internacional não é, na maioria das situações, comparável entre anos, tendo em conta os projetos em curso em cada um dos exercícios, particularmente no que respeita à sua natureza e dimensão (e consequentemente dos recursos alocados). A redução verificada nesta rubrica é justificada essencialmente por: projetos terminados em 2023 (Bengo, Cunene e Guiné-Bissau) que implica uma redução generalizada nos gastos essencialmente em serviços especializados, materiais e conservação e reparação.

19. GASTOS COM PESSOAL

19.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os benefícios a curto prazo dos empregados e os benefícios de cessação de emprego são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os benefícios a curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados e contribuições para a segurança social, licença anual paga e licença por doença paga, participação nos lucros e bónus (se pagáveis dentro de doze meses após o final do período) e benefícios não monetários (tais como cuidados médicos, habitação, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados) relativos aos empregados correntes, e o seu pagamento é expectável que ocorra num prazo máximo de 12 meses.

A Empresa reconhece um passivo e um gasto relativo aos benefícios de cessação de emprego quando a Empresa já não pode retirar a oferta de tais benefícios.

19.2 DETALHE

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os Gastos com pessoal têm o seguinte detalhe:

	2023	2022
Remunerações dos Órgãos sociais	250 801	107 395
Remunerações do pessoal	1 539 873	1 783 416
Encargos sobre as remunerações	207 551	208 396
Seguros	53 459	66 156
Gastos de ação social	1 918	2 668
Outros gastos com o pessoal	40 852	37 079
	2 094 454	2 205 110

REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

	2023	2022
Conselho de Administração	244 022	100 616
Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único	6 779	6 779
	250 801	107 395

NÚMERO DE PESSOAS AO SERVIÇO DA EMPRESA

NATUREZA	NÚMERO MÉDIO		FINAL DO ANO	
	2023	2022	2023	2022
Conselho de Administração	3	3	3	3
Trabalhadores efetivos	36	42	27	41
	39	45	30	44

20. AMORTIZAÇÕES, DEPRECIACIONES E REVERSÕES DO EXERCÍCIO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as Amortizações, depreciações e reversões têm o seguinte detalhe:

		2023	2022
Ativos fixos tangíveis	Nota 6	138 046	141 453
Ativos sob direito de uso		6 874	9 449
		144 920	150 902

21. OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os Outros gastos e perdas operacionais têm o seguinte detalhe:

		2023	2022
Impostos:			
. Imposto industrial retido em Angola	Nota 9	487 779	395 558
. Imposto sobre o Valor Acrescentado em Angola		64 259	391 557
. Outros impostos e taxas		525	8 020
Diferenças de câmbio desfavoráveis:			
. Em réditos de contratos com clientes	Nota 9	732 259	322 671
. Outras perdas cambiais		202 138	79 266
Multas e penalidades contratuais		3 732	489
Outros gastos e perdas		51 135	18 283
		1 541 827	1 215 844

22. OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os Outros rendimentos e ganhos operacionais têm o seguinte detalhe:

		2023	2022
Diferenças de câmbio favoráveis:			
. Em crédito de contratos com clientes	Nota 9	37 671	140 208
. Em outros ativos financeiros		-	175 906
. Outros ganhos cambiais		401 528	72 862
Regularizações de saldos credores com antiguidade elevada			
Outros rendimentos e ganhos		79 922	44 621
		519 121	433 597

23. GASTOS FINANCEIROS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os Gastos financeiros têm o seguinte detalhe:

	2023	2022
Juros suportados de empréstimos de empresas do Grupo	253 052	91 506
Juros suportados de passivos da locação	-	80
Diferenças de câmbio favoráveis	(17 721)	(1 892)
Juros de mora	19	-
Comissões bancárias	27 147	51 540
Outros gastos e perdas de financiamento	1 812	2 420
	264 309	143 654

24. RENDIMENTOS FINANCEIROS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os Rendimentos financeiros têm o seguinte detalhe:

	2023	2022
Juros obtidos por títulos de dívida pública angolana	-	41 970
Juros obtidos por empréstimos concedidos a subsidiárias	6 362	19 932
	6 362	61 902

25. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

25.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A AdP Internacional encontra-se sujeita à tributação em sede individual, por Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com base na respetiva matéria coletável e à taxa de imposto aplicável.

A AdP Internacional é tributada à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, acresce a taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de EUR até ao limite de 7,5 milhões de EUR, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de EUR até ao limite de 35 milhões de EUR, sendo aos montantes superiores aos 35 milhões de EUR aplicada uma taxa de 9%.

O imposto sobre o rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

A determinação do imposto sobre o rendimento requer determinadas interpretações. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Assim, a Empresa cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas demonstrações financeiras. A Empresa entende que das eventuais revisões das declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

IMPOSTOS DIFERIDOS

Os impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido passivo para a mesma altura e com a mesma autoridade

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data da Demonstração da Posição Financeira e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias originadas por investimentos em subsidiárias e associadas, exceto quando a AdP Internacional seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não se reverta no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em “Outras reservas” consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

25.2 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas. A Lei do Orçamento de Estado de 2023 alterou o regime de dedutibilidade dos prejuízos fiscais reportáveis, tendo sido eliminada a limitação temporal. Neste sentido a Empresa em 2022 registou os ativos por impostos diferidos relativos aos prejuízos fiscais reportáveis por utilizar em 31 de dezembro de 2022 tendo reforçado os ativos por impostos diferidos tendo por base o prejuízo fiscal gerado em 2023.

25.3 DETALHE E MOVIMENTO

O saldo de imposto sobre o rendimento a receber em 31 de dezembro de 2023 e 2022 tem a seguinte composição:

	2023	2022
Estimativa de imposto do exercício	(46 901)	(64 937)
Pagamentos por conta de imposto sobre o rendimento	41 891	22 748
Pagamentos especiais por conta	-	10 173
Retenções na fonte efetuadas por terceiros	37 533	37 533
Outros	-	(445)
Imposto a receber	32 523	5 072

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a carga fiscal registada tem a seguinte composição:

	2023	2022
Estimativa de imposto do exercício	46 901	64 937
Insuficiência / (Excesso) de imposto de anos anteriores	10 247	(12)
Imposto diferido	(567 203)	(959 000)
Carga fiscal	(510 055)	(894 075)
Resultado antes de impostos	(1 803 377)	(576 232)
Taxa efetiva de imposto	28,28%	155,16%

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto é como segue:

	2023			2022		
	BASE	TAXA	IMPOSTO	BASE	TAXA	IMPOSTO
Resultado antes de impostos	(1 803 377)			(576 232)		
Taxa nominal de imposto		21,00%	(378 709)		21,00%	(121 009)
Imposto esperado		21,00%	(378 709)		21,00%	(121 009)
Diferenças permanentes:						
. Multas e coimas	3 451	-0,04%	725	492	-0,02%	103
. Provisões e imparidades não aceites	-	0,00%	-	89 369	-3,26%	18 767
. Amortizações	29 602	-0,34%	6 216	24 122	-0,88%	5 066
. Outros	(4 051)	0,05%	(851)	(8 138)	0,30%	(1 709)
Utilização líquida de constituição de provisões e imparidade temporariamente não aceite, sem ativos por impostos diferidos constituídos	(926 593)	10,79%	(194 585)	-	0,00%	-
Registo de ativos por impostos diferidos por prejuízos fiscais reportáveis gerados em anos anteriores		0,00%	-		149,28%	(860 219)
Imposto corrente apurado em 2022		0,00%	-		-6,29%	36 256
Acertos de imposto corrente de anos anteriores		-0,57%	10 247		0,00%	(12)
Tributação autónoma		-2,60%	46 901		-4,98%	28 681
Imposto sobre o rendimento estimado no exercício		28,28%	(510 055)		155,16%	(894 075)

Conforme indicado na Nota 25.1 a Empresa regista impostos diferidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras, sendo esta avaliação realizada anualmente e refletida nas respetivas contas.

Em 31 de dezembro de 2023 a AdP Internacional tem prejuízos fiscais reportáveis para os quais tem ativos por impostos diferidos contabilizados, conforme segue:

ANO DE GERAÇÃO DO PREJUÍZO FISCAL REPORTÁVEL	VALOR DO PREJUÍZO	IMPOSTO
2015	1 18 280	24 840
2016	679 024	142 596
2017	475 920	99 943
2019	171 192	35 950
2020	1 796 259	377 214
2023	4 026 954	845 660
	7 267 629	1 526 203

A Lei do Orçamento de Estado de 2023 alterou o regime de dedutibilidade dos prejuízos fiscais reportáveis, tendo sido eliminada a limitação temporal. Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais reportáveis em cada período de tributação fica limitada a 65% do lucro tributável (70% até 31 de dezembro de 2022). Neste sentido a Empresa registou os ativos por impostos diferidos por prejuízos fiscais reportáveis gerados em anos anteriores e por utilizar em 31 de dezembro de 2022.

26. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

26.1 PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2023 as partes relacionadas da AdP Internacional são as seguintes:

- . AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. (empresa-mãe);
- . Entidades detidas pela AdP Internacional (AdP Timor e Aquatec);
- . Outras entidades do Grupo AdP;
- . Membros do Conselho de Administração da AdP Internacional;
- . Membros do Conselho de Administração da AdP SGPS.

26.2 SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos com partes relacionadas são os seguintes:

31 DE DEZEMBRO DE 2023	ATIVO				PASSIVO			
	EMPRÉSTIMOS A EMPRESAS DO GRUPO	CLIENTES	OUTROS ATIVOS CORRENTES	TOTAL	EMPRÉSTIMOS	FORNECEDORES E OUTROS PASSIVOS CORRENTES	TOTAL	TOTAL LÍQUIDO
Total de saldo da rubrica	623 725	3 518 246	97 306	4 239 277	4 274 293	2 680 896	6 955 189	(2 715 912)
AdP SGPS	-	128 132	-	128 132	4 274 293	14 433	4 288 726	(4 160 594)
Aquatec (*)	7 031	261 055	-	268 086	-	19 786	19 786	248 300
AdP Timor (*)	616 694	786 768	116 627	1 520 089	-	1 136 057	1 136 057	384 032
AdP Valor	-	-	-	-	-	56 725	56 725	(56 725)
EPAL	-	-	-	-	-	9 719	9 719	(9 719)
Total de saldos intra Grupo	623 725	1 175 955	116 627	1 916 307	4 274 293	1 236 720	5 511 013	(3 594 706)
Total de saldos fora de Grupo	-	2 342 291	(19 321)	2 322 970	-	1 444 176	1 444 176	878 794

(*) Saldos líquidos de imparidade

31 DE DEZEMBRO 2022	ATIVO				PASSIVO			TOTAL LÍQUIDO
	EMPRÉSTIMOS A EMPRESAS DO GRUPO	CLIENTES	OUTROS ATIVOS CORRENTES	TOTAL	EMPRÉSTIMOS	FORNECEDORES E OUTROS PASSIVOS CORRENTES	TOTAL	
Total de saldo da rubrica	621 917	5 835 120	163 496	6 620 534	4 314 655	2 674 990	6 989 645	(369 111)
AdP SGPS	-	2 009	-	2 009	4 314 655	42 674	4 357 329	(4 355 320)
Aquatec (*)	7 031	261 055	-	268 086	-	19 786	19 786	248 300
AdP Timor (*)	614 886	715 024	132 411	1 462 321	-	1 136 057	1 136 057	326 264
AdP Valor	-	-	-	-	-	77 327	77 327	(77 327)
Águas do Douro e Paiva	-	-	-	-	-	2 373	2 373	(2 373)
EPAL	-	-	-	-	-	1 877	1 877	(1 877)
Total de saldos intra Grupo	621 917	978 088	132 411	1 732 416	4 314 655	1 280 094	5 594 749	(3 862 333)
Total de saldos fora de Grupo	-	4 857 032	31 085	4 888 117	-	1 394 896	1 394 896	3 493 221

(*) Saldos líquidos de imparidade

26.3 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as transações com partes relacionadas foram as seguintes:

ANO 2023	RÉDITO DE CONTRATOS COM CLIENTES	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	OUTROS GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS	GASTOS FINANCEIROS	RENDIMENTOS FINANCEIROS	TOTAL
Total de saldo da rubrica	5 233 395	(2 901 438)	(1 541 827)	519 121	(264 309)	6 362	(4 182 091)
AdP SGPS	128 132	(80 513)	(1 500)	-	(253 053)	-	(335 066)
AdP Timor	-	-	-	70 981	-	6 362	77 343
AdP Valor	-	(136 191)	-	-	-	-	(136 191)
Águas do Norte	-	(3 113)	-	-	-	-	(3 113)
Águas da Região de Aveiro	-	(10 627)	-	-	-	-	(10 627)
EPAL	-	(22 791)	-	-	-	-	(22 791)
Águas do Tejo Atlântico	-	(514)	-	-	-	-	(514)
Águas de Santo André	-	(357)	-	-	-	-	(357)
Total de transações intra Grupo	128 132	(254 106)	(1 500)	70 981	(253 053)	6 362	(431 316)
Total de transações fora de Grupo	5 105 263	(2 647 332)	(1 540 327)	448 140	(11 256)	-	(3 750 775)

ANO 2022	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	OUTROS GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS	GASTOS FINANCEIROS	RENDIMENTOS FINANCEIROS	TOTAL
Total de saldo da rubrica	(4 469 970)	(1 215 844)	433 597	(143 654)	61 902	(5 333 969)
AdP SGPS	(195 320)	(1 500)	-	(91 506)	-	(288 326)
AdP Timor	-	-	37 045	-	19 932	56 977
AdP Valor	(217 066)	-	-	-	-	(217 066)
AdP Energias	(23 780)	-	-	-	-	(23 780)
Águas do Centro Litoral	(85)	-	-	-	-	(85)
EPAL	(15 206)	-	-	-	-	(15 206)
Águas do Tejo Atlântico	(272)	-	-	-	-	(272)
Total de transações intra Grupo	(451 729)	(1 500)	37 045	(91 506)	19 932	(487 758)
Total de transações fora de Grupo	(4 018 241)	(1 214 344)	396 552	(52 148)	41 970	(4 846 211)

27. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMA LEGAL

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66º, 324º, 397º e 447º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do Decreto-Lei nº 328/95, de 9 de dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, importa referir que:

- Em obediência ao disposto no nº 2 do artigo 324º do CSC informa-se que a Empresa não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou, até ao momento, qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.
- Em obediência ao disposto no nº 4 do artigo 397º do CSC informa-se que, no decorrer de 2023, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Empresa e os membros dos seus órgãos sociais;
- Em obediência ao disposto no artigo 21º do Decreto-Lei nº 411/91 de 17 de setembro, informa-se que a Empresa não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2023, da retenção na fonte de descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2024, nos prazos legais.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

À data da emissão das presentes demonstrações financeiras não existe conhecimento de eventos subsequentes que afetem a apresentação das mesmas.

Lisboa, 22 de março de 2024

O Conselho de Administração

Carla da Conceição Afonso Correia
(Presidente executivo)

António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura
(Vogal executivo)

Andrew Donnelly
(Vogal executivo)

O Contabilista Certificado

Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro

